



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA – PPGLinC

ANTÔNIA DE JESUS ALVES DOS SANTOS

**EFEITOS DE SENTIDO DE “INTERVENÇÃO MILITAR” NO BRASIL:  
ANÁLISE DISCURSIVA EM TEXTOS DA *FOLHA DE SÃO PAULO* E DO *G1***

Salvador

2021

**ANTÔNIA DE JESUS ALVES DOS SANTOS**

**EFEITOS DE SENTIDO DE “INTERVENÇÃO MILITAR” NO BRASIL:  
ANÁLISE DISCURSIVA EM TEXTOS DA *FOLHA DE SÃO PAULO* E DO *GI***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Língua e Cultura.

Área de concentração: Linguagem e Interação

Linha de pesquisa: Linguagem, Cognição e Discurso

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Adriana Santos Batista

Salvador

2021

Santos, Antônia de Jesus Alves dos.

Efeitos de sentido de “intervenção militar” no Brasil: análise discursiva em textos da Folha de São Paulo e do G1 / Antônia de Jesus Alves dos Santos. - 2021.

138 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Santos Batista.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2021.

1. Linguística. 2. Linguagem e línguas - Uso. 3. Análise do discurso. 4. Análise do discurso narrativo. 5. Jornalismo - Linguagem. 6. Jornalismo eletrônico. 7. Memória - Aspectos sociais. I. Batista, Adriana Santos. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 401.41  
CDU - 81'42

**ANTÔNIA DE JESUS ALVES DOS SANTOS**

**EFEITOS DE SENTIDO DE “INTERVENÇÃO MILITAR” NO BRASIL:  
ANÁLISE DISCURSIVA EM TEXTOS DA *FOLHA DE SÃO PAULO* E DO *GI***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Língua e Cultura.

Área de concentração: Linguagem e Interação

Linha de pesquisa: Linguagem, Cognição e Discurso

Salvador, 14 de dezembro de 2020.

---

Profa. Dra. Adriana Santos Batista (Orientadora)  
Instituto de Letras – UFBA

---

Profa. Dra. Isadora Lima Machado (Titular)  
Instituto de Letras – UFBA

---

Prof. Dr. Milan Puh (Titular)  
Faculdade de Educação – USP

---

Profa. Dra. Juliana Soledade Barbosa Coelho (Suplente)  
Instituto de Letras – UFBA/UNB

---

Prof. Dr. Luiz Felipe Andrade Silva (Suplente)  
Instituto de Letras – UFBA

Dedico este trabalho a meu marido e meus filhos que, com todo apoio e incentivo, o construíram junto comigo. À minha mãe por todo cuidado. Ao meu querido pai (em memória), pelo quanto torceu e confiou na certeza desse momento e pela contribuição à minha formação. Sinto sua presença até na falta que me faz.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre guiou meus passos.

Aos meus filhos, que enchem minha vida de energia e de sentido, e por estarem comigo em cada linha preenchida.

Ao meu marido, pelo incentivo, pelo apoio, pelas contribuições, pela amizade e amor constantes.

À minha mãe, Leonor, por estar sempre presente, me ajudando de diversas formas para tornar possível este percurso.

À Iraci e Marise, mais que sogra e cunhada, amigas queridas.

À minha orientadora, Adriana Santos Batista, por me mostrar o caminho e possibilitar o que aqui se concretiza, pelo respeito e paciência.

À professora Iracema Luiza de Souza, por ter me acompanhado no início desta caminhada.

Ao professor Elmo dos Santos, pela receptividade e atenção durante a realização da atividade de tirocínio docente.

Aos meus colegas e professores da turma de 2018 do PPGLinC-UFBA, pelos momentos ricos de aprendizado.

Às professoras Isadora Lima Machado e Daniele de Oliveira pelas relevantes sugestões feitas durante minha qualificação.

À professora Fátima Aparecida de Souza e ao professor Luiz Felipe Andrade Silva, pela leitura carinhosa e valiosa contribuição na construção desta pesquisa, assim como a todo o Grupo de Estudos sobre Texto e Enunciação – GETEn, coordenado pela professora Dra. Adriana Santos Batista, cujas discussões produtivas contribuíram muito para o meu percurso.

À querida professora Rosa Helena Blanco Machado, por me apresentar a Análise do Discurso e me falar as primeiras palavras de incentivo para ingressar na pós-graduação. E a todos os professores e colegas do curso de Letras do Diretório de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia – DCH/UNEB, *campus* I, que fazem daquele espaço de formação um lugar de muito carinho e respeito.

A tudo e a todos que tenham contribuído direta ou indiretamente para que eu alcançasse esse objetivo.

Oh, senhor cidadão  
Eu quero saber, eu quero saber  
Com quantos quilos de medo  
Com quantos quilos de medo  
Se faz uma tradição?  
Oh, senhor cidadão  
Eu quero saber, eu quero saber  
Com quantas mortes no peito  
Com quantas mortes no peito  
Se faz a seriedade?  
(TOM ZÉ, 1972)

Para que a língua faça sentido é preciso que a história intervenha  
(ORLANDI, 2007b, p. 67)

## RESUMO

SANTOS, Antônia de Jesus Alves dos. **Efeitos de sentido de “intervenção militar” no Brasil: análise discursiva em textos da *Folha de São Paulo* e do *GI***. Orientadora: Adriana Santos Batista. 2021. 138 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

Esta dissertação, embasada nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, teve como objetivo discutir os processos de apagamento, reelaboração ou manutenção de posições-sujeito em discursos sobre “intervenção militar” no Brasil, a partir de textos jornalísticos da *Folha de São Paulo* e do portal de notícias *GI*. No percurso, buscou-se analisar a inscrição sócio-histórica de produção e recepção desses discursos, investigar as construções ideológicas que podem ser percebidas, identificar como os sentidos de “intervenção militar” são transformados ou reafirmados no *corpus* em questão e discutir a relevância da mídia na produção dos sentidos de “intervenção militar” no Brasil no século XXI. Partiu-se da concepção de discurso como construção histórica e social por meio da qual se materializa a ideologia, sendo esta a maneira própria de constituição do indivíduo em sujeito por meio da linguagem. A partir, principalmente, de Pêcheux (1995; 1997a; 2008) e Orlandi (2010; 2012; 2014; 2017), tomaram-se aqui os atuais enunciados sobre “intervenção militar” como acontecimento discursivo e, por meio do exame da relação entre sentido e memória discursiva, procurou-se perceber os efeitos de sentido de “intervenção militar” que eles têm produzido. Recorreu-se a Benetti (2010) para referir o jornalismo como acontecimento discursivo. As discussões sobre a conjuntura histórica e política que marcam as condições de produção constitutivas dos discursos analisados fundamentaram-se, sobretudo, em Tatagiba (2018; 2019), Safatle (2010), Singer (2001; 2013), Fico (2014; 2020; 2020a) e Mendonça (2018). O *corpus* principal foi composto por cinco textos jornalísticos referentes aos anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. As análises realizadas na abordagem qualitativa demonstraram que, no *corpus* em questão, os atuais dizeres sobre “intervenção militar” mobilizam tanto discursos que vêm em defesa, quanto discursos de rejeição a tal modelo. Tanto mobilizam sentidos negativos relacionados à ditadura, quanto constroem seu funcionamento pelo silenciamento desses sentidos, atualizando a memória discursiva referente ao imaginário de ordem, salvação e progresso ligados às Forças Armadas. As análises também indicam que a expansão e o fortalecimento de grupos conservadores de direita e extrema direita marcam as condições de produção em que emerge o enunciado discursivo “intervenção militar”, contemporaneamente.

**Palavras-chave:** Memória discursiva. Acontecimento discursivo. Jornalismo digital.



## ABSTRACT

SANTOS, Antônia de Jesus Alves dos. **Sense effects of “military intervention” in Brazil: discursive analysis in texts by *Folha de São Paulo* and *G1***. Advisor: Adriana Santos Batista. 2021. 138 f. Dissertation (Master in Language and Culture). Institute of Letters, Federal University of Bahia, Salvador, 2020.

This dissertation, based on the theoretical assumptions of Discourse Analysis, aimed to discuss the processes of erasure, re-elaboration or maintenance of subject positions in speeches about “military intervention” in Brazil, based on journalistic texts by *Folha de São Paulo* and *G1* news portal. Along the way, we sought to analyze the socio-historical inscription of the production and reception of these speeches, investigate the ideological constructions that can be perceived, identify how the meanings of “military intervention” are transformed or reaffirmed in the corpus in question and discuss the relevance of media in the production of the meanings of “military intervention” in Brazil in the 21st century. It started from the conception of discourse as a historical and social construction through which ideology materializes, this being the proper way of constituting the individual into a subject through language. Based mainly on Pêcheux (1995; 1997a; 2008) and Orlandi (2010; 2012; 2014; 2017), the current statements about “military intervention” were taken here as a discursive event and, through the examination of the relationship between discursive meaning and memory, we sought to understand the meaning effects of “military intervention” that they have produced. Benetti (2010) was used in this dissertation to refer to journalism as a discursive event. The discussions on the historical and political conjuncture that mark the constitutive production conditions of the analyzed speeches were mainly based on Tatagiba (2018; 2019), Safatle (2010), Singer (2001; 2013), Fico (2014; 2020; 2020a) and Mendonça (2018). The main corpus was composed of five journalistic texts referring to the years 2016, 2017, 2018, 2019 and 2020. The analyzes carried out in the qualitative approach showed that, in the corpus in question, the current sayings on “military intervention” mobilize so many speeches that come in defense, as well as discourses of rejection of such a model. They both mobilize negative meanings related to the dictatorship, as they build their functioning by silencing those meanings, updating the discursive memory regarding the imaginary of order, salvation and progress linked to the Armed Forces. The analyzes also indicate that the expansion and strengthening of conservative groups of right and extreme right mark the conditions of production in which the discursive statement “military intervention” emerges at the same time.

**Keywords:** Discursive memory. Discursive event. Digital journalism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução anual dos protestos de direita.....	655
Figura 2 - Imagem de Jair Bolsonaro. ....	733
Figura 3 - Faixa de agradecimento aos militares pelo golpe de 1964 .....	77
Figura 4- Presidente Jair Bolsonaro discursa em frente ao Quartel General do Exército .....	822
Figura 5 – Homenagem à ditadura militar .....	87
Figura 6 - <i>Tweet</i> de Bolsonaro.....	91
Figura 7 - Boneca da presidenta Dilma Rousseff na forca .....	933
Figura 8 - Manifestante exibindo faixa que pede militarismo.....	955
Figura 9 - <i>Tweet</i> de Bibi Nunes .....	97
Figura 10 - Faixa pedindo intervenção militar durante protesto de caminhoneiros .....	1000

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
<b>1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>23</b>
1.1 MEMÓRIA DISCURSIVA E ACONTECIMENTO .....	35
<b>2 DISCURSOS DE “INTERVENÇÃO MILITAR” NO BRASIL: CONSTRUINDO UM PERCURSO.....</b>	<b>39</b>
2.1 INTERVENÇÕES MILITARES NA HISTÓRIA BRASILEIRA.....	43
2.2 AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 .....	50
2.3 JORNALISMO DIGITAL E CIRCULAÇÃO DE DISCURSOS DE “INTERVENÇÃO MILITAR” .....	56
<b>3 “INTERVENÇÃO MILITAR” EM VOZES PRESENTES NA <i>FOLHA DE SÃO PAULO</i> E NO <i>GI</i> .....</b>	<b>61</b>
3.1 <i>IMPEACHMENT</i> OU GOLPE: UM CAMPO DE DISPUTAS - 2016.....	63
3.2 FORÇAS ARMADAS E AS “APROXIMAÇÕES SUCESSIVAS” - 2017 .....	70
3.3 GREVE DOS CAMINHONEIROS AFETA O PAÍS - 2018 .....	74
3.4 OS 55 ANOS DO GOLPE DE 1964 - 2019.....	75
3.5 A PANDEMIA E A EXPANSÃO DO DISCURSO AUTORITÁRIO -2020 .....	79
<b>4 OS EFEITOS DE SENTIDO EM DIZERES SOBRE “INTERVENÇÃO MILITAR” NA <i>FOLHA DE SÃO PAULO</i> E NO <i>GI</i>.....</b>	<b>85</b>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS .....	116
ANEXO A – Texto 1: Grupo faz manifestação na porta de triplex em Guarujá, SP .	125
ANEXO B – Texto 2: Qualquer um deve reagir à corrupção, diz Bolsonaro após fala de general.....	128
ANEXO C- Texto 3: Não há lógica nenhuma em propor ruptura com democracia e volta da ditadura .....	130
ANEXO D – Texto 4: Cidades brasileiras têm protestos contra a ditadura militar neste domingo.....	132
ANEXO E – Texto 5: Para tropa de Bolsonaro, insinuar golpe deixou de ser tabu..	136

## INTRODUÇÃO

E quem não quer a alegria  
 E quem não quer a felicidade  
 E quem não quer o coração  
     Batendo  
 Sem qualquer dificuldade  
 E quem não quer o carnaval  
     Pela vida  
     O tempo inteiro  
 (Gonzaguinha, 1983)

Este trabalho insere-se no campo dos estudos discursivos, a partir da perspectiva materialista, e tem como objeto discursos textualizados na imprensa nacional contemporaneamente, especificamente no jornal *Folha de São Paulo* e no portal de notícias *GI*. O foco da investigação é o enunciado “intervenção militar”, tomado como acontecimento discursivo que põe em relação uma atualidade e uma memória. Considerando o atual contexto de instabilidade nacional e a história do Brasil no que se refere à participação e atuação dos militares no Estado, interessou-nos, provocadas pelos frequentes pedidos por “intervenção militar”, perceber quais efeitos de sentidos têm sido produzidos por esses dizeres.

Uma das razões pelo interesse nos discursos midiáticos reside no fato de que a mídia particulariza um espaço da sociabilização humana, situando-se num campo de disputa de narrativas e operando ativamente na construção da realidade social, na medida em que exerce elevada influência sobre o comportamento e o pensamento dos indivíduos. Nesse entendimento, é preciso considerar ainda seu papel no processo de circulação de discursos. Sobretudo em contextos de instabilidade e agitação política, econômica e social como o que vivemos, marcado por acontecimentos como a deposição de uma presidenta democraticamente eleita, celebrações do golpe militar de 1964, centenas de manifestações de rua, dentre outros, os discursos nos quais se inscrevem os constantes dizeres sobre “intervenção militar” têm sua circulação ampliada pela cobertura midiática.

Diante disso, o recorte temático desta pesquisa é a relação entre sentido e memória discursiva em discursos midiáticos sobre “intervenção militar”. Temos como objetivo geral discutir, partindo da análise de textos jornalísticos veiculados no jornal *Folha de São Paulo* e portal de notícias *GI*, os processos de apagamento, reelaboração ou manutenção de

determinadas posições-sujeitos em discursos sobre “intervenção militar” no Brasil no século XXI.

Tendo em vista o objetivo geral, traçamos quatro objetivos específicos, a partir dos quais buscamos apreender as condições de produção que envolvem o surgimento e a circulação desses enunciados, assim como os processos pelos quais constroem seus sentidos. São eles: (1) analisar a inscrição sócio-histórica de produção e recepção de discursos sobre “intervenção militar” no Brasil em textos jornalísticos da *Folha de São Paulo* e do *GI*; (2) investigar as construções ideológicas que podem ser percebidas nos discursos sobre “intervenção militar” nos textos jornalísticos e em comentários de leitores feitos aos referidos textos; (3) identificar como os sentidos de “intervenção militar”, inscritos na história do povo brasileiro, são transformados ou reafirmados no *corpus* em questão; (4) Discutir, com base no *corpus* estabelecido, a relevância da mídia na produção dos sentidos de “intervenção militar” no Brasil no século XXI.

O interesse que norteia as discussões aqui apresentadas surge em face das condições de produção em que irrompem os atuais enunciados sobre intervenção. O Brasil vem enfrentando um conturbado momento de instabilidade política e governamental que tem seu início mais expressivo em 2013 com um ciclo de protestos realizados em grande parte do país, desencadeando por aqui um panorama já tido como o mais instável desde o processo de redemocratização política, no início dos anos 80 (TATAGIBA, 2018). A partir de então, uma abundante produção discursiva em torno da ideia de crise agitou o panorama nacional, influenciando na sucessão de eventos diversos, como a implantação da Operação Lava Jato, em 2014, e o processo de impedimento sofrido pela então presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Desde esse momento, temos acompanhado centenas de manifestações de rua, “panelaços”, “buzinaços”, greves, dentre outros, além de uma forte polarização política e uma constante efervescência de discursos de ódio e discursos antidemocráticos. É nesse cenário – ou em função dele – que brasileiros têm ido às ruas e às redes sociais, com reincidência ao longo desses últimos anos, pedir “intervenção militar”.

O Estado brasileiro mantém uma controvertida relação com intervenções militares no decorrer de sua história recente<sup>1</sup> e estudos contemporâneos têm discutido, ante os embates, lutas e eventos deste século, questões relacionadas à memória da ditadura militar no país, nos anos compreendidos entre 1964 e 1985. Em relação a esse período, Teles e Safatle

---

<sup>1</sup> Por história recente, referimo-nos ao período que corresponde à república na divisão histórica tradicional, ou seja, a partir de 1889.

(2010) discorrem acerca da violência da ditadura militar brasileira. Esses estudiosos propõem que os regimes ditatoriais devem ser medidos “não por meio da contagem de mortos deixados para trás, mas através das marcas que eles deixam no presente, ou seja, através daquilo que deixarão para frente” (TELES E SAFATLE, 2010, p. 10). Os autores também ressaltam a especificidade brasileira frente às ditaduras latino-americanas, em virtude de sermos o único país sul-americano que não julgou seus torturadores e não promoveu justiça de transição. Sendo assim, podemos pensar em que medida os recentes chamados por “intervenção militar” refletem marcas dessa herança, isto é, produzem sentidos relacionados à ditadura militar.

Diante desse cenário, é possível declarar que fomos rodeados, por algum tempo, por um nível de apagamento e silenciamento do passado relacionado à ditadura. Pensemos, por exemplo, nos chamados “arquivos secretos” da ditadura militar, para os quais só se obteve amplo acesso a partir da Lei 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação - sancionada pela presidenta Dilma Rousseff. Fico (2012) demonstra que um longo percurso de luta pela liberação dos arquivos da ditadura precede a aprovação dessa lei. Também destaca que, apesar de ter sido “expurgada” boa parte desse arquivo, é incontestável a importância que sua liberação tem para a compreensão do período da ditadura militar em seus diversos aspectos. Embora pudéssemos notar o debate em torno da abertura de documentos da ditadura já em 2001, com a criação da Comissão de Anistia (FICO, 2012), foram necessários quase 30 anos, findado o regime, para que o Estado obtivesse uma política de memória referente aos eventos desse período, que supostamente revelasse o papel das forças armadas durante os governos militares.

Essa conquista se deu devido à instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2012 e divulgação de seu relatório final em 2014. A CNV foi criada com a finalidade de apurar as violações de Direitos Humanos praticadas entre os anos de 1946 e 1988, mas o seu foco central e seus principais resultados referem-se aos crimes durante a ditadura. Segundo Weichert (2014, p. 89), um de seus relatores, “a distância temporal facilitou a identificação do que restou de legado autoritário nas estruturas estatais e, portanto, a proposição de recomendações para superá-lo”. Em contrapartida, pesquisadores como Teles e Safatle (2010), assim como Fico (2020a) defendem que o efeito dos resultados da CNV nesse sentido são limitados, uma vez que não houve proposta de punição aos envolvidos nos crimes de violação aos direitos humanos.

A conclusão e divulgação do relatório final da CNV legitima o que deveria ser conhecido por todos: o fato de que o Estado brasileiro praticou graves violações aos direitos humanos durante o regime militar. Mas a conquista do reconhecimento incipiente sobre a violência que o regime representou para o país não foi obstáculo para vermos ecoar discursos favoráveis à intervenção, em meio às disputas políticas e ideológicas a partir das quais se vem produzindo o imaginário de crise. O mesmo imaginário que realimenta tais disputas. Nas condições de produção que se coloca, têm se feito notar os brasileiros que pedem por intervenção; há os que contestam sua constitucionalidade; e os que alertam para os sentidos de dor, violência e opressão associados à ideia de mais uma intervenção militar no Brasil.

O atual cenário de crise atribuído ao país, a divulgação do relatório final da CNV e o cinquentenário do golpe de 1964, aliados aos pedidos por “intervenção militar”, fomentaram a produção de muitos trabalhos que vêm apresentando discussões em torno de algumas temáticas como: embates envolvidos na construção da memória da ditadura brasileira (SÁ, 2015); apagamentos e silenciamentos de sentidos da ditadura brasileira (MARTINS, 2017); manifestações de rua na contemporaneidade e modos de mobilização em rede, crise política (TATAGIBA, 2018, 2019); insurgência de enunciados antidemocráticos, fortalecimento do discurso conservador (SINGER, 2013; FICO, 2014); dentre outros.

É nesse contexto turbulento de conflitos políticos e ideológicos que este trabalho se insere com o propósito de analisar construções discursivas acerca de possível “intervenção militar” no Brasil veiculadas em um setor da imprensa nacional, procurando apreender os modos pelos quais se opera a relação entre memória e sentido. Para embasar teoricamente este estudo, optamos pela Análise do Discurso (AD) materialista que, sendo um campo de estudos de caráter transdisciplinar, constituído no entrecruzamento de teorias de diferentes áreas do conhecimento - da Linguística, do Materialismo histórico e da Psicanálise – se revela um campo extremamente produtivo para descrição e interpretação dos processos de produção de efeitos de sentido em determinadas condições históricas.

Como bem assinala Orlandi (2007), a AD constitui-se como uma disciplina de “entremeio”, trabalhando nos espaços relacionais entre essas diferentes áreas do conhecimento, de modo que nos permite apreender não só relações de sentidos, mas também relações de força. Como perceberemos, a produção de sentidos se dá sempre por relações de força, tal qual se estabelecem as relações no funcionamento das estruturas sociais. Consequentemente, a mídia e os atuais discursos sobre “intervenção militar” não passam alheios a essas relações.

Além disso, a AD constitui-se como o espaço em que a produção de sentido ganha importância como objeto de estudo, pois volta-se para a palavra em curso, considerando as condições de produção da linguagem. A análise dos atuais dizeres sobre “intervenção militar” nos permite observar a relação da língua com a história e com a ideologia, uma vez que tais dizeres têm sua significação possibilitada por se inscreverem em discursos historicamente construídos. Considerando esse espaço constituído pela AD é que tomamos como objeto de estudo os discursos sobre “intervenção militar” presentes em textos jornalísticos, de modo a examinar os retornos e apagamentos presentes nesse dizeres, assim como as posições-sujeito possíveis de serem percebidas nos sujeitos discursivos postos na materialidade linguística. O que será empreendido no movimento de perceber a proporção com que tais dizeres transformam ou reafirmam os sentidos de “intervenção militar” inscritos na história do povo brasileiro.

O intuito deste trabalho não é falar de ditadura militar, mas refletir, nas condições de produção que constituem os atuais enunciados sobre “intervenção militar”, a possibilidade de circulação de discursos cujos saberes promovam e desejem regimes ditatoriais, tendo em vista já terem sido divulgados, em alguns momentos, os horrores de tais regimes. Nisto reside a importância de se trabalhar com AD, especificamente a corrente materialista, por entender que conceber os sujeitos e os sentidos historicamente constituídos, nos fornece subsídios para a análise pretendida. A constituição transdisciplinar da AD nos permite o diálogo necessário com outras áreas, como é o caso da História, Ciência Política e teorias da comunicação.

Na relação entre discurso midiático e sociedade, em especial a mídia jornalística, podemos observar o emprego de estratégias discursivas através das quais a realidade é moldada de modo a favorecer a perspectiva dos sujeitos sociais em ação. Essas táticas constroem o imaginário de que os fatos falam por si, criando o mito da objetividade jornalística. Do ponto de vista do discurso, consideramos que essas estratégias de moldagem da realidade são próprias do funcionamento da língua, essa que é sujeita ao equívoco, a falhas, a rupturas; que constitui o lugar de materialização dos processos discursivos; que faz intervir a ideologia responsável pela produção do efeito de objetividade, de evidência; meio próprio de acesso à realidade, que se dá sempre mediado pelo real da língua.

O *corpus* tomado para análise é composto de cinco textos jornalísticos publicados na mídia brasileira, especificamente *Folha de São Paulo* e *GI*, entre 2016 e 2020. Esse recorte temporal se deve ao fato de que, embora os pedidos por “intervenção militar” circulem desde



2013, com o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff consolidou-se no governo do país um grupo cujos ideais conservadores e autoritários vinham se fortalecendo. Cabe destacar ainda que a opção pela plataforma digital para seleção do material que compõe a amostra deste estudo se deve à conjuntura que vem envolvendo o jornalismo. As plataformas digitais promovem uma facilidade de circulação e alcance de um número significativamente maior de leitores, em função do avanço das mídias digitais e das redes sociais.

As pesquisas em jornalismo e ciberespaço têm apontado na direção de uma grande expansão dos jornais para outros suportes além das plataformas impressas, numa relação direta com esse avanço das mídias digitais nas últimas décadas (CASTELLS, 2013; BAVARESCO *et al*, 2015; FERREIRA, 2016). O jornalismo multiplataforma chega mesmo a ser visto com elevada importância para a sobrevivência de grandes veículos jornalísticos, que vêm, cada vez mais, se adequando às transformações tecnológicas e aumentando as plataformas de atuação. Entre as consequências decorrentes desse movimento está o aumento da velocidade de circulação e do poder de alcance do conteúdo jornalístico, assim como a geração de novos modos de consumo dos produtos midiáticos.

É importante ressaltar o valor da informação enquanto bem social, sem perder de vista que, em seu processo de produção e circulação, ela é selecionada, tratada e apresentada segundo o ponto de vista de um sujeito situado sócio, histórica e ideologicamente. Compreender os modos como os sentidos são produzidos nesse contexto, mobilizando memória, condições de produção, formação discursiva e ideológica, destaca a importância de se trabalhar as manifestações da língua numa perspectiva que cruze linguagem, história e ideologia. Através da materialidade linguística, é possível apreender nos discursos postos a relação que se estabelece entre esses elementos através do entrelaçamento de conceitos chave da AD, como formação discursiva, formação ideológica, memória, silêncio/silenciamento e sentido.

O interesse pelo discurso midiático se justifica pelo papel fundamental que exerce sobre os grupos sociais na construção dos modos de pensar e de interpretar a realidade. Também consideramos que analisar os modos de funcionamento da memória discursiva em discursos relativos à “intervenção militar” no Brasil permitirá um olhar acerca dos sentidos inscritos na história sobre o regime militar imposto ao país durante mais de duas décadas, de 1964 a 1985.

Para formação do *corpus* e considerando o recorte que definimos, os textos selecionados foram tomados como jornalísticos por critérios mais gerais, numa relação com a noção de comunidade discursiva jornalística (SILVA, 2007), que considerou aspectos como terem sido publicados em jornais e portais de notícias, além de terem sido produzidos por indivíduos com autoridade para tal. A função e a ideia de comunidade discursiva jornalística, nos limites desta pesquisa, são pensadas considerando que os textos selecionados, além de, principalmente, expor um ponto de vista, uma posição ideológica em relação à “intervenção militar” no Brasil, também cumprem papel de informar, na medida em que se pautam em questões atuais e pertinentes ao cenário nacional em vigor. As especificidades do contexto digital são assimiladas como constitutivas das condições de produção que envolvem os discursos analisados.

Os textos escolhidos são do Jornal *Folha de São Paulo* e do portal de notícias *GI*. A opção por esses veículos se deve a suas posições no setor jornalístico nacional. A *Folha de São Paulo* encontra-se no *ranking* dos maiores jornais brasileiros em circulação. Fundado em 1921, agregou o *website* em 1995, com a inauguração da *Folha Web*. Hoje, seu sítio eletrônico é atrelado ao *portal UOL*, também controlado pelo *Grupo Folha* e conta ainda com perfis oficiais nas redes sociais *Instagram* e *Twitter*, e *Tv Folha* no *Youtube*.

Segundo dados do Instituto verificador de comunicação (IVC), em 2019 A *Folha de São Paulo* ocupou a posição de líder do *ranking* de principais jornais nacionais, considerando suas versões impressa e digital (ABI, 2019, 2017, 2016). Dados do mesmo instituto apontam que a versão digital da *Folha* vem ocupando posições de liderança em número de acessos desde 2016, estando entre os dez primeiros sites de notícias que adotam a prática de engajamento nas redes. O jornal vem apresentando um aumento significativo de assinaturas digitais que colabora muito para esse resultado. Apesar de não ser de acesso gratuito, a assinatura para a edição digital possui valor consideravelmente inferior se comparada à assinatura da edição impressa (MOURA, 2018; MARTINS, 2017).

Já o *GI* é um portal de notícias do Grupo Globo, criado em 2006. Nele são postos à disposição do leitor conteúdos jornalísticos de várias empresas do Grupo Globo, como *Rede Globo*, *Globo News*, *CBN*, *Revista Época*, jornal *O Globo*, entre outros, além de reportagens próprias. Vale mencionar que o jornal *O Globo* também integra o grupo dos principais jornais brasileiros em circulação. Diferentemente da *Folha de São Paulo*, cujo *website* abriga sua edição digital, o *GI* corresponde a um portal de notícias, responsável por

aglomerar e distribuir conteúdo de fontes diversas e seu acesso é gratuito (MARTINS, 2017).

De acordo com Barbosa (2003), os portais de notícias inauguram uma nova categoria do jornalismo digital que os distinguem, em certa medida, dos *websites*. O jornalismo de portal, como referido pela autora, apresenta uma dinâmica mais ágil, as atualizações contínuas e em fluxo são mais eficazes por se trabalhar com redações específicas. Em relação aos textos, por serem mais fragmentados, alteram o conceito de notícia e empregam mais recursos multimodais na publicação dos conteúdos. Além disso, os portais são alimentados por fontes variadas de informação, como agências de notícias e sítios parceiros. Como efeito, podemos considerar que, do ponto de vista da percepção de uma identidade jornalística, colocam-se aspectos um pouco distintos se compararmos com o jornal *Folha de São Paulo*, por exemplo, ou com o próprio jornal O Globo – cujo conteúdo é alocado no portal *GI* - que apresentam uma estrutura organizacional e editorial menos diversificada e menos descentrada.

Embora todos esses aspectos sejam significativos e tenham sido relevantes para a seleção dos respectivos veículos, a motivação primeira foi a percepção da cobertura regular por eles realizada acerca de acontecimentos essenciais para a discussão aqui apresentada, associada à posição que ocupam no conjunto de mídias de referência do país e à possibilidade de acesso aos comentários dos leitores. Este último aspecto foi favorável para ampliar a percepção dos sentidos de “intervenção militar” que foram favorecidos nos enunciados postos, uma vez que nesse processo rápido de interação autor/leitor possibilitado pela plataforma digital, ficam mais facilmente identificáveis as possíveis memórias mobilizadas nesse movimento discursivo.

É válido pontuar que não constituiu fator essencial para a opção pelo jornal *Folha de São Paulo*, mas talvez seja importante considerar, mesmo que como aspecto auxiliar para as análises, as acusações que recaem sobre o jornal de ter colaborado com o regime militar, em 1964 (MARTINS, 2017). Não coube aqui avaliar sua participação ou não no regime de 1964, mas cabe a reflexão sobre a possibilidade de sua atuação no atual contexto estar vinculada a uma possível resposta a essa crítica.

Quanto a seleção dos textos, foi realizada de modo a atender a produção de enunciados que se referiam a dizeres sobre “intervenção militar”. Esses dizeres tiveram seus momentos de ebulição, na maior parte dos casos, relacionados a outros acontecimentos que, como já dissemos, têm marcado o cenário nacional. É o caso dos protestos relativos ao processo de

impedimento de Dilma Rousseff, da greve dos caminhoneiros, das manifestações referentes aos 55 anos do golpe militar etc. Esses acontecimentos, no contato com a memória e, portanto, com a historicidade que a constitui, fizeram irromper de maneira mais expressiva os enunciados sobre “intervenção militar”. Por conseguinte, serviram de ponto de partida para a seleção do *corpus* principal e sobre eles se falará mais à frente.

A composição do *corpus*, quando se trabalha com AD, deve ser pensada de modo indissociável das condições de produção que regem o objeto de análise, de forma a recortar amostras de representatividade do referido objeto, cuja análise se dá no batimento entre descrição e interpretação, colocando em relação a língua e a história. Favorece-nos na coleta das amostras o fato de que, conforme destaca Orlandi (2010), a AD se interessa e possibilita o trabalho, não só com práticas discursivas diversas, mas também heterogêneas.

Consoante o que diz a autora (2010), a construção do *corpus* e a análise são processos interligados, uma vez que o *corpus* é construído face aos objetivos de análise e esse processo já implica no conhecimento de propriedades discursivas. Nessa perspectiva, a análise inicia pela própria construção do *corpus* ante a pergunta que o organiza, ao que a teoria precisa intervir a todo momento para reger a relação do analista com seu objeto, ele mesmo, os sentidos e a interpretação, ressalta Orlandi (2010). Ainda com relação ao trato com o *corpus* e em consonância com o que propõe Pêcheux, é fundamental considerar a “materialidade da língua na discursividade do arquivo” (PÊCHEUX, 1994, p. 64), o que significa conceber como constitutivo seu atravessamento pela historicidade e pelo inconsciente.

Diante disso, é oportuno apresentar o percurso traçado para a seleção dos textos jornalísticos que serão anunciados à frente: num primeiro momento, buscamos, em cada ano, o acontecimento que percebemos como mais produtivo para a formulação de textos sobre “intervenção militar” ou sobre dizeres acerca de “intervenção militar”, tomando como parâmetro a circulação mesmo desses dizeres em declarações públicas, faixas, cartazes ou gritos de ordem presentes em protestos, passeatas etc.; definido o acontecimento, realizamos pesquisa nos sites dos dois veículos de comunicação aqui utilizados, fazendo o levantamento da produção jornalística que discutisse, que abordasse o tema das atuais referências à “intervenção militar”, à possibilidade ou desejo de intervenção.

Do conjunto obtido, definimos o *corpus* principal, composto por cinco textos, cabendo destacar que outros textos desse primeiro conjunto integram um *corpus* secundário que auxilia na compreensão das condições de produção, assim como do funcionamento discursivo. Importante destacar ainda que, como é central em AD, não visamos a

exaustividade do nosso objeto, posto que o discurso não se esgota. Buscamos sim uma análise vertical, visando apreender os modos de produção dos sentidos, que se dá sempre por relações – entre discursos, entre sujeitos, entre forças ideológicas. Na sequência, segue apresentado o resultado da seleção dos acontecimentos tomados como ponto de partida para a escolha dos textos jornalísticos aqui analisados.

Para o ano de 2016, o acontecimento tomado como base foi o dia de protestos em favor do impedimento da presidenta eleita Dilma Rousseff. Em 2017, tomamos as declarações feitas pelo general Antônio Hamilton Mourão em um evento promovido pela maçonaria em Brasília. Já no ano de 2018, consideramos a greve dos caminhoneiros ocorrida em maio. Em 2019, por ocasião do aniversário do golpe de 1964, houve manifestações por todo o país, contra e a favor do regime militar, em função do que consideramos esse acontecimento para seleção do texto. Por último, em 2020, fixamos a participação do presidente Jair Bolsonaro em manifestação que pedia “intervenção militar” e AI-5. A partir desse percurso é que os textos jornalísticos foram selecionados.

Os textos não apresentam a mesma tipificação de gênero, todos possuem conteúdo com alguma referência à “intervenção militar” e têm comentários dos leitores acessíveis. Então, os seguintes textos jornalísticos serviram de unidade de análise para os discursos investigados, acompanhados de comentários publicados por leitores dos respectivos veículos de comunicação:

“Grupo faz manifestação na porta de triplex em Guarujá, SP” – *GI*, 2016 (ROSSI, 2016);

“Qualquer um deve reagir à corrupção, diz Bolsonaro após fala de general” – *Folha de São Paulo*, 2017 (QUALQUER..., 2017);

“Não há lógica nenhuma em propor ruptura com democracia e volta da ditadura” – *Folha de São Paulo*, 2018 (COELHO, 2018);

“Cidades brasileiras têm protestos contra a ditadura militar neste domingo” – *GI*, 2019 (CIDADES..., 2019);

“Para tropa de Bolsonaro, insinuar golpe deixou de ser tabu” – *Folha de São Paulo*, 2020 (ZANINI, 2020).

Para efeito de organização deste trabalho e como meio de facilitar a referência aos textos jornalísticos, aqui eles aparecerão citados por texto 1 (2016), texto 2 (2017), texto 3 (2018), texto 4 (2019) e texto 5 (2020), acompanhados da devida referência.

Não desconsideramos que os textos em análise se apresentam em gêneros discursivos distintos. Mas ressaltamos que, ancorando-se na AD materialista, o objeto desta investigação são os discursos sobre “intervenção militar” textualizados nesses dizeres. É, portanto, um *corpus* de configuração heterogênea, representativo da produção e circulação do enunciado “intervenção militar” - pensado aqui como acontecimento discursivo - assim como do fortalecimento e consolidação do pensamento conservador e antidemocrático que marcam as condições de produção nas quais irrompem o acontecimento foco desta investigação.

Dessa forma, os textos jornalísticos são aqui considerados como unidade imaginária que nos permite observar o funcionamento dos discursos (ORLANDI, 2010). E seus autores enquanto sujeitos sociais, apenas na medida em que nos mostra o funcionamento do sujeito discursivo em sua relação com as formações imaginárias.

Assim, esta é uma pesquisa interpretativista e qualitativa, inserida no campo dos estudos discursivos, em que visamos, conforme se busca no trabalho do analista, colocar em relação a descrição e a interpretação, de modo a expor como os sentidos de “intervenção militar” são produzidos no *corpus* examinado. As análises desenvolvidas partem da compreensão de que a realidade é uma construção social, portanto simbólica, cujos fatos devem ser considerados sempre em condições de produção dadas.

O trabalho encontra-se organizado em 4 capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No próximo capítulo, “Fundamentação teórica”, apresentamos o referencial teórico que orienta esta investigação, assim como a noção de memória discursiva intrínseca à perspectiva da AD. No capítulo 2, “Discursos de “intervenção militar” no Brasil: construindo um percurso”, discorremos sobre os períodos de intervenção militar na história do Brasil, bem como sobre as Jornadas de Junho e aspectos relativos ao jornalismo digital, pois se configuram como questões relevantes e constitutivas das condições de produção que envolvem esta pesquisa e seu objeto. O capítulo 3, “Intervenção militar” em vozes presentes na *Folha de São Paulo* e no *GI*”, é dedicado à apresentação dos textos jornalísticos que compõem o *corpus*. No capítulo 4, “Os efeitos de sentido em dizeres sobre “intervenção militar” na *Folha de São Paulo* e no *GI*”, procedemos à análise e interpretação de sequências discursivas retiradas dos textos.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Se oriente, rapaz  
Pela constelação do Cruzeiro do  
Sul  
Se oriente, rapaz  
Pela constatação de que a aranha  
Vive do que tece  
Vê se não se esquece  
Pela simples razão de que tudo  
merece  
Consideração  
(Gilberto Gil, 1972)

Para alcançar os objetivos propostos nesta investigação, adotamos a perspectiva materialista da AD por conceber a língua em sua relação com a ideologia como aspecto constitutivo dos sujeitos e dos sentidos. Neste capítulo, apresentaremos as noções de discurso, ideologia, condições de produção, sujeito discursivo, memória discursiva e acontecimento discursivo, conceitos centrais para a área, que se relacionam de modo imbricado no funcionamento dos discursos e são essenciais para este estudo.

Sabemos que a AD proposta por Pêcheux irrompe na França, na década de 1960 e se consolida como o espaço possível para a articulação do linguístico com o histórico. Surge como forma de reação a um excessivo formalismo aplicado aos estudos linguísticos, num momento marcado pelos embates políticos que sacudiam o país naquela época. Para uma melhor compreensão desse panorama, recorremos a Pêcheux (1997b) e Malidier (2011) para apresentar uma síntese do percurso de constituição inicial da AD e sua classificação em três épocas.

Antes de 1969 existiam trabalhos de Pêcheux<sup>2</sup> abordando questões que se tornaram centrais para sua teoria, mas é sua obra *Análise Automática do Discurso* (1997a) que dá consistência à AD materialista como área de estudo. Essa época inicial, AD-1, é determinada por uma visão estruturalista do funcionamento dos discursos, em que os processos discursivos são concebidos como unidades justapostas e fechadas, tomando então o sujeito como determinado por um “sujeito-estrutura” (PÊCHEUX, 1997b). Nessa fase, a

---

<sup>2</sup> “Reflexions sur la situation theorique des sciences sociales et, specialement, de la psychologie sociale” (1966); “Remarques pour une théorie générale des idéologies” (1968). Publicados por Thomas Herbert, pseudônimo usado por Michel Pêcheux a partir de meados dos anos 1960.

preocupação dos trabalhos era voltada para a análise de discursos institucionais e escritos, basicamente o discurso político.

A publicação de *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1995) consolida uma nova fase que já vinha se desenhando. Nesse momento da AD-2, ocorre a organização dos conceitos de formação discursiva – já anunciada em 1971 – e interdiscurso. Na articulação entre os dois conceitos, o interdiscurso configura o exterior a partir de onde a formação discursiva se constitui como o espaço específico de produção dos sentidos, mas ainda sob forma de determinação estrutural fechada. Opera-se um afastamento da análise de processos discursivos justapostos em favor do foco na relação entre esses processos, mas ainda sob o viés do assujeitamento à maquinaria discursiva fechada.

A fase conhecida por AD-3 conduz à emergência de novos procedimentos a partir da desconstrução das maquinarias discursivas e da abertura para outros discursos além do político e escrito. Discussões empreendidas, especialmente no âmbito do grupo de pesquisa criado por Pêcheux - *Analyse de discours et lecture d'archive (ADELA)*<sup>3</sup> - resultaram em importantes reformulações para a área, a exemplo da leitura de estudos que abordavam a heterogeneidade enunciativa, como os desenvolvidos por Authier-Revuz (2004) no campo da Enunciação, que não só provocaram um novo olhar sobre a questão do sujeito, como permitiram abordar as formas linguístico discursivas do dizer do outro.

No estudo das heterogeneidades enunciativas, Authier-Revuz (1998) empreende o atravessamento de diferentes áreas – Linguística, Psicanálise, AD e Enunciação. Em vista desse atravessamento, ela aborda a heterogeneidade constitutiva do sujeito e do discurso como um princípio do funcionamento da língua que, não visível materialmente, se manifesta na linguagem através das formas de heterogeneidade mostrada. Para tanto, se apoia na noção de discurso como produto do interdiscurso e na noção de sujeito laciano, ou seja, o sujeito tomado em sua relação com a linguagem.

O sujeito da heterogeneidade enunciativa é um sujeito-efeito de sentido, que, segundo Authier-Revuz:

---

<sup>3</sup> RCP/ADELA (Recherche coopérative programmée/Analyse de discours et lecture d'archive) - Grupo de Pesquisa Cooperativa Programada do Centre National de Recherche Scientifique.



antes de qualquer coisa, só é sujeito quando fala, sujeito “produzido” pela linguagem como estruturalmente clivado por um inconsciente, sujeito destituído de toda posição de exterioridade, a não ser imaginária, com relação à linguagem e a seu dizer – o que significa assumir a expressão lacaniana “não há metalinguagem” -, e, conseqüentemente, não há o controle intencional que depende disso. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 169)

Assim, mantém-se e permanece a negação do sujeito intencional e detentor do controle dos sentidos de seu dizer. O sujeito discursivo, então, formado na relação do “eu” com o “outro”, se constitui afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia, por meio da linguagem. Há uma reformulação do conceito de formação discursiva, que passa a ser compreendida como sendo estruturada num processo interdiscursivo em que diversos discursos se formam e se relacionam no interior de um interdiscurso. Desse modo, uma formação discursiva é constituída não só no atravessamento por outras, mas também no embate entre os vários discursos que estruturam a própria formação discursiva. Como percebemos, reconfigurações foram empreendidas desde a construção inicial da maquinaria discursiva, levando ao amadurecimento da AD como campo de investigações voltado ao estudo dos processos discursivos.

No Brasil, o advento da AD ocorre no final da década de 70 (FERREIRA, 2003), tendo Eni Orlandi como uma das principais referências da área no país. Atualmente, essa área de estudos é movimentada, no âmbito nacional, por muitos pesquisadores, cujos trabalhos demonstram uma produção contínua. A introdução da AD no país encontrou uma configuração histórica e motivações distintas da França. Com relação ao panorama político brasileiro à época, vivia-se em uma ditadura, de modo que esse início dos trabalhos em AD é marcado pela especificidade de falar o político sem poder falar de política. É possível ver esse quadro desenhado em Orlandi (2017):

Ouvir e ler incessantemente *ame-o ou deixe-o*, ler os recados do Esquadrão da Morte, ou do Comando Caça Comunistas (CCC), ver as “procissões” do grupo “Deus, Pátria, Família”, dos desfiles da TFP (Tradição, Família e Propriedade), ver expostos cartazes com fotos de amigos próximos, professores ou alunos, onde se lia “Procura-se” e embaixo “terrorista”, demandava um enorme esforço em não reagir só emocionalmente e, ao mesmo tempo, em encontrar um modo de dizer o que não podia ser dito: o político. (ORLANDI, 2017, p. 18, grifos da autora)

Como a autora assinala, o político é um funcionamento e está presente em qualquer discurso. Essa é uma questão importante na perspectiva materialista, em que interessa não apenas a forma abstrata ou empírica, mas a “forma material” (ORLANDI, 2003, p. 4), essa que envolve o linguístico, o histórico, o político. Por efeito dessa concepção, os primeiros trabalhos em AD no Brasil se desenvolveram não em torno do discurso político, mas do discurso pedagógico, chamando-o de autoritário (ORLANDI, 2003).

Ao longo dos anos e a partir da abertura dos estudos em AD para um leque de possibilidades de discursos postos em análise, a área foi se consolidando. Por conseguinte, é possível pensar, não numa AD francesa, ou pecheutiana, mas numa “Escola Brasileira de Análise de Discurso” (ORLANDI, 2002, p. 37), tendo em vista como a teoria de Pêcheux foi reconfigurada no Brasil, não unicamente por Orlandi, mas sendo ela importante articuladora nesse empreendimento.

Ferreira (2008) defende que o conjunto de trabalhos desenvolvido no Brasil em AD tem se encaminhado para uma AD que não se mostra submissa às correntes francesas, mas exprime a devida fidelidade referencial, o que, nos parece, significa reconhecer as importantes contribuições, o elevado valor das propostas de teóricos como Pêcheux, mas com a liberdade necessária que permite o diálogo apropriado com a conjuntura brasileira, suas demandas científicas, sua realidade histórica.

A evidência disso é o modo como o campo foi sendo reconfigurado, reestruturado para alcançar as diversas inovações que afetam a produção/circulação dos discursos, como é o caso da linguagem eletrônica, das mídias sociais, das linguagens multimodais etc. Trabalhos atuais vêm articulando o processo de subjetivação pela interpelação ideológica não só às relações de classes, mas de gênero e de raça também, como menciona Zoppi-Fontana (2020). A AD vem ganhando espaço em outras áreas das ciências humanas, áreas fronteiras como a História, a Filosofia, a Sociologia e a Psicanálise, para as quais o discurso também se torna objeto de interesse, ressalvados os devidos domínios de cada área. Em vista disso se defende que considerar a AD como campo interdisciplinar é limitar sua força, posto que apaga sua característica de ser “uma teoria crítica da linguagem” (FERREIRA, 2003, p. 41).

É com base nesse quadro de constituição e consolidação que a AD é aqui adotada como área em que a linguagem, revestida da história, é a base material por meio da qual podemos alcançar os discursos, sendo esses o local em que se entrelaçam língua, história e sujeito. Nesse contexto e conforme Orlandi (2010), a língua é a condição de possibilidade

do discurso, considerada na medida em que faz sentido, e só o faz porque se inscreve na história.

Como é possível constatar, a AD não concebe a língua como forma nem deslocada das condições históricas e sociais, ao contrário, põe em relação a língua e sua exterioridade, a linguística e as ciências sociais, estabelecendo o discurso e seus modos de funcionamento como seu objeto de estudo. Não se trata de reconhecer e aceitar a existência de elementos que são externos à língua, mas de conceber essa exterioridade como sendo constitutiva dos discursos. Portanto, a AD privilegia o sentido e seus modos de produção, sentidos que se materializam na língua, e é nessa medida que a forma linguística é considerada. Assim sendo, temos que linguagem, sujeito, discurso e ideologia configuram elementos essenciais constitutivos da AD enquanto ciência.

Nas palavras de Ferreira (2003), em relação a noção de língua adotada pela AD:

Importa ressaltar, de fato, que a Análise de Discurso não trabalha com a língua da Linguística, a língua da transparência, da autonomia, da imanência. A língua do analista de discurso é outra. É a língua da ordem material, da opacidade, da possibilidade do equívoco como fato estruturante, da marca da historicidade inscrita na língua. É a língua da indefinição do direito e avesso, do dentro e fora, da presença e ausência. (FERREIRA, 2003, p. 42)

Conforme já mencionado, os conceitos da AD funcionam de modo entrelaçado no processo discursivo e, para uma compreensão adequada dessa ciência, necessário se faz a compreensão desses conceitos, não só pela centralidade que ocupam na área, mas também pela polemicidade que envolve alguns deles, como é o caso de discurso, ideologia e sujeito.

Para a AD, discurso é compreendido como “efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2010, p. 21). É a instância em que a palavra se reveste de significado, em que a língua ganha dimensão sócio-histórico-cultural, ou seja, é entendido como objeto sócio-histórico através do qual se materializa a ideologia. Nas palavras de Orlandi (2010):

O discurso não corresponde à noção de fala pois não se trata de opô-lo à língua como sendo esta um sistema, onde tudo se mantém, com sua natureza social e suas constantes, sendo o discurso, como a fala, apenas uma ocorrência casual, individual, realização do sistema, fato histórico, asistemático, com suas variáveis etc. O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto. (ORLANDI, 2010, p. 22)

Sob essa ótica, o discurso é a palavra em curso, não podendo ser entendido como língua, texto ou fala, mas que tem a língua como sua materialidade específica. É desse objeto que a AD se ocupa e, para apreender como os objetos simbólicos significam, considera o sentido na intersecção de três áreas – teoria da sintaxe e da enunciação, teoria da ideologia, teoria do discurso – em diálogo com uma teoria psicanalítica do inconsciente (ORLANDI, 2014). Ao analista de discurso cabe, então, verificar a relação entre discurso e condições de produção, condições que permitem que dado efeito seja produzido e não outro. Considerando que a linguagem é opaca e heterogênea, o sentido não deve ser concebido de modo isolado e independente. Deve ser “definido não como algo em si, mas com relação a”, isto é, efeito do contato com o já dito, ideologicamente marcado. (ORLANDI, 2010, p. 25).

Assim sendo, a produção dos sentidos é condicionada pelo que, em AD, denomina-se condições de produção, responsável por colocar em relação o sujeito, a situação enunciativa e os modos como a memória discursiva é acionada. A noção de condições de produção é fundamental nesse processo e foi possibilitada pela adoção de uma perspectiva que colocou em oposição enunciado e enunciação, de modo que aquele se refere à superfície textual, e este às condições sócio-histórico-ideológicas.

Compreendemos então, que as condições de produção, que tanto envolvem os discursos quanto possibilitam e condicionam sua produção, encerram a memória discursiva. Assim, um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas, sustentando o entendimento de que as palavras mudam de sentido conforme a posição dos interlocutores. Considerando esse ponto de vista, trouxemos a explicação de Pêcheux (2008) de que:

todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]. Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série [...] de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. (PÊCHEUX, 2008, p. 53)

Nessa perspectiva é possível afirmar que todo enunciado está sempre ligado às condições históricas e sociais nas quais emergem sua produção, e sua análise deve buscar demonstrar essas condições e as posições-sujeito nelas percebidas. Com base no pensamento de Orlandi, “não há sentido sem interpretação. Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que as diferentes linguagens, ou as diferentes formas de

linguagem, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos” (ORLANDI, 2007b, p. 9).

Tendo em vista esse entendimento, aludimos ao estudo de Santos (2019) que demonstra como dizeres relacionados ao regime militar implantado no Brasil podem ser ressignificados em condições enunciativas distintas. Esse autor apresenta discursos de resistência de 1968 retomados em discursos de hoje. Suas análises revelam práticas discursivas de resistência à implantação do AI-5, em 1968, retomadas como discurso de resistência em 2018, num diálogo com falas emergentes na contemporaneidade. Com a última eleição presidencial, em 2018, há um estímulo à proliferação de discursos conservadores. Esses discursos do passado são retomados e ressignificados, favorecendo memórias de resistência: lá, resistência à maior repressão que veio com o AI-5, aqui, resistência aos discursos antidemocráticos em circulação.

Percebemos, desse modo, que todo dizer deve ser considerado sempre situado no tempo e no espaço social, considerando o dito e o não dito em condições de produção específicas, histórica e socialmente condicionadas. Logo, em diferentes condições de produção, dizeres sobre a ditadura, regime militar ou intervenção militar atualizarão memórias discursivas distintas, que poderão estar relacionadas a sentidos de repressão, tortura, censura, violência, sentidos de ordem, controle do caos, salvação, progresso, ou ainda sentidos outros que possam ser produzidos na arena discursiva.

O porquê e como determinado efeito de sentido foi gerado é preocupação central para a AD, numa óptica que compreende que o texto significa de formas distintas em contextos distintos, como explica Orlandi (2010, p. 42) ao afirmar que “podemos dizer que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas condições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”. Devido à heterogeneidade constitutiva do discurso e da formação discursiva, o sentido não é único.

Entretanto, as possibilidades de enunciação e de sentidos produzidos dentro de uma formação discursiva se constituem dentro dos limites construídos pela formação ideológica a que esta formação discursiva está submetida. Mas isso não significa dizer que esse sentido já se encontra pronto, porque apesar de controlado pela posição ideológica dos sujeitos, ele é construído conforme vai se constituindo o próprio discurso. Vai sendo marcado conforme o são as forças ideológicas colocadas em conflito na relação entre as formações discursivas postas em jogo.

Se, como já mencionado, o sentido se constrói em condições de produção dadas e no efeito do contato com o já dito, dois conceitos são importantes nesse processo, o de paráfrase e o de polissemia, tendo em vista que o funcionamento da linguagem, do ponto de vista discursivo, se dá na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos (ORLANDI, 2010). Ou seja, no jogo entre a paráfrase – aquilo que se mantém em todo dizer – e a polissemia – o deslocamento do processo de significação. Embora o sujeito tenha a impressão da autoria exclusiva e do ineditismo daquilo que diz, há sempre algo que se mantém em todo dizer e que está relacionado à memória.

Por outro lado, a linguagem tem a “incompletude” (ORLANDI, 1983) como condição, o que significa que sujeitos e sentidos não estão prontos e acabados. Assim, os sentidos sempre podem ser outros, dependendo de como a língua os afete. Temos então a produtividade, regida por processos parafrásticos, regulando a produção dos discursos. Ela tende à estabilização e consiste num retorno constante ao mesmo espaço do dizível. E a criatividade, regida por processos polissêmicos, caracterizada pela ruptura, é o deslocamento dos sentidos. Resumindo, a paráfrase é a matriz do sentido e a polissemia é a condição de existência do discurso, uma vez que não há sentido sem repetição e, se os sentidos não pudessem ser outros, não haveria razão para dizer (ORLANDI, 2010).

Nesse ponto, estudo desenvolvido por Flores, Gallo e Neckel (2015) nos apresenta exemplos nos quais percebemos como a construção dos sentidos de “intervenção militar” pode ser pensada, em termos discursivos, como um gesto político. Analisando discursivamente imagens da candidata Dilma Rousseff relacionadas à sua militância durante o regime instalado em 1964, e que foram veiculadas em periódicos da imprensa nacional durante as eleições de 2010 e 2014, ficou demonstrado como, em 2010, foram favorecidos os sentidos negativos em relação à Dilma guerrilheira. Enquanto em 2014 foram favorecidos os sentidos positivos em relação às lutas pela liberdade e aos movimentos de esquerda, abrindo possibilidades de enunciar a partir de outras posições-sujeito. É imprescindível pensar que as condições de produção, em cada um dos casos, são inseparáveis das possibilidades do dizer que se apresentam como realizáveis.

No referido texto de Flores, Gallo e Neckel (2015), as autoras discutem sobre como os sentidos positivos da ditadura, mobilizados nos recentes pedidos por volta do regime militar, têm a contradição como condição essencial, uma vez que a própria conjuntura que possibilita hoje a emersão de tais dizeres é consequência do término do regime militar de 1964.

É possível considerar que os resultados alcançados pela CNV favorecem a circulação de sentidos negativos relacionados ao regime militar brasileiro, na medida em que descortina parte da história oficial, encoberta pelos militares, relativa às práticas de repressão e torturas perpetradas pelo Estado durante o regime, conforme discutido por Sá (2015). Mas é preciso considerar que esses sentidos dependem sempre da posição discursiva na qual se inscrevem os sujeitos ao enunciarem, ou seja, do modo como a ideologia os afeta.

Outro aspecto que cabe ressaltar é o fato de que o discurso tem a língua como sua materialidade específica, ao passo que consiste, ele mesmo, em materialidade específica da ideologia. Essa, não pensada como meio de reprodução das estruturas sociais, ou instrumento de dominação, mas como lugar de embates no qual os sujeitos e os sentidos se constituem. A ideologia marca as diferentes posições dos sujeitos sociais, posições essas que, por serem antagônicas, geram embates que são refletidos no discurso, pois é no processo de afetação pela ideologia que o homem interpreta e atribui sentido diante de qualquer objeto simbólico.

Ela é um produto da relação sujeito, língua, história, e constitui condição essencial para significação, além de ser responsável por silenciar os sentidos indesejados. Esse último aspecto diz respeito ao fato de que quando uma formulação é materializada, outra é silenciada. Quem diz “o quê”, “para quem”, “a partir de que lugar” é determinante nesse jogo que está intimamente relacionado aos esquecimentos que são próprios do processo discursivo, assim como discutido por Orlandi (2010).

Considerando os silenciamentos que podem estar em funcionamento nos recentes dizeres sobre “intervenção militar”, investigações realizadas por Martins (2017) em especiais jornalísticos do cinquentenário do golpe de 1964, explicam como a mídia conduz à estabilização da história em momentos de ebulição. Fundamentando-se em teorias da midiaticização e no conceito de guerra de memórias, o autor defende que os silenciamentos sobre o regime militar brasileiro ficam expostos na lacuna entre as narrativas históricas oficiais e as recordações de grupos e indivíduos, o que se deve ao aspecto ideológico sempre presente na linguagem.

As investigações de Martins (2017) se embasam na concepção de que as guerras de memória se instalam nos conflitos entre o que se esquece e o que se recorda do passado, sustentado pelo que as narrativas oficiais dão a conhecer historicamente e o que emana das memórias individuais ou mesmo coletivas que não são abarcadas por essa história oficial, ou por essa memória oficial. O conceito de guerras de memórias com o qual trabalha o autor,

tomado do campo da história, é distinto do conceito de memória discursiva que adotamos neste estudo. Mas seguimos o entendimento de que tais conflitos – guerras de memórias – residem nos silenciamentos e esquecimentos que funcionam nos processos próprios da memória, estando relacionados aos lugares ideológicos em disputa no relato dos fatos históricos e que se manifestam na linguagem.

A ideia de silenciamento e esquecimento referidos no texto relacionam-se às estratégias empregadas no âmbito enunciativo, à manipulação, no nível institucional, por quem ocupa lugares sociais de poder, no estabelecimento de uma história oficial. Não é percebida referência a esses conceitos a nível de funcionamento discursivo, como constitutivo de todo e qualquer discurso. Isso em virtude, é claro, da abordagem teórico-metodológica adotada pelo autor. Mas entendemos que tais percepções podem ser abordadas neste trabalho, sendo ampliadas para uma perspectiva discursiva pela associação com os conceitos próprios da AD com que trabalhamos aqui. Perspectiva na qual o silêncio não é vazio, mas gerador de sentido. Ele é revelador do lugar de onde falam ou calam os sujeitos discursivos. Sujeitos que estão em contínuo processo de construção através das diversas formas de interação mediadas pela linguagem. Esse processo, pois, não é independente da produção e circulação dos discursos, nem das relações de poder em funcionamento.

Para a AD, o esquecimento é entendido como sendo constitutivo dos sujeitos e dos sentidos e estruturante do funcionamento do interdiscurso. Isso porque, conforme Orlandi (2017), todo dizer recorta a memória em algum ponto, a partir de onde se constitui em um gesto de interpretação, uma posição entre outras possíveis. Para Pêcheux (1997c) dois esquecimentos são estruturais para o funcionamento discursivo: o sujeito esquece que os sentidos não começam nele e que sempre podem ser outros. Assim sendo, tem-se o esquecimento nº 1, de ordem ideológica, em que, esquecer que está assujeitado a uma formação discursiva dá ao sujeito a ilusão de ser a fonte de seu dizer; e o esquecimento nº 2, da ordem da enunciação, que se refere ao esquecimento dos sentidos e leva o sujeito a achar que pode controlar os sentidos de seu dizer.

Com base no que foi dito até o momento, temos buscado demonstrar um aspecto central que caracteriza a AD materialista, como é bem lembrado por Zoppi-Fontana (2020): os sentidos e os sujeitos são efeito de um processo histórico, simbólico e ideológico. Por esse entendimento, é importante compreender como o sujeito é concebido nessa perspectiva.

As discussões em torno da noção de sujeito são uma constante na área das ciências humanas e sociais. A princípio, precisamos explicar que para a perspectiva materialista não



se trata de indivíduo ou sujeito social, mas do sujeito constituído historicamente. O sujeito da AD é, portanto, o sujeito discursivo, definido como uma posição no discurso, constituído na inter-relação social e formado por uma heterogeneidade de discursos.

De acordo com Ferreira (2010), o entrecruzamento das diversas vozes que circulam nos espaços sociais nos quais o sujeito se insere o constituem. É importante perceber que o sujeito está sempre em movimento, assumindo diferentes posições no interior do discurso. Logo, é um ser social e ideológico. Se vê, dessa forma, que em AD se trabalha com a noção de descentramento do sujeito, na medida em que esse sujeito não é a origem de seu dizer, não detém o controle sobre os sentidos, não ocupa lugares fixos no jogo discursivo e se constitui num processo histórico. É a partir desse dimensionamento que se compreende a negação do sujeito intencional em AD.

Conforme propõe Orlandi, a noção de sujeito carrega consigo a de contradição e incompletude. No espaço tenso da subjetividade, o sujeito não é totalmente dono de si, nem completamente determinado por algo externo; é múltiplo, atravessado por vários discursos; não se relaciona mecanicamente com a ordem social da qual faz parte e representa vários papéis (ORLANDI, 1983).

Como observamos, o indivíduo se constitui sujeito em suas práticas discursivas, ao ser interpelado pela ideologia. Nesta perspectiva, essa constituição ocorre por meio de processos de subjetivação, em que o indivíduo assume formas-sujeito diversas de acordo como se dá sua identificação com dada formação discursiva. A forma-sujeito resultante desse processo se refere a uma posição no discurso e pode se “caracterizar [...] como realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso” (PÊCHEUX, 1995, p. 167).

Reconhecemos que a forma-sujeito não é estanque, mas constituída em meio a contradições, sujeita a transformações e deslocamentos. Do mesmo modo, o sujeito discursivo é caracterizado por uma constante construção/desconstrução marcada por conflitos. A dinâmica que envolve a identificação do sujeito com a formação discursiva na qual ele se inscreve permite brechas que possibilitam ao sujeito situar-se em outros espaços do dizer, isso porque esse percurso de desdobramentos entre o sujeito e a forma-sujeito ocorre de diferentes formas, ao que Pêcheux descreve como modalidades de subjetivação do sujeito, e que aqui adotamos Zandwais (2003) como referência para esclarecer.

Em suma, a interpelação do indivíduo em sujeito se dá pela identificação com uma formação discursiva dada, o que se refere ao desdobramento do indivíduo em (a) sujeito inscrito a uma forma-sujeito e (b) sujeito enunciativo que toma posições a partir do lugar em

que se reconhece como sujeito e, portanto, se coloca no discurso como portador de uma identidade que acredita ser objeto de sua livre opção (ZANDWAIS, 2003). Esse desdobramento não ocorre de modo simples e homogêneo, mas se efetua por modalidades de subjetivação, que podem se caracterizar por processos de identificação, desidentificação ou contra-identificação, como vê-se a seguir. A primeira modalidade se configura por uma identificação pacífica entre o sujeito e a formação discursiva à qual se inscreve ao enunciar. Dessa forma:

A primeira modalidade consiste numa superposição (um recobrimento) entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a “tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do “livre consentimento”: essa superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito” que reflete espontaneamente o Sujeito. (PÊCHEUX, 1995, p. 215)

A segunda se refere a uma modalidade de contra-identificação, na qual o sujeito discursivo adota uma posição de distanciamento, de não identificação com o Sujeito Universal – da ideologia – o que leva a um deslocamento em relação à formação discursiva na qual o discurso se insere, mas esse deslocamento não é suficiente para promover a ruptura entre sujeito e forma-sujeito da formação discursiva. A terceira modalidade de subjetivação foi categorizada por Pêcheux a partir das implicações das relações entre efeitos das ciências e prática política do proletariado sobre a forma-sujeito. Efeito caracterizado por uma “transformação-deslocamento da forma-sujeito”. (PÊCHEUX, 1995, p. 217)

O que configura a terceira modalidade é uma desidentificação do sujeito frente a um discurso determinado, promovendo uma desconstrução/reconstrução em relação a formação discursiva e levando a um deslocamento da forma-sujeito. Ou seja, há um processo de desidentificação/reinscrição da forma-sujeito. É importante pontuar que esse movimento de desidentificação/identificação não acarreta o apagamento das formações discursivas com as quais se desidentificou, nem torna o sujeito plenamente livre sobre seu dizer. Na verdade, a forma-sujeito anterior não sofre um processo de anulação e continua interagindo com a nova. Assim como os sujeitos continuam interpelados ideologicamente, uma vez que ocorre uma imediata inscrição do sujeito em nova formação discursiva.

Retomamos então o caráter ideológico do discurso e do sujeito, considerando a ideologia como a relação imaginária que o sujeito tem com suas condições de existência, de modo que “para sermos sujeito de linguagem, temos que ser interpelados pela ideologia.” (ORLANDI, 2020).

Há um conjunto de elementos que se coloca a considerar: O sujeito, ao enunciar, submete-se à língua para fazê-lo; não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia; todo enunciado é produzido para ser interpretado; interpretar é inseparável do modo de o sujeito estar no mundo; a interpretação é uma prática discursiva que intervém no mundo; mas esse sujeito não controla os sentidos de seu dizer, posto que o sentido não existe a priori, mas é construído no próprio processo discursivo, tal qual o sujeito. É esse conjunto de elementos que nos direciona para a compreensão da noção de sujeito discursivo.

Interpelado pelo mecanismo da ideologia e afetado pelo inconsciente, o sujeito discursivo se constitui heterogeneamente na tensa relação entre formações discursivas de fronteiras moventes, de limites tênues, nas quais ele transita por diversos espaços discursivos na medida em que se identifica, desidentifica ou contra-identifica no processo de subjetivação. Precisamente, não é um sujeito submisso, fadado a determinado lugar do dizer ou mero depósito da ideologia.

Nesse sentido é importante destacar que ao sujeito é “livre” o movimento de aproximação/distanciamento parcial ou total com uma posição ideológica dada, mas ao fazê-lo, ele logo se inscreve em outra como meio de refutar a que não lhe serve, de modo que está sempre inscrito em posições discursivas que são o reflexo de suas posições ideológicas. Isto porque a ideologia é um ritual com falhas (PÊCHEUX, 1995), mas nem por isso para de funcionar.

## 1.1 MEMÓRIA DISCURSIVA E ACONTECIMENTO

Como postula a AD materialista, a linguagem não é transparente, ela só adquire sentido no interior das Formações discursivas e Ideológicas em que os discursos são produzidos. O que pode e deve ser dito em um domínio de saber específico é orientado pela formação discursiva, estando atuante, também, a memória discursiva, responsável por conservar o que deve ser dito e esquecer o que não favorece a uma dada formação. Compreendemos que o discurso manifesta uma memória coletiva na qual os sujeitos são inscritos: a memória discursiva, que constitui condição essencial para o funcionamento dos discursos, produzidos na mobilização de dois eixos: o da constituição – interdiscurso – e o da formulação – intradiscurso.

O interdiscurso “é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2010, p. 31). Refere-se à memória que, filtrada pela ideologia do sujeito discursivo, condiciona o intradiscurso. Este último diz respeito ao que

está sendo dito no momento e nas condições dadas. Como o dizer não é propriedade particular, a produção dos discursos, no eixo do interdiscurso, lança mão do esquecimento (ORLANDI, 2010).

Nesse sentido, tomamos a afirmação de Pêcheux (1995, p. 162) de que “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas”. Esse “todo complexo com dominante” constitui o que ele denomina de interdiscurso e que aqui tratamos como sinônimo de memória discursiva. Desse modo, entende-se que a linguagem evoca sentidos pré-construídos que são ecos do interdiscurso, dessa memória do dizer. O sentido se constitui mediado por essa memória. Ele é construído no entrelaçamento de aspectos referentes ao acontecimento e as posições assumidas pelo sujeito no interior desse acontecimento.

A relação entre memória e acontecimento discursivo é essencial nesse sentido. Partindo da formulação de Pêcheux (2008), o acontecimento discursivo refere-se ao ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória. Como explica Orlandi:

Cada acontecimento discursivo é inédito e o retorno da memória não é simples reprodução. No entanto, isto não significa, por si, que haja transformação do sentido, (sentido “novo”), ruptura. A própria mudança, em Análise do Discurso, resulta de uma relação com o mesmo, já que a noção de repetição – empírica, formal e histórica – supõe tanto o fechamento quanto a possibilidade de deslocamento, embora ambos sejam retorno, interpretação. (ORLANDI, 2007b, p. 93)

Se depreende então, em relação ao acontecimento, que não se trata de fatos no mundo, mas isso posto em discursividades, fazendo emergir novos discursos, novos lugares do dizer. Pêcheux afirma que:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos. (PÊCHEUX, 2008, p. 56)

Dessa maneira, tomamos o enunciado “intervenção militar” como algo no campo do simbólico, constituindo um acontecimento discursivo. Observemos que existe toda uma memória discursiva acerca de intervenções militares, existe o acontecimento histórico do regime militar de 1964 – para citar o que aparece retomado em nossas análises – existe ainda

a defesa de uma “intervenção militar” que movimentava as atuais condições de produção, e temos um conjunto de discursos produzidos em torno disso, ou seja, a discursivização disso nas condições de produção dadas que, como já anunciado, é marcada, dentre outras coisas, pela ascensão e fortalecimento de grupos conservadores de direita e extrema direita.

Isto posto, reforçamos, acerca da memória discursiva, que ela não corresponde a um simples conjunto de já-ditos. Longe de se apresentar estável e homogênea, por ela discursos já ditos não só se repetem, mas se deslocam, se desdobram, se reconstróem, se o contexto de produção assim os conduzir. Então, ao enunciar, o sujeito não só repete, mas também desloca, faz deslizar ou recria sentidos já postos em discursos outros, como defende Pêcheux (2007) na afirmação a seguir:

A certeza que aparece, em todo caso, no fim desse debate é que uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra discursos. (PÊCHEUX, 2007, p. 56)

Trata-se de uma memória social, que funciona antes, em outro lugar, por meio da qual a repetição torna possível que o sentido possa ser outro. Como explica o mesmo autor:

[...] a memória seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 2007, p. 52)

Segundo Sá (2015), as memórias da ditadura brasileira se formam a partir de uma reordenação nas formas do dizer, entre opacidade e visibilidade. O autor também explica que a grande mídia sustenta um processo de construção de memória que possibilita falar sobre o regime militar, ao mesmo tempo que reforça e favorece uma memória oficializada que pode ser percebida, por exemplo, em enunciados que apresentam a intervenção militar de 1964 como a culminância da polarização política instalada no país à época. Além disso, afirma que até 2014 a produção midiática sobre o regime militar de 1964 ou questões a ele relacionadas, tinha como característica o enfoque no evento, no passado, desobrigando-se de promover reflexões sobre os ecos de outrora no período presente, resguardadas as devidas diferenças no foco e nas posições ideológicas. Isso não sugere que a partir de 2014 haja uma

mudança na postura adotada pela mídia, mas que as conclusões se referem a esse período, que é onde se insere o *corpus* estudado por Sá (2015).

Esse contar historicamente os anos do regime militar com um aparente começo, meio e fim gera um apagamento das marcas desse período de recessão deixadas para o futuro. Esse silêncio funciona politicamente (ORLANDI, 2014), permitindo que parte da sociedade enalteça os possíveis valores da ditadura e deseje seu retorno. Isso é reflexo das diferentes memórias sobre o regime, mobilizadas a partir de posições distintas, que, para efeito do funcionamento discursivo, silencia um sentido para que outro possa funcionar (ORLANDI, 2007). Mas pode ser reflexo, também, de outra espécie de silêncio, aquele imposto historicamente por práticas institucionais que dificulta a produção de discursividades a partir de uma memória negativa do regime e dos militares. Em relação a isso, estudos de Fico (2020, 2020a), Safatle (2010) e Singer (2020), apontam como a liderança dos militares no processo de transição da ditadura se reflete hoje no que se dá a conhecer oficialmente sobre o período.

Orlandi (2007) explica como o silêncio relaciona-se com a ideologia e com as condições de produção dos discursos. A noção de silenciamento – “pôr em silêncio” – corresponde a “um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito” (ORLANDI, 2007, p. 73). Ela esclarece ainda que essa concepção de silêncio resulta numa incompletude constitutiva tanto da linguagem quanto do sujeito e põe em jogo processos de significação. No plano discursivo, sujeitos e sentidos se constituem simultaneamente, pois ao deixar de lado certos dizeres, o sujeito discursivo deixa de assumir certas posições e se inscreve em uma dada formação discursiva.

Em síntese, o sentido não existe por si, a priori, mas se relaciona com questões de natureza ideológica, histórica e social que fazem com que as palavras signifiquem no interior de formações discursivas determinadas. Desse modo, as palavras mudam de sentido de acordo com a formação discursiva no interior da qual são enunciadas. É partindo dessa compreensão, desse olhar, que tratamos a relação entre memória discursiva e produção de sentido, considerando que os sentidos são determinados pela relação que estabelecem com a formação discursiva a que se filiam e com a memória.

## 2 DISCURSOS DE “INTERVENÇÃO MILITAR” NO BRASIL: CONSTRUINDO UM PERCURSO

Apesar de tudo estamos vivos  
 Pro que der e vier prosseguir  
 Com a alma cheia de esperanças  
 Enfrentando a herança que taí  
 Meu Deus do céu  
 Nós atravessamos mil saaras  
 E eu nunca vi gente melhor resistir  
 A tanta avidez, a tanta estupidez  
 Ao cada um por si, ao brilho da ilusão  
 Digo na maior - melhores dias virão  
 É um desejo deste imenso coração  
 (Gonzaguinha, 1985)

Trabalhamos nesta pesquisa com discursos sobre “intervenção militar” textualizados em dois veículos da mídia nacional, em suas plataformas digitais. Ao utilizar mídias digitais, consideramos as inovações que elas empreendem, tornando o ciberespaço como um novo espaço de interação social, na medida em que altera os modos de interação entre os sujeitos.

Tomamos o enunciado “intervenção militar” como acontecimento discursivo que põe em relação uma atualidade e a memória. Essa última, que possibilita que as palavras possam significar, é sujeita a equívoco, constituída de esquecimentos (ORLANDI, 2007a). Falar de “intervenção militar” hoje, certamente não é como no século XX. Podemos relembrar a censura implantada durante a ditadura militar<sup>4</sup> que é algo que marcou a nossa história, mas temos que considerar que o enunciado em questão, naquele período e atualmente, estabelece relações bem distintas com o interdiscurso, uma vez que as condições de produção dessa expressão na atualidade nos oferecem outras referências.

Orlandi (2014), ao falar sobre o início de seus trabalhos em AD - que ocorreu na década de 70, em plena censura - relata que a ditadura era um acontecimento discursivo assustador. Podemos lembrar que a autora falava a ditadura através do discurso pedagógico, chamando-o de autoritário (ORLANDI, 2014, p. 45). Consideramos que se torna também assustador o acontecimento discursivo “intervenção militar” por tudo que ele historicamente retoma, por tudo que ressignifica. Diante do exposto, neste capítulo faremos uma discussão sobre os períodos de “intervenção militar” na história do Brasil, um resumo das “Jornadas

---

4 Vale lembrar que no que se refere aos períodos ditatoriais brasileiros, a censura não foi exclusividade do regime militar. Durante a ditadura do Estado Novo ela foi implementada especialmente à imprensa como forma de controlar a oposição ao regime.

de Junho” e teceremos algumas considerações sobre o jornalismo digital, pois o digital se configura como aspecto relevante na compreensão das condições de produção do nosso objeto, qual seja discursos sobre “intervenção militar” textualizados no jornal *Folha de São Paulo* e portal de notícias *GI*, em suas plataformas digitais.

Como já mencionado na introdução deste trabalho, o Brasil enfrenta um delicado momento de radicalização política e social. Vivemos em uma democracia considerada jovem, mas que vem passando por momentos de tensão marcados por discursos de intolerância e autoritarismo, segundo análise de alguns pesquisadores, a exemplo de Santos (2017), Mendonça (2018), Singer, Pochmann e Safatle (2020). O ciclo de protestos iniciado em junho de 2013 levantou discussões sobre a estabilidade da democracia brasileira, como esses dizeres violentos e radicalizados seriam capazes de lhe causar abalos, e mais recentemente, como a participação ou convivência de autoridades políticas nacionais com tais anseios contribuem para isso. Devido a essa conjuntura é válido situar o conceito de democracia no âmbito deste estudo, orientando-nos, principalmente, por pontos específicos apontados pelos estudiosos Singer (2011) e Mendonça (2018).

Singer (2011), ao abordar a relação entre mídia e democracia no Brasil, o faz dentro da esfera da democracia liberal e apresenta duas concepções a partir daí: uma que favorece a participação das pessoas nas decisões políticas, se as instituições forem planejadas para isso; outra em que há uma tendência menor de participação dos indivíduos nas deliberações políticas e a preocupação centra-se, não na abertura de espaços de participação, mas na criação de instituições que permitam a negociação pacífica de conflitos. O autor afirma ainda que esse segundo contexto é o que costuma predominar em democracias jovens como é a brasileira (SINGER, 2011).

Santos (2017), faz uma discussão sobre a democracia brasileira, tomando-a na esfera da democracia representativa. Ele a conceitua como um regime que atenda igualmente a duas condições: (a) eleições para os cargos de chefes de estado com intervalos regulares, regras explícitas e com resultados reconhecidos pelos competidores; (b) participação no processo eleitoral aberto a todos, tendo por única barreira o requisito de idade limítrofe. Segundo este autor, essa é a forma hegemônica de organização política contemporânea. Já Levitsky e Ziblatt (2018) indicam para um declínio da democracia no mundo, causado por crescentes abalos a formas de governo democrático.

Mendonça (2018) discute o contexto brasileiro sinalizando para um movimento de questionamentos à própria ideia de democracia. Tem-se de um lado inúmeras críticas, de



outro a defesa genérica dela e como resultado, ações diversas e antagônicas praticadas em nome da democracia. O autor apresenta uma outra proposta para a compreensão da noção de democracia. Defende a ideia de uma perspectiva que não aborde modelos, mas sim dimensões que funcionam como eixos estruturadores, e a articulação entre essas dimensões ajuda a desenhar diferentes compreensões de democracia. São sete dimensões por ele apresentadas: (1) autorização popular para o exercício do poder político; (2) participação e autogoverno; (3) monitoramento e vigilância sobre o poder político; (4) promoção da igualdade e defesa de grupos minorizados; (5) competição política e pluralismo; (6) discussão e debate de opiniões; (7) defesa do bem comum.

Um estudo desenvolvido por Mendonça (2018) com manifestantes presentes nas Jornadas de Junho, no qual buscou perceber como essas sete dimensões de democracia atravessavam a fala de participantes das jornadas, revelou alguns pontos sobre as dimensões do ideário democrático valorizado por eles. A partir da análise das falas dos manifestantes entrevistados, o autor revela que elas apontam para uma limitada preocupação com regras e instituições que assegurem a democracia, indicando a baixa legitimidade das instituições democráticas nas atuais condições de produção.

Em relação à sexta dimensão – discussão e debate de opiniões – é interessante destacar o aspecto no qual Mendonça (2018) ressalta a importância da mídia na promoção do debate público. Na fala dos entrevistados essa dimensão aparece como defesa da liberdade de expressão, o que nos remete à percepção de práticas bem distintas operadas em defesa da democracia e, na esfera que mais nos interessa, discursos antagônicos que vêm para salvaguardá-la. Diante disso, é importante considerar que as diferentes noções de democracia produzem efeitos de sentidos diversos. Se concebemos o discurso como lugar de embates, esses diferentes sentidos produzidos pela noção de democracia constituem-se nesse embate, nesse confronto em que está em funcionamento o histórico, o político, o ideológico.

Apesar dos dados apresentados pelo estudioso se inserirem na conjuntura das Jornadas de Junho de 2013, continuam relevantes, considerando que o evento das jornadas deixou suas marcas e influenciou consideravelmente na construção das atuais condições de produção, como afirmam alguns estudiosos, a exemplo de Singer (2013), Scherer-Warren (2014), Santos (2017) e Mendonça (2018).

Não é objetivo nem compete neste estudo discutir, diante dessas dimensões em sua relação com o cenário brasileiro, se vivemos hoje ou já vivemos em algum momento em um

estado democrático. Não obstante, as reflexões desenvolvidas por esses autores acerca da noção de democracia, de modo particular no que se refere ao Brasil, parece oportuno especificamente por um ponto que se apresenta convergente e que pode se relacionar, em alguma medida, com o enunciado discursivo “intervenção militar” que é nosso foco de estudo: ambos referem como regimes autoritários, a exemplo de uma ditadura militar, são arquitetados em nome da defesa da democracia.

Não faz muito tempo que faixas e cartazes onde se lia “intervenção militar” circulavam pelas avenidas brasileiras, pouco antes da implantação de uma ditadura no país. Paralelamente, setores da mídia atuavam na construção do imaginário de ameaça à democracia, à lei e à ordem que influenciou consideravelmente para justificar e validar o golpe militar, como é possível verificar no fragmento do texto intitulado “Ressurge a Democracia”, a seguir:

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. [...] Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo (O GLOBO, 1964, p. 1).

Contemporaneamente, tomando como ponto de partida o ano de 2013, foram inúmeras as manifestações de rua desde então (TATAGIBA, 2018), com diversas bandeiras, das quais se destaca a defesa da democracia e da ordem, o controle do caos, crítica à recessão econômica, combate à corrupção e ao comunismo, pedidos de “intervenção militar” e de retorno do AI -5, dentre outros, e muito recentemente oposição às medidas de contenção da pandemia de Covid-19. Se a bandeira anticorrupção desenhou um inimigo comum que levou milhares de pessoas às ruas em centenas de manifestações, associada à bandeira anticomunista tem unido grupos conservadores em torno de um discurso autoritário e, paralelamente, uma extrema direita em prol de uma “intervenção militar”. Muitas ditaduras, e foi o caso da nossa, se estruturaram sobre a suposta defesa da democracia e da ordem<sup>5</sup>.

O que começou em 2013 com o reajuste das tarifas de transporte público, em São Paulo, vem ressoando na construção do panorama político nacional. Temos vivenciado

---

<sup>5</sup> Em Sá (2015), essa constatação sobre a ditadura de 1964 é trazida nos especiais jornalísticos, inclusive por veículos de comunicação que teriam sido colaboradores do próprio regime, como apontam alguns autores.

importantes acontecimentos ao longo desses anos, a exemplo da Operação Lava Jato<sup>6</sup>, do impedimento da presidenta democraticamente eleita, da eleição de um candidato conservador com ideais autoritários e dos recentes protestos em objeção às medidas de isolamento exigidas pela pandemia. Consideramos que o conservadorismo que vinha crescendo no país desde 2013 e que criou condições para a emergência de vozes pedindo intervenção, encontrou no resultado das eleições de 2018 bases legais para sua consolidação.

Como vem sendo apresentado, esses dizeres sobre “intervenção militar” emergem em condições de produção específicas, sustentados por elementos do interdiscurso, a partir de onde produzem efeitos de sentido. Porquanto a mídia não é alheia a esse cenário, desempenha importante papel nesse processo, tanto no modo como conduz a cobertura dos fatos, como no quanto favorece a circulação desse pensamento, especialmente pelo avanço das mídias digitais.

A seguir, apresentaremos um panorama geral da presença de intervenções militares na história brasileira, objetivando construir uma compreensão das condições de produção nas quais irrompem os atuais discursos sobre intervenção.

## 2.1 INTERVENÇÕES MILITARES NA HISTÓRIA BRASILEIRA

“Intervenção militar” não é expressão inédita na história brasileira e, não sem motivo, fortemente relacionada a golpes de estado e ruptura com estruturas constitucionais. Na atualidade, frequentemente ouvimos a indicação de que o modo como decorreu a passagem do regime ditatorial de 1964 para o atual regime democrático, é responsável pela manutenção de um eterno estado de transição (SINGER; POCHMANN; SAFATLE, 2020). A pouca divulgação e falta de debate acerca das “realizações” do regime militar no Brasil dificultam o enfrentamento e a ruptura com esse passado violento, ao passo que possibilitam que a recorrência às instâncias militares seja pensada como uma opção em momentos de instabilidade.

O Brasil vivenciou algumas intervenções militares ao longo de sua história. A literatura especializada aponta golpes militares ou civil-militares e golpes parlamentares em diversos momentos, como em 1889, 1937, 1945, 1954, 1955, 1964, 2016. Todavia,

---

<sup>6</sup> A Lava Jato não foi a única operação de combate a corrupção em andamento no país nesse período (conferir, por exemplo, a lista de grandes operações disponível no site da PF - <http://www.pf.gov.br/imprensa/grandes-operacoes>). Mas as discursividades produzidas em torno dela foram fundamentais na construção da atual conjuntura.

mencionaremos três principais, por terem promovido rupturas com a ordem anteriormente instituída e serem representativas da tradição militar que acompanha a história política brasileira. A primeira se refere à própria Proclamação da República, efetivada em 1889, por um golpe militar<sup>7</sup> (AMARAL, 2020). O movimento republicano, que era organizado em torno das elites, liderados pelo Marechal Deodoro da Fonseca, destituiu o gabinete ministerial e tomou o poder. Há uma ruptura com a ordem monárquica, ou seja, a queda da monarquia e implantação da república.

A segunda que pontuamos ocorre quatro décadas depois, arquitetada no que ficou conhecido como a Revolução de 1930. Depois que Getúlio Vargas perdeu as eleições, seu partido, a Aliança Liberal, conduziu a luta armada que derrubou o governo do presidente Washington Luís em seus últimos dias de mandato e impediu a posse do candidato eleito, Júlio Prestes. O golpe que elegeu Getúlio Vargas, com apoio civil e militar, derrubou a primeira república e levou ao golpe do Estado Novo, em 1937. A implantação do Estado Novo, apesar de ter rompido com a ordem democrática e instituído uma ordem ditatorial - a ditadura do Estado Novo - não gerou mudanças nas forças dominantes. Isso porque as forças que já se encontravam no poder foram as que permaneceram (AMARAL, 2020).

A terceira a que nos referimos é a intervenção militar de 1964, em que os militares depõem o presidente eleito, João Goulart, e dão início ao período de mais de vinte anos de ditadura militar no Brasil. Então, tivemos uma intervenção que proclamou a Primeira República, uma que a derrubou e ajudou a implantar o Estado Novo e uma que implantou a ditadura de 1964, golpeando a República Popular. O golpe militar de 1964 teve como agentes as forças militares, mas não devemos minimizar a importância do expressivo apoio que recebeu de empresários, latifundiários, grupos conservadores influentes na sociedade, da igreja, da grande mídia e do governo dos Estados Unidos da América.

A propósito das discussões sobre o envolvimento ou não dos Estados Unidos no golpe que instalou a ditadura militar no Brasil, Fico (2008) investiga a relação entre os dois países com base em documentos do Departamento de Estado dos EUA relacionados ao Brasil entre 1964 e 1973. O autor traz informações sobre qual foi o envolvimento e interesse do país norte-americano nos planos do golpe, assim como detalhes sobre a *Operação Brother Sam*. Todos esses setores atuaram no apoio à intervenção, não somente na deflagração do golpe, como no contexto pré-golpe, com todos os preparativos que nele culminaram. Sem a

---

<sup>7</sup> Existem correntes contrárias a essa leitura, que entendem a proclamação como um movimento libertário. Para uma melhor compreensão do protagonismo militar na Proclamação da República, conferir Castro (2000) e Neves (2003).

pretensão de explicar o que foi a ditadura brasileira, pois não é objetivo pretendido aqui, um breve resumo sobre a sequência dos fatos que envolveu o golpe e a implantação do regime militar parece fundamental.

Em 1954, militares aliados à União Democrática Nacional (UDN)<sup>8</sup>, unidos na articulação para assumir o poder, pressionavam para a renúncia do presidente Getúlio Vargas. Entretanto, o suicídio de Vargas, que gerou forte comoção nacional, frustrou os planos militares nesse momento.

Em 1961, o presidente Jânio Quadros renunciou e João Goulart (Jango) assumiu a presidência em meio a rejeição de militares e de alguns setores conservadores da sociedade civil, que lhe impuseram uma diminuição dos poderes com a implantação do sistema parlamentarista. A posse desse presidente, além de acontecer em meio a uma crise militar, política e econômica, representava, para a ala militar e os setores conservadores da sociedade civil, a volta de uma política populista herdeira de Vargas. Em 1963 Jango adquiriu maior governabilidade, quando o presidencialismo foi restabelecido, por força de um plebiscito. Mas ao iniciar medidas para as reformas de base, em meio às pressões, ele tanto perdeu apoio de grupos da esquerda, quanto alimentou a oposição dos militares e dos grupos de direita.

Em 31 de março de 1964, importantes jornais, como *Jornal do Brasil* e *Correio da manhã*, pregam a saída de Jango, enquanto o presidente do senado à época, Auro de Moura Andrade, solicita o apoio das Forças Armadas (FA)<sup>9</sup> para garantir a restauração da ordem e a defesa da democracia brasileira, enquanto o general Mourão Filho põe tropas em marcha em Minas Gerais e a Marinha norte-americana desloca uma força-tarefa em direção à costa brasileira. Quando o presidente João Goulart segue para Porto Alegre, na madrugada de 2 de abril, Auro Moura Andrade declara vago o cargo da presidência, ao que o presidente da câmara, Ranieri Mazzilli, é empossado e uma junta militar é criada para definir as ações que se seguiram.

---

<sup>8</sup> UDN (União Democrática Nacional), partido político que representava os interesses da ala conservadora. Tinha como líder Carlos Lacerda, principal articulador político para o golpe, dentro do Congresso. Foi extinto em 1965 pelo AI -2 e seus membros, em sua maioria, migraram para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido governista.

<sup>9</sup> Tem sido frequente o uso da sigla FFAA em faixas, cartazes e textos diversos, entretanto a sigla adequada para se referir às Forças Armadas Brasileiras é FA. Segundo a *Revista Sociedade Militar*, a sigla dobrada se popularizou a partir de manifestações realizadas em 2013, em que apareceu em faixas redigidas em inglês pela Associação de Esposas de Militares com o objetivo de chamar a atenção de estrangeiros para a situação vivida por militares no Brasil.

A partir de então, está instituído o golpe, revolução ou contrarrevolução, cujas razões se justificavam como uma intervenção provisória para afastar o perigo comunista, a corrupção política, organizar a casa e devolver o poder aos civis. Nessa reta final, três importantes eventos foram decisivos: O comício da Central do Brasil, realizado em 13 de março, no qual Jango defende as reformas de base; a Marcha da Família com Deus pela Liberdade<sup>10</sup>, em 19 de março, que uniu grupos conservadores em uma reação ao comício da Central do Brasil; e a Revolta dos Marinheiros, em 25 de março.

Uma narrativa oficial das FA sobre o golpe militar e a posterior implantação de mais de duas décadas de ditadura pode ser encontrada no livro *Orvil: as tentativas de tomada do poder* (MACIEL; AUGUSTO, 2012), no qual está presente o argumento de que já haviam sido promovidas três tentativas de golpe pela esquerda, todas interrompidas pelas FA empenhadas na defesa da nação. Setores importantes como igreja, imprensa e empresários manifestaram seu apoio aos militares em nome desse restabelecimento da ordem e dessa lógica anticomunista, segundo o que defendem os autores.

Durante o período ditatorial de 1964, a ordem era colocada como o próprio regime, que foi buscando ares de legalidade por meio dos Atos Institucionais e pela manutenção de eleições que aconteciam de modo indireto, mas serviam para conferir um “verniz democrático”, utilizando as palavras do jornalista Oscar Pilagallo (2020). O primeiro Ato Institucional (AI-1) foi decretado em 9 de abril e, dentre outras coisas, afastava o princípio da soberania popular concedendo ao presidente empossado, general Humberto Castelo Branco, amplos poderes para cassar mandatos e suspender direitos políticos de opositores do regime.

Em 1965, ao aproximar-se as eleições presidenciais, o Ato Institucional nº 2 (AI-2) decretou o fim das eleições diretas para presidente e dos partidos políticos. As eleições para os governos estaduais também passaram a ser indiretas com o decreto do Ato Institucional nº 3 (AI-3). Por meio do 4º Ato Institucional (AI-4), decretado 1967, a constituição de 1946 foi revogada, sendo promulgada uma nova, a constituição de 1967, que ficou conhecida como a “Constituição Liberticida” (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG).

Com a intensificação da oposição ao regime, 1968 foi um ano marcado por muitos movimentos de resistência, articulados em torno do movimento estudantil, da Vanguarda

---

<sup>10</sup> Esse foi o primeiro encontro da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, mas houve diversos outros. Para maiores informações sobre as Marchas e sua importância para o golpe e legitimação da ditadura, conferir PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. UFRJ, 2004. Dissertação de Mestrado. <http://hdl.handle.net/11422/9817>.

Popular Revolucionária (VPR) e da Ação de Libertação Nacional (ALN). Como resposta, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado em 13 de dezembro de 1968, marca o ingresso no período mais sombrio da ditadura brasileira. Conhecido como o golpe dentro do golpe, o AI-5 instalou um período de extrema repressão, violência e censura. Por meio dele, suspendiam-se os direitos políticos de todos os cidadãos opositores do regime, fossem eles civis, militares ou membros do governo; instituía-se a censura prévia aos meios de comunicação; a tortura como prática dos agentes do governo; decretava-se o fechamento do congresso; suspendia o direito a *habeas corpus*; entre outros. Foram inúmeros decretos-lei, 17 atos institucionais, 12 deles apenas em 11 meses do governo Costa e Silva, além de diversos atos complementares (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG), tudo com vistas a conferir o tom legalista, não só ao golpe, como às práticas de repressão e violência do Estado.

Nas palavras de Martins (2017), em todo esse processo a mídia manteve sua importância desde 1961, ao preparar o ambiente favorável para o golpe. Sua atuação foi significativa, por exemplo, para fornecer legitimidade à deposição do presidente João Goulart, por meio da construção diária que fazia a respeito do presidente, de suas propostas e da ameaça comunista que ele representava. A censura oficializada por meio do AI-5, motivou muitos jornais que apoiaram o golpe a fazer oposição a ele. Na prática, os jornalistas se aliaram aos militares, empresários, latifundiários, igreja e setores conservadores para depor o presidente, afastando a suposta ameaça de um golpe comunista, para em seguida, se opor aos militares ao sentirem os efeitos da forte censura e repressão impostas pelo regime.

Os jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* compõem o grupo de veículos de imprensa que se mostraram adeptos do golpe. A *Folha* apresentou conhecida defesa aos militares e ao regime, negando a existência de torturas e assassinatos, enquanto seus caminhões eram usados para transportar presos políticos às prisões. Observando como em 2013, o *GI* aderiu à nomeação de golpe para a “revolução” que *O Globo* apoiou e da qual era grande entusiasta, assim como a *Folha de São Paulo* foi da “ditabranda” (LIMITES..., 2009) para autora de conteúdo sobre o golpe, aproveitando oportunidades para se apresentarem como defensoras da democracia, entendemos, assim como Martins (2017), que a mídia tem buscado reescrever sua história naquilo que tange sua participação no golpe e seu apoio ao regime militar implantado, num movimento de reconstrução de uma narrativa sobre suas ações naquele período.

Teles e Safatle (2010) destacam a existência de um legado deixado pela ditadura e que toca os limites da democracia no Brasil, colocada como herdeira de um regime autoritário.

Um aspecto que é apresentado como problemático é que a transição do autoritarismo para a democracia não só foi negociada, como foi conduzida pelos militares, que participaram da redação da nova constituição.

Segundo afirmam, o processo de redação da nova constituição foi democrático, mas foram mantidas prerrogativas não democráticas da constituição anterior, o que influencia nas relações civil-militares. Assim, há cláusulas na constituição de 1988 que possuem conteúdo pouco liberal, o que influencia na consolidação de relações civil-militares democráticas. Ou seja, influencia no modo como a população enxerga as FA, acolhendo tanto os que temem seu avanço – ou a existência da possibilidade legal de algum avanço – para a implementação de uma intervenção, quanto os que apostam em sua eficiência exclusiva para o enfrentamento das crises nacionais.

O Art. 142 é assinalado como um exemplo de alguns dos aspectos que colocam as FA como um enclave constitucionalmente sancionado. Esse artigo mantém o poder soberano e constitucional das FA, ao colocá-las como guardiãs da lei e da ordem, sendo elas mesmas responsáveis por definir o que seja lei e ordem e, por conseguinte, quando e o que constitui violação a esses preceitos, assim como quem os violou. O perigo reside justamente no fato de que, uma vez não se encontrando definidas na constituição, a noção de ordem/desordem acaba sendo definida à vontade de interesses hegemônicos. Em meio à luta de forças divergentes sobre a decisão dos rumos a serem traçados para a vida econômica e política do país, como se presencia atualmente e se presenciava no início da década de 1960, esse se torna um ponto importante a ser observado.

Dessa forma, na transição gradual conduzido pelas FA, iniciou-se uma abertura política com retorno da atividade parlamentar, revogação das medidas de exceção, reforma partidária e anistia política. A Lei da Anistia foi fundamental nesse processo, funcionando como um pacto para assegurar a passagem à democracia de forma segura. Ao perdoar tanto aos guerrilheiros quanto aos torturadores, possibilitou a continuação da fase de abertura. Anistiados civis e militares que atuaram no regime ditatorial, voltaram inclusive a compor o governo, a partir de 1985, o que é indicado em Teles e Safatle (2010) como um aspecto que não permite produzir rupturas no processo histórico em relação à ditadura. Em conformidade com estes autores, com os responsáveis pelas violações absolvidos por uma Lei de Anistia autoconcedida, mantém-se um conjunto de violências não reparadas que coloca o Brasil como o único país latino-americano, dos que foram submetidos a grandes



ditaduras na segunda metade do século XX, que não puniu os envolvidos nos crimes de tortura.

No mesmo direcionamento de Teles e Safatle (2010), Fico (2014, 2020, 2020a) também destaca que não houve uma ruptura entre a ditadura e a democracia. Afirma que, em função do modo como ocorreu a transição, as FA sempre foram e continuam sendo bem vistas por muitos setores da sociedade brasileira. No seu entendimento, o golpe e a implantação da ditadura, na verdade, são acontecimentos distintos. Além de ter sido necessário um processo para transformá-lo em ditadura, os setores da sociedade civil que apoiaram os militares no golpe não planejavam, ou não esperavam, a ditadura que se instalou. Ele também considera uma armadilha abordar a conjuntura atual remetendo à ditadura de 1964, uma vez que as condições de produção são bem distintas, e sublinha que a perspectiva autoritária é um traço marcante na história política do Brasil, mas esse autoritarismo não está restrito ao Estado, havendo componentes autoritários inseridos nas várias esferas da sociedade brasileira.

Conforme Fico (2014), a violência praticada durante a ditadura vai além das graves violações aos direitos humanos. A sociedade brasileira foi extremamente prejudicada por mecanismos como espionagem e tribunais de exceção, que não são temas de debate como o são as violações aos direitos humanos. Essas são formas de violência não marcadas pela tortura e assassinato, mas igualmente agressivas e que não foram reveladas pela CNV, apesar da vasta documentação disponível.

Isso nos indica que, embora tenha existido essa outra dimensão da violência durante a ditadura, não houve a constituição de uma memória relativa a esse aspecto do período em questão, posto que durante o regime foi abafada pela censura, e findado ele, as discussões restringiram-se à descrição dos casos de violação dos direitos humanos e da luta armada. Ainda hoje, os órgãos de informação no Brasil merecem atenção, pois essas instituições não são fiscalizadas e muitas atuam para espionagem e perseguição, alerta Fico (2014), que refuta a possibilidade de um golpe no atual cenário brasileiro, mas não descarta o risco de ruptura institucional que pode acontecer por brechas legais em virtude da atuação desses órgãos de informação. Acrescenta ainda que esse risco se impõe também em face do despreparo e da forte tendência autoritária do presidente da república, ainda que ele “pareça não ter projeto nesse sentido” (FICO, 2020).

Podemos perceber que nas intervenções anteriores a 1964, os militares exerceram um papel de moderador, não permanecendo no poder. Esse padrão muda na década de 1960,

pois os militares não voltaram aos quartéis depois de “restabelecer a ordem” e o suposto “contra-ataque” à ameaça comunista culminou em 21 anos<sup>11</sup> de ditadura militar.

O golpe e a implantação da ditadura militar foram apoiados por discursos de combate à corrupção, à ditadura comunista, à crise econômica, ao enfraquecimento do poder das instituições como meio de garantia da ordem, do progresso, do crescimento e de um Estado sem corrupção. Atualmente, vivemos um momento de instabilidade na política brasileira, marcado por embates políticos, polarização político-partidário, manifestações de rua, anseio de combate a corrupção, fazendo emergir dizeres autoritários em favor de uma “intervenção militar”. Esse cenário de crise tem se intensificado nos últimos meses com a associação da pandemia de Covid-19, mas ele vem se desenhando há alguns anos, de forma mais evidente a partir do período conhecido como Jornadas de Junho, de modo que dizeres em defesa de “intervenção militar” tem se mostrado recorrentes.

## 2.2 AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

Em 2013, seguindo uma influência vinda de outros países, a exemplo do que vinha acontecendo na Espanha, nas Maldivas, no Oriente Médio e norte da África e na Rússia, o Brasil vivencia uma onda de protestos que, não só alcança todo o país, como leva às ruas um misto de classes. O período, hoje denominado de Jornadas de Junho<sup>12</sup>, foi marcado, dentre outras coisas, pela estratégia singular utilizada na convocação dos participantes, pela diversidade de grupos sociais compartilhando as mesmas ruas e pela diversidade de pautas que preenchia os gritos dos manifestantes.

Objetivamos nesta seção fornecer uma visão geral – cronológica e resumida – dos fatos que nos avive a memória sobre os acontecimentos de junho e seus antecedentes no Brasil, por considerarmos que eles continuaram repercutindo na história política do país. Para uma compreensão das Jornadas, baseamo-nos, principalmente, em Singer (2013), Scherer-Warren (2014), Moraes *et al* (2014) e Teixeira (2014).

---

<sup>11</sup> Alguns autores, como Codato (2005), se referem a 25 anos de ditadura. Consideram que o regime militar teve seis governos, sendo um civil, que foi o governo do presidente Sarney, tomado como fase de transição para o regime liberal democrático, posto que a eleição de Tancredo Neves foi por vias indiretas.

<sup>12</sup> André Singer (USP), Dr. em ciência política, opta por se referir aos eventos de junho de 2013 como acontecimentos de junho. Em sua ótica, o termo jornadas correlaciona o acontecimento brasileiro à revolta do proletariado parisiense em junho de 1848, o que não parece plausível, visto que, aqui, o movimento não causou os mesmos abalos que lá. Nosso junho, mesmo tendo causado certos abalos, não teve as relações de classe e propriedade no centro das lutas. (SINGER, 2013)

As Jornadas de Junho constituem um episódio de nossa história recente sobre o qual pesquisadores ainda buscam expandir a compreensão, mas algo recorrente entre muitos desses pesquisadores (SINGER, 2013; MENDONÇA, 2018, SCHERER-WARREN, 2014) é o entendimento de que, cruzada a cortina das reivindicações contra o aumento das tarifas de transporte público, tal acontecimento foi desdobramento de um clima de insatisfação já instalado entre os brasileiros e influenciado pelo cenário mundial que se desenhava desde o final de 2010.

A sequência de protestos que adquiriu maior expressividade e compõe as chamadas Jornadas de Junho começou a ganhar força na cidade de São Paulo, em 6 de junho de 2013, tendo como ponto principal de contestação o reajuste da tarifa do transporte público em R\$ 0,20. Cabe esclarecer que esse bloco de protestos apresenta antecedentes.

Numa conjuntura mundial, uma sucessão de movimentos de resistência ocorridos em alguns países, mas especialmente os que ficaram conhecidos como Primavera Árabe e *Occupy Wall Street*, todos tendo como padrão organizacional a mobilização por meio de redes sociais, serviram de referência para as manifestações brasileiras, não somente para as de junho de 2013, mas já para aquelas que lhes antecederam, preparando o caminho.

Em dezembro de 2010, teve início na Tunísia o movimento que ficaria conhecido como a Primavera Árabe, se espalhou para o norte da África e Oriente Médio e se configurou como movimento de insurreição contra regimes antidemocráticos. Em virtude da crise econômica na Europa, outros movimentos também surgiram e serviram de influência para que, em setembro de 2011, o movimento *Occupy Wall Street* iniciasse, em Nova York, uma série de protestos contra as desigualdades econômicas, sociais e a corrupção. Esses protestos se repetiram em vários países, levantando a bandeira da democracia e da justiça social.

No Brasil, a onda de manifestações que estoura em junho de 2013, em virtude do reajuste das tarifas de ônibus, inicialmente, começa a se delinear já em 2012, com protestos em Porto Alegre, Florianópolis, Natal e Rio de Janeiro. Foram eventos sem a participação de grandes multidões, leve repressão policial, pouca atenção da mídia e que obtiveram êxito na revogação ou adiamento dos referidos reajustes. Em 2013, em Porto Alegre, para opor-se ao reajuste que estava agendado para março, os protestos iniciaram em janeiro, foram ganhando força e, mesmo diante da suspensão do reajuste em abril, não cessaram. Seguiram-se manifestações em maio nas cidades de Goiânia e Natal.

No dia 6 de junho de 2013 ocorreram protestos no Rio de Janeiro, Goiânia, Natal e em São Paulo o primeiro organizado pelo Movimento Passe Livre (MPL). Em São Paulo, as

manifestações continuaram nos dias 7 e 11 de junho, levando às ruas da capital paulista mais de 19 mil pessoas nesses três dias, 12 mil somente no dia 11. Houve forte repressão policial, ônibus depredados, manifestantes e policiais feridos e muitos manifestantes detidos. Estudos sobre as jornadas indicam que a cobertura inicial dos eventos feita pela imprensa nacional os apresenta como atos de vandalismo praticados por jovens com predisposição à violência e interessados em transporte gratuito (TEIXEIRA, 2014)<sup>13</sup>.

Já no dia 13 de junho, o movimento contou com protestos em várias outras cidades, como Natal, Porto Alegre, Teresina, Maceió, Rio de Janeiro, Sorocaba e Fortaleza. Em São Paulo, nesse dia, houve uma excessiva repressão policial, resultando em mais de 200 pessoas detidas. A presença de jornalistas entre os feridos e detidos levou a uma mudança de foco por parte da imprensa nacional na cobertura das mobilizações de junho de 2013. Até o dia 14 as referências ao acontecimento das jornadas eram poucas e permaneceram em torno da ideia de violência e vandalismo, com pouca atenção dedicada aos manifestantes. No entanto, na cobertura pós 14 de junho já se percebeu a discursivização em torno da ideia de “protestos”, com maior atenção dedicada aos manifestantes e pouca alusão a esses como vândalos.

Devido às implicações do quarto dia de protestos em São Paulo e, com a mudança de postura da mídia nacional na cobertura realizada, o que até então girava em torno dos reajustes do transporte público, considerados abusivos, ganha outra dimensão, levando o Brasil a vivenciar as maiores manifestações de rua desde aquelas realizadas pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo, em 1992. Afetado por uma indignação nacional, o país vivencia protestos diários de 17 a 30 de junho, com uma adesão surpreendente de manifestantes e uma diversidade de pautas.

O quadro que surge da insatisfação com o reajuste das tarifas de transporte público, amplia-se para um cenário no qual mais de 438 cidades (IBOPE, 2013) brasileiras presenciaram multidões levantando bandeiras com pautas diversas: contra as emendas constitucionais propostas pela ala da direita, a cura gay e os gastos com a copa das confederações e copa do mundo; a favor da reforma política; relacionadas a lei do ato médico, com bandeiras contra e a favor; por melhorias na saúde, na educação; pelo combate à corrupção; pautas locais; entre outras.

---

<sup>13</sup>O apêndice que compõe a tese de Teixeira (2014) traz diversas matérias de jornais, revistas e portais de notícias que fornecem uma visão da cobertura feita pela mídia, não só aos protestos de junho, mas a outros ocorridos depois, naquele mesmo ano.

Nessa fase das jornadas, percebeu-se uma forte cobertura midiática, grande participação popular e menor repressão policial. Os protestos mais intensos aconteceram de 17 a 21, sendo que 20 de junho registrou o pico das manifestações, com cerca de 1,5 milhão de pessoas nas ruas, 20 mil somente em Salvador, onde medidas foram adotadas para impedir que os manifestantes ocupassem a Arena Fonte Nova que seria palco do jogo Nigéria x Uruguai pela Copa das Confederações.

No que se refere a liderança, apesar da forte presença do MPL, Fórum de lutas (RJ), Assembleia popular horizontal (BH) e outros movimentos sociais na organização das manifestações, a liderança do movimento foi bastante diversificada, assim como foi a lista de reivindicações e a composição social dos protestos. Os manifestantes que foram às ruas naquele junho e ocuparam o mesmo espaço compuseram um grupo bastante heterogêneo, eram pessoas com posicionamentos políticos diversos – até conflitantes – faixa etária, faixa de renda e escolaridade também diversas.

Singer (2013), analisa as Jornadas de Junho a partir de duas dimensões que são a composição social e as ideologias<sup>14</sup> que se cruzaram nas ruas durante os protestos. Para isso, ele utilizou dados de pesquisas realizadas por órgãos oficiais<sup>15</sup> - Datafolha, Plus marketing, Inovare, IBOPE – e procedeu ao cotejo com idade, escolaridade e renda dos informantes. Essas análises sugerem que, apesar da real diversidade de classes, há certa predominância de jovens de classe média e do “novo proletariado” (SINGER, 2013) que tiveram seus discursos cruzados no combate à corrupção.

Scherer-Warren (2014) desenvolve ponto de vista similar ao indicar que a articulação discursiva entre os sujeitos em cena nas manifestações foi o que possibilitou o compartilhamento do espaço por grupos tão diversos, até antagônicos. Contudo, é razoável pensar que esse encontro de vozes antagônicas é oportuno para o surgimento e expansão tanto de discursos libertários quanto de discursos autoritários.

Sabemos que as grandes manifestações de rua no Brasil não são inovação do século XXI. Podemos citar, muito rapidamente, as mobilizações contra a ditadura de 1964, as Diretas já, as manifestações pelo impeachment de Fernando Collor de Mello etc. O aspecto inédito nas Jornadas de Junho e nos protestos que a elas sucederam nos anos seguintes está

---

<sup>14</sup> É mantida aqui a designação utilizada pelo autor, mas o que se percebe por ideologia ao longo de seu texto, são os posicionamentos político partidário – direita, esquerda, centro e suas variações.

<sup>15</sup> Foram utilizados dados de entrevistas realizadas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Brasília.

na estratégia de organização, que teve a internet e as redes sociais como fator determinante para o alcance que o movimento teve, para a dimensão que ele adquiriu.

Segundo pesquisa realizada pelo IBOPE (GI, 2013) referente aos meios de articulação para a organização das manifestações de junho de 2013, 77% dos manifestantes tomaram conhecimento do evento pelo Facebook, 1% pelo Twitter, 8% utilizou essas duas redes para se informar sobre os protestos, e apenas 13% não foi informado por meio de redes sociais virtuais. Nesse sentido, as jornadas inauguraram novos caminhos para as estratégias organizacionais de mobilizações de rua no Brasil.

Esse ciclo de manifestações que marcou junho de 2013 obteve retorno em algumas medidas adotadas pelo governo. Depois de se reunir com ministros no dia 21 de junho para avaliar os protestos, a presidenta Dilma Rousseff se reuniu com membros do MPL no dia 24 e, em seguida com 26 prefeitos e 27 governadores para propor cinco pactos nacionais entre os três níveis do governo - federal, estadual e municipal – com vistas a responder às demandas colocadas nas manifestações. Os cinco pactos se referiam a: 1) transporte público; 2) reforma política e combate a corrupção; 3) saúde; 4) educação; 5) responsabilidade fiscal.

Dentre as medidas que de fato foram adotadas, estão a aprovação do Plano Nacional da Educação, com 20 metas a serem alcançadas até 2024, a adoção do programa Mais Médicos, a garantia da estabilidade econômica com o controle da inflação, o arquivamento da PEC 37 e a transformação da corrupção em crime hediondo. No âmbito da reforma política, foi proposta a criação de plebiscito para a formação de uma assembleia constituinte para tal tarefa, mas a proposta foi recusada na Câmara dos deputados.

Assim como muitos conflitos que antecederam as Jornadas de Junho lhe prepararam o caminho, também elas plantaram a semente para um ciclo de embates que preencheria os anos seguintes e cujas marcas ainda são sentidas. Não é apressado dizer que as manifestações que ocorreram nos anos seguintes foram gestadas nas jornadas de 2013. Mas uma nova roupagem foi dada às manifestações seguintes, cada vez mais marcadas por uma polarização que tinha no centro das disputas o Partido dos Trabalhadores (PT) e tudo que, enquanto formação imaginária, ele representava. A polarização só aumentou e começaram os pedidos pelo *impeachment* de Dilma Rousseff. Nas ruas, agora, os grupos se dividiam mais claramente entre petistas x não petistas, direita x esquerda, vermelho x verde amarelo, pró Dilma x pró *impeachment*, levando à circulação crescente de discursos autoritários e antidemocráticos.

“Junho, o mês que não terminou”. Assim vemos denominado em alguns estudos os eventos das jornadas de 2013, e assim o vemos narrado no recente documentário dirigido por Francisco Bosco e Raul Mourão. Essa denominação é representativa de seus reflexos no ponto em que mobiliza a memória acerca do consagrado 1968, um ano marcado por importantes acontecimentos que ressoaram pelo mundo. Dos “acontecimentos de maio” (SINGER, 2013) ou maio de 68 na França, passando por outros eventos pelo mundo, à intensificação dos movimentos de resistência à ditadura, sexta-feira sangrenta, passeata dos 100 mil e implantação do AI-5, 1968 fica marcado no Brasil como o “ano que não terminou”. Em nossa leitura, e entendemos que ela é um gesto de interpretação, o que é retomado na discursividade de junho como um mês que não terminou é exatamente essa efervescência de movimentos de luta e resistência que marcaram o ano de 1968 no Brasil, assim como o ano de 2013.

Diante desse quadro é possível afirmar que os eventos de junho de 2013 não configuraram um fim em si mesmos, não se restringiram àquele ano nem somente àquelas agendas, mas representaram um momento de manifestação mais expressiva de um clima de insatisfação que já vinha se desenhando, e um ponto de partida para mobilizações que se seguiram (MORAES *et al*, 2014). As jornadas tiveram elevada influência no processo de impedimento da presidenta Dilma, considerando o modo como foram utilizadas por grupos hegemônicos e setores da mídia na construção da conjuntura que resultou no *impeachment*, em 2016.

Por certo, desde 2013 diversas manifestações de rua vêm ocorrendo. No período compreendido entre 2011 e 2016 elas aconteceram de modo mais regular. Apesar da concentração maior em 2013 - 445 protestos - dados apontam para 917 manifestações de rua no Brasil entre 2013 e 2016 (TATAGIBA, 2018, 2019). E em meio a essas mobilizações, o constante retorno de vozes que fizeram irromper o tema “intervenção militar” e discursos a ele relacionados.

Como podemos notar em vista do exposto, as Jornadas de Junho foram caracterizadas pela articulação em rede possibilitada pelas mídias digitais, pela ausência de liderança única e centralizada, diversificação de pautas, adesão de diferentes grupos sociais aos protestos, além da dimensão nacional que adquiriu, além de influenciarem a conjuntura brasileira atual.

### 2.3 JORNALISMO DIGITAL E CIRCULAÇÃO DE DISCURSOS DE “INTERVENÇÃO MILITAR”

A internet e os avanços tecnológicos de mídias digitais, à proporção que possibilitaram novas formas de articulação, transformaram a experiência na busca por informações, modificando também o jornalismo. Assim, com a evolução e crescimento das mídias digitais, houve uma mudança no consumo de notícias nas últimas décadas. Os brasileiros estão cada vez mais conectados, o que pode ser percebido no relatório da PBM (Pesquisa Brasileira de Mídia) de 2016, ao revelar que 49% da população declarou utilizar a internet para se manter informada (PBM, 2016). Dados de um outro órgão indicam 36,7 milhões de domicílios brasileiros conectados à internet em 2016, subindo para 46,5 milhões em 2018 (TIC, 2017; 2019). Em face da configuração do nosso *corpus*, esses aspectos não são acessórios, mas constitutivos das condições de produção dos discursos analisados nesta pesquisa.

Consideramos como mídia digital, aquela que tem a internet como canal da comunicação. São os veículos ou conteúdos que são produzidos e distribuídos por meio da internet, num contraponto com a mídia analógica, que não necessita de conectividade em rede e a interação permitida se dá mais tardiamente. Esse avanço reflete nos grandes veículos jornalísticos com queda da circulação de jornais impressos, que precisam se expandir para outras plataformas como forma de sobrevivência. A diversificação das plataformas de atuação resulta no aumento da velocidade de circulação e no poder de alcance da notícia.

O aumento de circulação dos produtos jornalísticos se deve, em parte, às estratégias de adaptação aos paradigmas visuais e estéticos das mídias sociais adotadas pelas grandes empresas jornalísticas. Em vista dessa crescente conectividade, o jornalismo se expandiu para outros suportes, como *smartphones* e *tablets*, por exemplo, fenômeno denominado de convergência midiática, instaurando o jornalismo multiplataforma, que é o jornalismo oferecido em diversos suportes móveis digitais.

No caso do jornal *Folha de São Paulo*, além da edição digital que permite acesso integral ao conteúdo da versão impressa, dos perfis oficiais das redes sociais *Instagram* e *Twitter* e do canal *Tv Folha* no *Youtube*, a empresa jornalística possui ainda as versões *Folha Tablet* e *Folha HTML5*, desenvolvidas para dispositivos IOS e Android, acessíveis por *website* ou *app*. O *G1*, por ser um portal de notícias, já tem o avanço das mídias digitais como aspecto que oportunizou seu lançamento. Assim como a *Folha*, também investe no jornalismo multiplataforma como estratégia para alcançar os leitores dos mais variados



modos, adotando versões para os diversos dispositivos, também acessíveis por *website* ou aplicativo.

Intimamente relacionada a esses novos padrões de acesso à informação por meio de redes digitais estão as manifestações populares desse século, especialmente as que compõem as Jornadas de Junho e as que a elas se seguiram, como já anunciado na seção em que discorreremos sobre as jornadas. Os próprios discursos relacionados à “intervenção militar” no Brasil contemporâneo não são alheios a esses novos padrões, sendo que esse contexto digital faz parte das condições de produção nas quais se inserem tais discursos.

A apropriação das dinâmicas de interação dessas novas tecnologias de comunicação são responsáveis por um novo tipo de ativismo no Brasil, o ativismo digital, que desenvolveu papel central nas inúmeras manifestações de rua ocorridas no país, assim como nos grandes debates e discussões que têm ocupado o panorama nacional, dentre eles a proposição de uma “intervenção militar” como estratégia para livrar o país da corrupção, devolver-lhe o progresso e garantir-lhe a ordem, bem como a vinculação de regimes de “intervenção militar” a ambientes marcados por repressão, tortura e corrupção.

Nesta conjuntura, a inserção do jornalismo no ambiente digital tem impacto relevante nesse processo, principalmente à medida em que possibilita a ampla circulação desses debates e a rápida interação dos sujeitos, não só com os produtos jornalísticos, mas também entre si. Isso pode ser percebido, por exemplo, nos comentários postados por leitores aos textos examinados da *Folha de São Paulo* e do *G1*.

Conforme se perceberá, os comentários dialogam não só com os enunciados dos textos jornalísticos, mas também com enunciados de outros comentários, o que nos fornece materialidade para observar o jogo discursivo na produção dos efeitos de sentido de “intervenção militar”. Segundo dados disponíveis no site da própria *Folha*, a viabilidade de envio de *links* por meio de aplicativos de mensagens, como o *WhatsApp*, contribuiu para o aumento dos acessos móveis ao conteúdo do jornal<sup>16</sup>.

Essa interação rápida e dinâmica é um dos traços característicos do jornalismo digital, em especial o chamado jornalismo móvel digital promovido pela adequação dos jornais às diversas plataformas midiáticas. Além dessa interatividade, que possibilita amplamente o diálogo e a exploração do conteúdo, essa forma de jornalismo apresenta outras características próprias.

---

<sup>16</sup> *FOLHA, de São Paulo*. Folha amplia liderança em multiplataformas on-line no Brasil - 5/01/2015 - Mercado - Folha de S. Paulo. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/mercado/2015/01/1579959-folha-amplia-lideranca-em-multiplataformas-on-line-no-brasil.shtml?mobile>>. Acesso em: 10 nov.

Do ponto de vista dos estudos jornalísticos, essas características se referem à: hipertextualidade, que permite uma exploração maior do conteúdo com o uso de *links* através dos quais o leitor pode se conectar a outros objetos enunciativos; instantaneidade, referente à agilidade na disseminação da informação; multimodalidade, aspecto relativo ao uso combinado de diversas linguagens, como áudio, vídeo, imagens, que são associadas à materialidade verbal escrita e indissociáveis desta na produção do sentido. Dito isso, à luz da AD essas diferentes linguagens constituem materialidades significantes diversas, cujo sentido é produzido na relação entre as diferentes linguagens, e não em complementariedade (LAGAZZI, 2009).

Outra característica significativa no campo dos estudos do jornalismo móvel é a existência de uma memória, que se refere ao arquivo das informações disponíveis referentes a dada notícia, por meio da qual o leitor pode ressignificar sua experiência com o conteúdo inicial da leitura. Por fim, a ubiquidade é uma característica intrínseca à conectividade e se refere à capacidade de estar simultaneamente em vários locais, atuando sobremaneira na disseminação rápida de conteúdos, de vozes diversas e de discursos. No caso particular deste estudo, essas características favorecem a disseminação de discursos de salvação e reestruturação relacionados à adoção de “intervenção militar”, assim como de dor e sofrimento relacionados a regimes militares.

Bavaresco e colaboradores (2015) apresenta dois pontos de vista distintos para a liberdade atribuída aos indivíduos quando se considera o espaço virtual - ou ciberespaço. Sabemos que do ponto de vista discursivo essa liberdade é ilusória e que a ilusão de liberdade e controle sobre seu dizer, como efeito que é da ideologia, é um funcionamento necessário à constituição do sujeito e do discurso. Os autores elencam a concepção de Castells (2013), para quem o ciberespaço representa um território onde os indivíduos podem se comunicar e organizar quase que espontaneamente, driblando o controle dos estados. Para Castells, os movimentos sociais em rede se engajam nas “práticas conflitivas enraizadas nas contradições fundamentais de nosso mundo” (CASTELLS, 2013, p. 8), adquirindo importante papel na construção das sociedades do século XXI. Decerto, Castells se refere à dinamicidade desse novo espaço onde se desenrolam os confrontos, as relações de poder características do funcionamento das estruturas sociais, mas que ele considera que afeta essas relações de poder, favorecendo a produção de formas de contrapoder livres de controle.

Em contraposição, Lessig (2009) compreende o ciberespaço como um território onde o código pode ser usado para determinar quem acessa os conteúdos, funcionando então como

mecanismo de controle. Com efeito, e sobretudo quando se está abordando sobre veículos da grande mídia que, historicamente, vem atuando em favor de determinados grupos em posições de poder, concordamos com a compreensão de Lessig. Considerando o funcionamento próprio da estrutura social, que se dá sempre por posições em embate, em conflito, ou seja, relações de poder entre posições que são sempre políticas, não devemos ignorar a participação desses mecanismos nesse processo, na verdade eles são também constitutivos do funcionamento da estrutura social.

No campo dos estudos discursivos, pesquisadoras como Eni Orlandi, Marie-Anne Paveau e Cristiane Dias têm discutido esse campo de questões, apontando para especificidades na relação do digital com as noções de autoria, memória, texto, materialidade. Isso pela compreensão de como o meio digital toca o vínculo sujeito/dizer/condição de produção, agora afetados “por outras instituições, como as corporações [...], garantindo o funcionamento da máquina ideológica por meio das relações de poder e de produção-reprodução do trabalho.” (DIAS, 2016, p. 11). Contudo, embora não ignoremos as estratégias de controle e os algoritmos por trás do digital, é o estatuto de acontecimento discursivo do enunciado “intervenção militar” que, nos limites deste estudo, é mais relevante aos nossos objetivos.

Parece oportuno ressaltar que o foco das análises que aqui constam são os discursos percebidos nas materialidades linguísticas estudadas e os sujeitos discursivos neles constituídos. Ficando em plano secundário os sujeitos sociais que assinam os textos da *Folha de São Paulo* e do *GI*, assim como os autores dos comentários considerados. Mas também é oportuno e fundamental discutir como os grandes veículos midiáticos, mais precisamente os que abordamos aqui, de posse da autoridade que lhes é reconhecida em função do lugar que ocupam, guiam o leitor, orientam-no já a partir da seleção dos temas. Isso é perceptível, para usar somente a *Folha* como exemplo, na cobertura regular, massiva que realizou e vem realizando dos eventos associados à atual conjuntura política nacional, atuando para a produção do cenário de crise governamental que alimenta, entre outras coisas, os debates desse século sobre “intervenção militar”.

Cabe destacar que as discussões postas em pauta pela mídia, a médio e longo prazo, se constituem em assuntos inseridos nos interesses pessoais e nas discussões da sociedade, enquanto aquelas não debatidas tendem a ser esquecidas (HOHLFELDT *et al.* 2001 *apud* BARBOSA; RODRIGUES, 2018). Isso aponta para os processos históricos de silenciamento do qual nos fala Orlandi (2007a) e que podemos relacionar com aquilo que

tem sido mostrado por Fico (2014, 2020, 2020a) e Singer, Pochmann e Safatle (2020), que seja a ausência da promoção de debates sobre a ditadura brasileira.

Encerrando esse capítulo, compreendemos que esse conjunto de enunciados nos quais se lê “intervenção militar”, “intervenção militar já”, “SOS intervenção militar”, “SOS Forças armadas”, “Queremos os militares novamente no poder”, “intervenção militar constitucional também é democracia”, “O Brasil não será uma nova Cuba”, “Ditadura nunca mais”, “Afasto de mim esse cale-se” e tantos outros, em particular os que compõem os textos aqui abordados, só significam na medida em que estão inscritos em discursos, que são histórica e socialmente constituídos, e por isso lhes garante a possibilidade de vir a ser, as possibilidades do dizer. É o que buscamos perceber, a seguir, nos textos analisados.

### 3 “INTERVENÇÃO MILITAR” EM VOZES PRESENTES NA *FOLHA DE SÃO PAULO* E NO *GI*

Mas o que eu quero é lhe dizer que a coisa aqui tá preta  
 Muita mutreta pra levar a situação  
 Que a gente vai levando de teimoso e de pirraça  
 E a gente vai tomando que também sem a cachaça  
 Ninguém segura esse rojão [...]  
 (Chico Buarque, 1976)

Nesta pesquisa trabalhamos com textos jornalísticos que contenham referência ao enunciado discursivo “intervenção militar”, publicados na imprensa nacional entre 2016 e 2020, buscando perceber os efeitos de sentido produzidos por esses dizeres. Dito isto, procedemos neste capítulo à apresentação dos textos utilizados na composição do *corpus*. Buscando um movimento entre descrição e interpretação, abordamos os contextos de produção e os aspectos gerais considerados relevantes para as análises apresentadas no próximo capítulo. Algumas sequências discursivas são aqui destacadas, pois se mostram relevantes para a compreensão das condições de produção. Como já sabemos, os textos utilizados para análise foram retirados da plataforma digital do Jornal *Folha de São Paulo* e do portal de notícias *GI*, em face de se configurarem como veículos jornalísticos de reconhecida influência no panorama nacional.

É preciso esclarecer que nosso *corpus* é composto por materialidades significantes diversas e sua análise implica a indissociabilidade dessas diferentes materialidades. Lagazzi (2009) destaca que, ao se trabalhar com um *corpus* dessa natureza, a noção discursiva de recorte estabelecida por Orlandi é essencial. Orlandi define o texto como uma unidade marcada pela incompletude (ORLANDI, 1983) e defende a noção de recorte como gesto analítico, em que se deve visar as relações entre os diversos elementos significantes que compõem a unidade discursiva (ORLANDI, 1984).

É em consonância com essa noção que Lagazzi (2009) assume a posição de que a AD nos oferece as condições necessárias para o trabalho analítico com *corpus* dessa especificidade, ou seja, com objetos simbólicos compostos por diferentes materialidades significantes. Como a autora afirma, “esse dispositivo permite ao analista mobilizar, na relação teoria-prática, as diferenças materiais, sem que as especificidades de cada materialidade significativa sejam desconsideradas” (LAGAZZI, 2009, p. 68)

Este trabalho analítico, no batimento entre descrição e interpretação, não pode se afastar do entendimento de que as condições de produção constituem os discursos. Com base no que

diz Orlandi (2010), isso implica perceber, no trabalho de descrição, que a produção dos sentidos se dá por relações de sentidos, antecipação e relações de forças. Isso significa dizer que: (a) todo discurso se relaciona com outros que o sustenta; (b) o sujeito coloca-se no lugar de seu interlocutor, se antecipando aos efeitos de seu dizer sobre esse; (c) o lugar de onde fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Portanto, “as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário” (ORLANDI, 2010, p. 40).

Orlandi explica o dispositivo de interpretação como caracterizado por:

colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras. (ORLANDI, 2010, p. 59)

Como formula a autora, é impossível não interpretar. Perante qualquer objeto simbólico, o homem é levado a interpretar. Diante disso, é preciso atentar para duas questões postas por ela. Primeiro, que a interpretação faz parte do objeto da análise, uma vez que o sujeito que fala interpreta, cabendo ao analista descrever esse gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido em análise. Segundo, que não há descrição sem interpretação, resultando em que o próprio analista está envolvido na interpretação. Apesar de empreender um deslocamento em relação a sua posição de sujeito, ele trabalha não numa posição neutra, mas no entremeio da descrição e da interpretação através do dispositivo de análise (ORLANDI, 2010). É, pois, segundo essa perspectiva que procedemos aqui à apresentação dos textos jornalísticos que compõem nosso *corpus* principal.

Tendo em vista as tensões políticas e sociais que marcam a atual conjuntura brasileira, é plausível considerar que o jornalismo exerce influência na polarização que se instala. Dias (2019) observa que os jornais buscam legitimar suas identidades “no, com e pelo tempo”, conforme o que a *Folha de São Paulo* e *O Globo* – ao que acrescentamos o portal *GI* – têm buscado construir uma autoridade frente ao atual cenário. Perante a insurgência de vozes alinhadas às práticas de autoritarismo, a ampla cobertura que tem sido feita a esse respeito, assim como a produção de especiais sobre a ditadura militar brasileira, são exemplos de uma tentativa de construção identitária dos jornais, ou reconstrução, como posto por Martins (2017), que os afaste de sua relação com o golpe e a ditadura de 1964.

Diante disso, considerando os dizeres sobre “intervenção militar”, o entendimento de que os sentidos de tais dizeres são construídos sócio-historicamente não minimiza a influência exercida pela mídia, que atua diariamente nos processos de significação e ressignificação dos

objetos da realidade. Benetti (2010) refere-se a esse processo de apropriação do fato pela esfera jornalística como acontecimento jornalístico, o que envolve estratégias textuais e negociações de sentido. Essa autora explica que o acontecimento jornalístico e o acontecimento discursivo possuem estatutos distintos, mas propõe algumas situações em que considera que o jornalismo, em si mesmo, pode ser caracterizado como acontecimento discursivo, a partir da articulação entre teorias do jornalismo e conceitos da AD materialista. Ao construir o acontecimento jornalístico, busca-se atribuir um sentido social para os objetos da realidade. A materialização do discurso jornalístico é a construção desse sentido (BENETTI, 2010).

A relação entre as duas instâncias do acontecimento é produzida pelo entendimento de que não há discurso sem alteridade, pois a atualização dos sentidos produzidos pelo autor/enunciador implica o outro, numa rede de relações subjetivas imaginadas. A autora aproxima essa percepção à noção de formações imaginárias como pensadas por Pêcheux, segundo a qual os lugares sociais dos sujeitos se encontram representados nas discursividades, transformados pelas formações imaginárias, pois “[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” (PÊCHEUX, 1997a, p. 82). A produção de sentido será articulada também por essa formação imaginária. Com efeito, Benetti (2010) considera que o jornalismo é um acontecimento discursivo quando pode ser tomado como registro dos valores de uma sociedade e de uma época, do imaginário que une os sujeitos.

### 3.1 *IMPEACHMENT* OU GOLPE: UM CAMPO DE DISPUTAS - 2016

O texto 1 (ROSSI, 2016) foi publicado em março de 2016, produzido a partir das manifestações de 13 de março que ocorreram em todo o país, quando três milhões de pessoas foram às ruas no quinto e maior protesto pela deposição da então presidenta Dilma Rousseff e prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, investigado pela Operação Lava Jato<sup>17</sup>. O que se pronunciou nas avenidas brasileiras nesse dia foi a grande insatisfação com o governo Dilma, a forte rejeição ao PT, a idealização de que qualquer coisa é melhor que o PT e de que qualquer solução é aceitável para salvar o país, inclusive uma “intervenção militar”. As manifestações foram amplamente cobertas pela mídia. São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro,

---

<sup>17</sup> A Operação Lava Jato é o processo de investigação iniciado em 2014, pela justiça federal, com o propósito de investigar os crimes de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo empresas estatal e privadas e políticos no Brasil, tendo sido denunciados políticos de diversos partidos.

Curitiba e Belo Horizonte foram as cidades onde mais ocorreram os protestos pró *impeachment* de Dilma Rousseff (TATAGIBA, 2018).

O processo pela deposição da presidenta foi aberto oficialmente em dezembro de 2015 e encerrado em agosto de 2016, com a cassação de seu mandato. Entretanto, muitos autores defendem que tal processo foi produzido discursivamente já em 2013, a partir de onde se começou a construir toda a conjuntura necessária que levaria ao golpe em 2016, uma vez que o crime de responsabilidade que justificaria o *impeachment* não foi provado. Como sabemos, discurso é um objeto ideológico, portanto é lugar de embates que se mostram no processo de nomeação dos objetos simbólicos. Dessa forma, *impeachment* e golpe produzem discursividades distintas, inscritas a posições ideológicas em confronto. A respeito da noção de golpe, Bianchi afirma o seguinte:

*O sujeito do golpe de estado moderno é, como Luttwak destacou, uma fração da burocracia estatal. O golpe de estado não é um golpe no Estado ou contra o Estado. Seu protagonista se encontra no interior do próprio Estado, podendo ser, inclusive, o próprio governante. Os meios são excepcionais, ou seja, não são característicos do funcionamento regular das instituições políticas. Tais meios se caracterizam pela excepcionalidade dos procedimentos e dos recursos mobilizados. O fim é a mudança institucional, uma alteração radical da distribuição de poder entre as instituições políticas, podendo ou não haver a troca de governantes. Sinteticamente, golpe de estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político. (BIANCHI, 2016, grifos do autor)*

Retomando as condições em que se deu o golpe de 1964 – que Dilma Rousseff também vivenciou – lembramos que ele tinha as forças militares como agentes principais, apesar de contar com a articulação de civis e de membros internos do governo. Mas também é possível observar como as discursividades em torno da ideia de crise política, defesa da democracia e combate ao comunismo produziram um efeito de legitimação à chamada “revolução”, “contrarrevolução” ou “contragolpe”. Contemporaneamente, *impeachment* produz um efeito de sentido de constitucionalidade e legalidade para o processo de deposição, silenciando, necessariamente, os sentidos produzidos por golpe.

A propósito da conjuntura que levou à deposição de Dilma, Indursky (2019) relaciona as Jornadas de Junho com a culminância do golpe em 2016, desenvolvendo uma reflexão a partir das Diretas já, das jornadas de 2013 e das manifestações de 2015, no que se refere às discursividades percebidas nesses três acontecimentos. Conforme a autora expõe, o movimento das Diretas já, além de apresentar uma liderança centralizada, produz discursividades que se



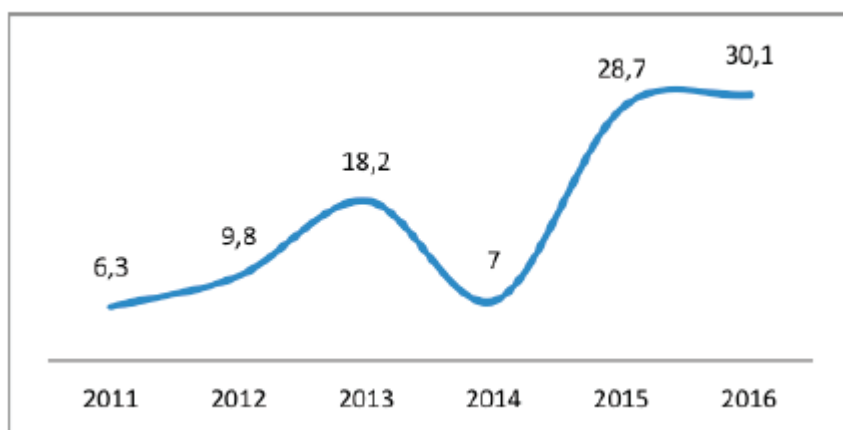
relacionam com a condução do país à redemocratização, uma vez que tinha a volta das eleições diretas como pauta. Já em 2013, as jornadas tiveram lideranças bem diversificadas, apresentaram uma diversidade de pautas, de posições-sujeito e discursos em tensão, “uma espécie de ‘festa do discurso’” (INDURSKY, 2019) que refletiu nos acontecimentos seguintes, inclusive na reeleição e nas manifestações de 2015.

Em 2015, o que se percebeu foi, em lugar da diversidade de 2013, movimentos com liderança centralizada e alinhamento político bem definidos e opostos. De um lado, discursos de apoio ao PT e a Dilma, de outro, discursos contra. Essas discursividades ecoaram nos acontecimentos seguintes, principalmente no processo de *impeachment* de Dilma, e vêm se refletindo na conjuntura política, econômica e social do país. Indursky (2019, p. 26) destaca que as manifestações de 2015 atuaram diretamente para lançar “o país a uma deriva política”, que culminou no fortalecimento da extrema direita fascista e, conseqüentemente, no resultado das eleições de 2018.

Constatamos, dessa forma, como os grupos de direita e extrema direita vêm se consolidando e fazendo circular discursos favoráveis à “intervenção militar”, desde a profusão de discursividades de 2013, mas com fortalecimento mais significativo a partir de 2015/2016.

Os protestos pelo *impeachment*, em 2016, levaram às ruas, sobretudo, as classes média e alta. Um aspecto importante das manifestações em prol da saída de Dilma e prisão de Lula, demonstrado por Tatagiba (2018) e como se vê no gráfico abaixo, é que elas revelaram, mais notadamente, a emergência das chamadas novas direitas. As bandeiras desses protestos de direita circularam em torno do combate a corrupção, em sua maioria, seguido de defesa da ordem, da segurança e dos direitos da família.

Figura 1 - Evolução anual dos protestos de direita.



Fonte: Tatagiba (2018).

As pesquisas de Tatagiba também revelam mudanças no padrão de relacionamento entre os manifestantes e as forças de segurança, quando comparadas as manifestações de 2013 e 2016. Como ela pontua, nos protestos pela deposição da presidenta essa relação é marcada por “sinais recíprocos de cordialidade e reconhecimento” (TATAGIBA, 2018, p. 119). A autora aponta para aquilo que compreendemos como efeito das relações de poder em funcionamento na composição social desses protestos, a partir das formações imaginárias construídas entre manifestantes de direita “pessoas de bem” (Texto 1, ROSSI, 2016) e forças de segurança. Formações imaginárias que, conforme pensadas por Pêcheux, designam os lugares dos sujeitos inseridos no processo discursivo e compõem, pois, as condições de produção dadas.

As formações imaginárias são, dessa forma, o modo possível de representação dos lugares que os sujeitos ocupam na estrutura social. Isso posto, no caso das manifestações pelo *impeachment* e no que se refere a essas duas posições – direitistas e forças de segurança – essa identificação discursiva é marcante na história brasileira. Pensar as posições sociais ‘manifestantes’ e ‘forças de segurança’ a partir das formações imaginárias e das relações de poder, nos fornece uma via de entendimento para a diferença que se percebe em relação ao cenário de 2013. Durante as primeiras manifestações de junho de 2013, em que a pauta principal ainda era a redução das tarifas do transporte público e os efeitos discursivos dos protestos não se identificavam, portanto, com discursos direitistas, percebeu-se uma violenta retaliação aos manifestantes pelas forças policiais.

O texto selecionado a partir desse acontecimento que foi as manifestações pelo *impeachment* em 2016 intitula-se “Grupo faz manifestação na porta de triplex em Guarujá, SP”, é assinado por Mariane Rossi, editora do *GI Santos*, e descreve os protestos em algumas cidades paulistas, trazendo em seu corpo algumas imagens das manifestações, entre elas duas com dizeres de apoio à “intervenção militar”. Contém ainda depoimentos de sujeitos presentes nos protestos, cujas vozes põem em discursividades o combate à corrupção “petista” e a defesa dos direitos das “pessoas de bem”.

A caracterização dos manifestantes que vemos nas imagens registradas no corpo do texto, numa profusão de verde e amarelo, produz um efeito de sentido que os identifica com os grupos conservadores alinhados com os ideais autoritários que vêm sendo postos desde 2013 – mais recorrentemente a partir de 2016 - mas também com o discurso ufanista do período do regime militar. O verde-amarelo, nas condições de produção dadas, constitui matéria significativa cujos sentidos podem ser produzidos a partir da memória discursiva dos valores nacionalistas, de defesa da ordem e do progresso.

Durante o regime de 1964, esse também foi um dos efeitos possíveis de serem produzidos pelos símbolos nacionais. Lembramos que a discursividade produzida pelo verde-amarelo estampado nos rostos dos brasileiros em 1992, no movimento “Fora Collor”, inscrevia-se em outro lugar do dizer. É importante olhar também para as condições de produção nas quais estavam inseridos o movimento, entendendo a relevância que tinha para a significação construída naquele acontecimento o fato de Fernando Collor de Mello ocupar, naquele momento, a posição de primeiro presidente eleito por voto direto após o fim da ditadura.

Quando Collor, em processo de *impeachment*, pede ao povo que use as cores do país em apoio ao governo, os conhecidos “caras pintadas” movimentaram as ruas brasileiras vestidos de preto<sup>18</sup>, com o verde-amarelo pintado em seus rostos. Os sentidos são indissociáveis de suas condições de produção, o que significa que são produzidos em sua relação constitutiva com a situação imediata e a memória discursiva. O discurso mobilizado pelos “caras pintadas” retoma a memória do movimento estudantil pelas Diretas já, produzindo um efeito de luto.

Nessa circunstância, a conquista das eleições diretas simbolizava uma vitória que foi precedida de muita luta contra as práticas de repressão, censura e tortura ocorridas durante a ditadura. De modo que, para o movimento estudantil, que participou ativamente dessas lutas, a posição discursiva que podemos pensar é aquela em que um presidente democraticamente eleito é tomado como representante legítimo de sua nação. É nesse movimento discursivo que o efeito de luto é produzido, simbolizando uma nação que sente a dor da perda de algo que lhe era querido. Em outras condições de produção, como é o caso dos protestos pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, em que predominou nas ruas os discursos identificados com a direita político-partidária e as elites brasileiras, a posição discursiva que podemos perceber é aquela em que uma presidenta de esquerda não é representante legítima dos interesses da classe hegemônica.

Portanto, o verde-amarelo, nas condições constituídas em 2016, produz um efeito de amor e defesa à nação que precisa ser salva dos corruptos e criminosos que se encontram no poder. Em suma, tínhamos uma conjuntura bem distinta no processo de *impeachment* de Fernando Collor. Se percebemos o discurso de combate a corrupção nos dois casos, em 1992 se verificou um movimento articulado por grupos estudantis entoando canções tidas como símbolo de resistência à ditadura, enquanto em 2016, um movimento articulado à elite política e econômica requisitando “intervenção militar”.

---

<sup>18</sup> Houve manifestações em 2016 em que se usou o vestuário preto como forma de protesto. Porém, o foco dessas manifestações não estava no *impeachment* de Dilma, mas sim no apoio ao juiz federal Sérgio Moro e prisão do ex-presidente Lula.

Na sequência discursiva a seguir podemos conferir a partir de que lugar se dá a construção da imagem dos manifestantes, observando o dizer outro que é convocado ao texto para tanto. As formas de discurso relatado empregadas são indicativas nesse sentido e ajudam a perceber a formação ideológica na qual se inscreve a forma sujeito aí percebida.

De acordo com o Coronel Rogério, da Polícia Militar, responsável por organizar a segurança do protesto, os manifestantes estão se expressando sem maiores problemas. "Tudo está bem tranquilo. Geralmente, quando as pessoas de bem se manifestam, não há problemas. Não estão quebrando nada e, por isso, o protesto flui de forma bem tranquila", afirmou. (Texto 1, ROSSI, 2016)

Notamos que a modalização e a forma de discurso direto empregados na sequência para inscrever o outro na cadeia discursiva produz um efeito de concordância entre as formações discursivas que percebemos se entrecruzando. O emprego do elemento modalizador “de acordo com”, das aspas e do verbo “afirmou” sugere a impressão de que a palavra foi dada ao outro integralmente, produzindo um efeito de objetividade.

Não é indiferente, nesse processo, o fato de um coronel ser inserido como fonte na cadeia enunciativa, visto que sua posição na estrutura social e nas condições dadas confere credibilidade a sua fala. Dessa forma, entendemos que o efeito discursivo aí produzido constrói o imaginário de que as manifestações pelo *impeachment* eram um movimento de pessoas de bem que não quebravam nada, numa oposição a outros manifestantes, que não seriam pessoas de bem.

Analisando esse discurso em relação a outros produzidos nos protestos de rua realizados em 2020, observamos um deslizamento dos sentidos produzidos para a manifestação, tal qual para seus participantes. Referimo-nos aos atos pró-democracia ocorridos em 31 de maio em algumas cidades brasileiras, tendo como foco a defesa da democracia e o combate ao fascismo, que foram marcados pelo confronto entre manifestantes e policiais. Nas condições dadas de 2020, os manifestantes foram definidos pelo general do Exército e atual vice-presidente da República, Hamilton Mourão, como “delinquentes”, autores de “ações criminosas”. Assim salientamos que os discursos se constituem por relações de forças, em condições de produção dadas, das quais participam as formações imaginárias. Sob esse olhar é que devemos considerar esses eventos, como acontecimentos discursivos cujos efeitos são sempre distintos, mas em relação.

Acerca do que é discursivizado no texto 1, dissemos que nele a autora descreve os protestos pela deposição de Dilma Rousseff realizados em São Paulo e que inclui dizeres de manifestantes e sujeitos presentes nas ruas, trazendo narrativas dos protestos de várias cidades.

Organizadas separadamente por cidade, são trazidas informações sobre quantidade de manifestantes, alguns depoimentos de participantes, considerações da polícia militar, as pautas presentes em cada cidade e fotos de manifestantes, faixas e cartazes, dentre as quais, a de uma faixa pedindo “intervenção militar” e a de um manifestante segurando uma força com uma boneca vestida de vermelho representando a então presidenta Dilma enforcada, contendo os dizeres “intervenção já” / “muda Brasil”.

Essa organização, com a relação de uma longa lista dos locais em que houve protestos, produz discursivamente um efeito de evidência de um imaginário coletivo que une todos os paulistas – senão todos os brasileiros – na defesa do *impeachment* de Dilma Rousseff. Ou seja, produz a ilusão de um discurso nacional, homogêneo, em torno do *impeachment* e do ódio ao PT. A ilusão desse imaginário homogêneo acerca do *impeachment* e do PT pode ser percebido ainda ao se observar o funcionamento do discurso do outro no texto. A princípio, sobre as vozes trazidas para falar dos protestos, são exclusivamente do responsável por sua organização e do coronel responsável pela “segurança do protesto” (Texto 1, ROSSI, 2016).

Paralelamente, as formas empregadas para inserir essas outras vozes no discurso são o discurso direto e a modalização em discurso segundo, sendo que a negociação, no discurso, com essas outras vozes ocorre por um efeito de identificação discursiva. Oportunamente, lembramos da conduta significativa de setores da imprensa em 1964, ao ajudarem a construir a noção de caos generalizado e crise política para validar o golpe militar, como demonstra Martins (2017). Para as correntes que compreendem o processo de *impeachment* de Dilma como golpe parlamentar ou golpe de estado, essa conduta se manteve bem-sucedida.

Como implicação desse efeito de identificação discursiva, ocorre que o foco percebido no texto se encontra no combate à corrupção petista, em nome do que é exigida a retirada da presidenta eleita. Em nome disso “pessoas de bem” precisam ir às ruas protestar. Observemos ainda como o emprego da preposição ‘do’ em “Coronel Rogério, da Polícia Militar, responsável por organizar a segurança do protesto”, na condição discursiva posta, funciona para o entendimento de que o trabalho das forças de segurança naquele momento não se referia exatamente a manter a segurança em função da manifestação, mas promover a segurança da própria manifestação.

A sequência a seguir extraída do texto 1 exemplifica bem como, ao construir um foco em torno das denúncias de corrupção e do pedido de *impeachment*, o texto silencia outros discursos possíveis de serem depreendidos na cena enunciativa dos protestos.

A cidade de São Vicente registrou um protesto solitário. Apenas uma pessoa resolveu se manifestar neste domingo e chamou a atenção de quem passava em frente ao 2º Batalhão de Infantaria Leve da cidade.

O homem apareceu no local no início da tarde com uma faixa pedindo intervenção militar, chegando a gerar protestos de algumas pessoas que passavam pelo local. (Texto 1, ROSSI, 2016)

O advérbio ‘apenas’, empregado nesta sequência, é uma marca linguística que pode apontar para a forma-sujeito do enunciador diante do discurso em defesa de intervenção, se considerarmos que ele produz um efeito que direciona a atenção para o volume de manifestantes. A partir de outras posições, essa atenção poderia ser construída em torno do enunciado da faixa, por exemplo.

Diante do exposto até o presente momento, verificamos que apesar da presença de vozes pedindo intervenção militar, ao inseri-las em seu dizer, a autora limita -se a destacar a atenção atraída por um boneco enforcado que representava Dilma Rousseff e como a presença de um manifestante exibindo uma faixa pedindo “Intervenção militar! Agora constitucional!” chegou a “gerar protestos de algumas pessoas que passavam pelo local”. É possível observar como o modo através do qual ela insere o discurso outro em seu próprio dizer a distancia de qualquer forma -sujeito em desidentificação com estes discursos.

### 3.2 FORÇAS ARMADAS E AS “APROXIMAÇÕES SUCESSIVAS” - 2017

O texto 2 foi publicado em setembro de 2017, na *Folha de São Paulo* e intitula-se “Qualquer um deve reagir à corrupção, diz Bolsonaro após fala de general”. Na continuidade das tensões e embates em curso, o ano de 2017 também foi marcado por protestos, polêmicas, disputas políticas e sociais etc. Ocorreram alguns atos contra o governo de Michel Temer ao longo do ano e uma greve geral em abril, mas as declarações de um general do exército, ao discursar para um grupo fechado foi bastante repercutida. Em setembro daquele ano, o então general Hamilton Mourão realizou um pronunciamento em uma loja maçônica, em Brasília, no qual afirmou que uma “intervenção militar” acontecerá se a crise política não for resolvida.

Essa afirmação, apesar de parecer ir de encontro aos valores democráticos, dentro das esferas superiores não teve o entendimento da existência ou da prática de qualquer erro por parte do general, uma vez que não feriu os princípios de disciplina e hierarquia, como afirma o ministro da defesa, Raul Jungmann. Em alguns setores da mídia e do meio político, as declarações do militar tiveram grande repercussão, em função do que esse acontecimento serviu

de orientação para a escolha do texto, cujo conteúdo se refere à reação do então deputado federal e pré-candidato à presidência, Jair Bolsonaro.

Ainda sobre as afirmações realizadas pelo General Mourão, dois pontos relevantes podem ser trazidos à lembrança e que ajudam a construir um entendimento das condições de produção que sustentam suas palavras. O primeiro diz respeito ao contexto imediato de produção de seu dizer. A maçonaria, no Brasil e a partir do período pré 1964, apresenta uma história de engajamento com os princípios políticos de direita e com os interesses da classe dominante, sempre se mantendo em posições privilegiadas.

Isso pode ser percebido durante o regime militar de 1964 com o apoio formal da instituição à ditadura, inclusive pela presença de agentes da repressão entre seus membros<sup>19</sup> (ALMÉRI, 2013). O conhecimento dessa condição auxilia na reflexão sobre o pronunciamento do general, no ponto em que nos refere a quem estava falando, a partir de qual posição e para quem estava falando. Por conseguinte, para as formações imaginárias aí em funcionamento.

O segundo, refere-se ao fato de que, dois anos antes, em 2015, declarações com sentidos não tão diferente, levaram-no à saída do posto de Comandante do Exército do Sul. Hamilton Mourão, hoje vice-presidente da República, na época declarou aos oficiais da reserva que para sair da crise política era preciso “despertar para a luta patriótica” e que apenas a substituição da presidenta “não trará uma mudança significativa no *status quo*”. Naquele cenário político, naquela circunstância histórica, o discurso alinhado a ideais autoritários no qual se inscrevem as palavras do general Mourão produziram outro tipo de resposta. E isso não é indissociável das relações de poder sobre as quais funcionam a estrutura social.

É importante na constituição dessa cena enunciativa, não apenas o contexto político-partidário em um acontecimento e noutro, no tocante a que grupo político se encontrava - ao menos oficialmente - na liderança do Estado. Mas há também duas imagens que se colocam em disputa, tomadas como efeito discursivo: um militar em favor de ações intervencionistas das FA no Estado e uma presidenta, presa e torturada política pela ação militar durante a ditadura. É, pois, no embate ideológico, por relações de força, que os discursos são produzidos.

Em 2015, para os dizeres do general, inscritos em uma formação discursiva constituída em defesa da ação necessária dos militares no gerenciamento da “crise” e salvação do país, a resposta oficial do Estado veio como contradiscurso, cujo lugar de inscrição desaprova ou desautoriza os ideais de intervenção postos pelo militar. Em 2017, em um contexto político

---

<sup>19</sup> O apoio às ações dos militares foi responsável pela cisão ocorrida em 1973, por haver membros que não aprovavam o posicionamento da instituição (ALMÉRI, 2013)

marcado por outras relações de poder, percebemos discursos em identificação pacífica materializados nos dizeres do general e nas declarações oficiais de setores do governo.

Para entendermos melhor os possíveis efeitos de sentido produzidos pelas palavras do general, consideremos como sua fala se relaciona com a estrutura política nas condições de produção dadas. Ele afirma que suas declarações sobre a imposição de “intervenção militar” são dadas com base na legalidade, legitimidade e reconhecimento que o exército tem, perante a sociedade, na capacidade de manter a estabilidade do país, em face de sua própria estabilidade, assim como no estado de “aproximações sucessivas” no qual se encontra a instituição.

Dois aspectos são relevantes para a compreensão dos sentidos possíveis nas condições de produção que se colocam. Em primeiro lugar, percebemos o sentido de “aproximações sucessivas” a partir da adoção de investidas contínuas e graduais na busca de um resultado determinado. Em segundo, é preciso olhar para algumas medidas que vêm sendo adotadas pelo governo nos últimos anos – pequenas, se consideradas isoladamente – ações, aproximações, como medidas provisórias, projetos de emendas constitucionais, aumento expressivo de militares na base governista etc. Cercada e legitimada por essa nova configuração política, em que se percebe um funcionamento das formações imaginárias distinto em relação a 2015, a fala do general se insere em novas possibilidades de significação.

O texto em análise, de autoria institucional, foi publicado na seção poder, três dias após o evento promovido na loja maçônica em Brasília. O jornal toma por fato a notícia a posição assumida pelo pré-candidato à presidência, Jair Bolsonaro, diante das declarações do general Mourão. Na voz de Bolsonaro, as declarações do general representaram uma reação à corrupção instalada na política brasileira, corrupção a que todos devem reagir, apoiando as instituições não corruptas. Além de Jair Bolsonaro, o texto traz outras vozes, como as do próprio Mourão e a do jornal *Gazeta do Povo*, mas a cena enunciativa reproduzida no texto gira em torno do imaginário do deputado Bolsonaro sobre uma “intervenção” e suas motivações.

A forma-sujeito que aqui se constitui, encontra seu lugar de dizer a partir da negociação que estabelece com os dizeres outros trazidos ao discurso, mas, sobretudo, a partir da relação que constrói entre dois interlocutores dados, Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão. Trabalhamos nesta pesquisa com textos jornalísticos que constituem um objeto simbólico materialmente heterogêneo. Nessa lógica, as estruturas materiais distintas que compõe o objeto devem ser tomadas como materialidades discursivas diversas que funcionam em relação, “cada uma fazendo trabalhar a incompletude outra. Ou seja, a imbricação material se dá pela incompletude constitutiva da linguagem, em suas diferentes formas materiais” (LAGAZZI, 2009. p. 68).



É sob essa perspectiva que olhamos para a estrutura material da imagem que introduz o texto, em sua relação com a linguagem verbal, como representativa da relação que é produzida discursivamente entre os dois sujeitos, na verdade entre os discursos por eles mobilizados.

Figura 2 - Imagem de Jair Bolsonaro.



Fonte: Texto 2, *Folha de São Paulo* (QUALQUER... 2017).

Como dissemos, o texto tem seu foco organizado em torno do posicionamento do pré-candidato à presidência acerca das declarações do general do exército sobre a efetivação de uma “intervenção militar”, caso o “problema político” não seja resolvido. A imagem de Bolsonaro, como consta na figura 2, exibida em destaque logo abaixo do título “Qualquer um deve reagir à corrupção, diz Bolsonaro após fala de general”, gera um efeito de sentido a partir da relação que o texto constrói entre os dois militares, que é simbolizada pelo ato de prestar continência, de manifestar respeito, deferência. Na esfera militar, pode ser representativo de relações hierárquicas. Como um gesto de interpretação possível, compreendemos, pois, que o sentido produzido na composição entre a imagem e o texto verbal revela a inscrição discursiva-ideológica do autor, ao construir a identificação discursiva entre Bolsonaro e Mourão.

A constituição do lugar discursivo do qual enuncia Jair Bolsonaro ocorre textualmente pela inscrição de seu dizer na cadeia discursiva do enunciado primeiro, por meio de discurso direto. Decorre também desse modo de negociação com o dizer outro, no contexto dado, a construção de um efeito de evidência da credibilidade daquilo que é textualizado. Ao gerar a ilusão de que cedeu integralmente ao outro – Bolsonaro – a palavra, na cena em questão, mais

do que ceder a responsabilidade pelo que é dito, o autor confere legitimidade àquilo que ele toma como acontecimento a noticiar. Sob a mesma perspectiva podemos lançar olhar para o *tweet* do deputado e para o *hiperlink* que direciona o leitor à íntegra da declaração do general Mourão.

Nas sequências discursivas a seguir extraídas do texto 2, podemos perceber alguns sentidos produzidos para os dizeres do pré-candidato à presidência, com os quais os dizeres do autor não constroem uma identificação pacífica.

"Ele [Mourão] falou como um brasileiro qualquer que está indignado com esse estado de putrefação da política brasileira [...]", disse o presidenciável à publicação nesta segunda-feira (18). [...] Se comprar teu voto, isso é democracia? O Temer está comprando voto no parlamento e estamos vivendo numa democracia. As Forças Armadas estão com problemas seríssimos e também esse problema da corrupção. Quer que as Forças Armadas apoiem esses bandidos que comprem votos?! Tem que apoiar quem não compra votos", disse Bolsonaro ao jornal. (Texto 2 – QUALQUER... 2017)

Nesta sequência, os sentidos são produzidos a partir da lógica que é estruturada no enunciado: a de que a democracia permite a compra de votos, consente a corrupção e se coloca como um problema para as forças armadas resolverem, hábeis que são para tanto, uma vez que militares não comprem votos, e não são corruptíveis.

### 3.3 GREVE DOS CAMINHONEIROS AFETA O PAÍS - 2018

Lógica semelhante à que encerra a última seção se mantém em 2018. Ou falta de lógica, como anunciado no título do próximo texto. A greve dos caminhoneiros que ocorreu naquele ano, iniciada em 21 de maio e com duração de 10 dias, também se configurou como um terreno fértil para a circulação de cartazes onde se lia “intervenção militar” e construções semelhantes. A paralisação dos caminhoneiros estagnou o país, causando escassez de abastecimento e mobilizando a opinião pública, inclusive para questões relacionadas aos verdadeiros atores e interesses envolvidos na organização da greve. O texto 3 foi selecionado a partir desse acontecimento e foi publicado no mês de junho. É assinado pelo jornalista Marcelo Coelho, colunista e membro do conselho editorial da *Folha*.

No texto, intitulado “Não há lógica nenhuma em propor ruptura com democracia e volta da ditadura”, Marcelo Coelho discorre sobre as recorrentes manifestações em defesa de uma “intervenção militar”. Essa defesa é colocada como algo inesperado, posto que impensado até

recentemente e com riscos reais a oferecer. Isso porque, embora parecessem não obedecer a um comando organizado e não tivessem aprovação das forças políticas no poder na época, há sempre o risco de que essas mesmas forças políticas ou outros grupos de liderança façam uso do clima instalado para beneficiar-se ou proteger-se do que pudessem chamar de caos generalizado. Assim argumenta o autor do texto.

Com relação ao risco mencionado, ao enunciar “O compromisso de um general qualquer com a Constituição pode se tornar menos enfático e convicto, se crescer a pressão por um golpe” (COELHO, 2018), o autor estabelece um diálogo com as declarações feitas pelo general Hamilton Mourão, em setembro de 2017, construindo assim a significação de como a defesa popular de uma “intervenção militar” pode ser utilizada por determinados grupos, mesmo que não estejam no comando de tais manifestações, para justificar ações inconstitucionais. Conforme o ponto de vista colocado no texto, foi como agiram os grupos defensores de “intervenção militar”, ao fazerem uso oportuno da greve dos caminhoneiros para difundir ideais de rompimento com a democracia.

A sequência discursiva “a cúpula das Forças Armadas reprova de público qualquer ruptura com a democracia” (COELHO, 2018) pode ser aqui trazida para reflexão. É possível notar como, neste enunciado, são retomados discursos dos militares durante o regime de 1964. A aparente sustentação de laços sólidos com a democracia não se apresenta como obstáculo para ações autoritárias. Ao contrário, como já assinalado aqui a partir de Santos (2017), Mendonça (2018) e Pilagallo (2020), a defesa da democracia constitui razão em função da qual se articularam muitas ditaduras. O que se relaciona diretamente à própria complexidade e diversidade que envolve as teorias da democracia.

### 3.4 OS 55 ANOS DO GOLPE DE 1964 - 2019

O ano de 2019 também foi movimentado por greves e manifestações diversas, especialmente protestos em defesa da educação. Habitaram o palco dessas manifestações, principalmente, a luta contra as medidas adotadas pelo governo Bolsonaro contra a educação, como bloqueio de verbas para instituições de ensino federais e lutas contra a reforma da previdência.

Dentre todas as manifestações ocorridas em 2019, a que possui maior correlação com nosso estudo foram as ocorridas em todo o país em virtude da data que marca o período ditatorial. Nesse ano, a justiça autorizou comemorações da instauração da ditadura militar no Brasil, produzindo uma onda de manifestações, pró e contra a ditadura. Muitos comemoravam

o 1964, com declarações como “Parabéns militares / 31/03/1964 / Graças a vocês o Brasil não é Cuba” (CIDADES... 2019), enquanto outros protestavam contra o golpe, com faixas em que se lia “#Ditadura nunca mais”.

Assinado pelo *GI* e intitulado “Cidades brasileiras têm protestos contra a ditadura militar neste domingo”, esse texto descreve as manifestações de 31 de março de 2019 nas principais cidades em que elas ocorreram. Apresenta em seu corpo, além de vídeo com reportagem sobre as manifestações pelo país, imagens de manifestantes com faixas e cartazes contra a ditadura militar, assim como de homenagem ao golpe de 1964 e pedido de “intervenção militar”. Sugere ainda outros textos para o diálogo através de *hiperlinks*, como o que explica o golpe que instaurou a ditadura em 1964 e outros que apontam para a disputa entre determinações presidenciais, federais e liminares judiciais pela permissão ou proibição de homenagem aos 55 anos do golpe militar.

As manifestações ocorrem em meio a polêmica envolvendo o governo federal após o presidente Jair Bolsonaro determinar que o Ministério da Defesa fizesse as "comemorações devidas" pelos 55 anos do golpe. (Texto 4, CIDADES... 2019)

Parabéns militares / 31/03/1964 / Graças a vocês o Brasil não é Cuba. (Texto 4, CIDADES... 2019)

Na composição da cena enunciativa dos protestos, alguns discursos em disputa são materializados no texto através das outras vozes trazidas à cadeia discursiva. Nas sequências inseridas acima, destacamos “comemorações devidas” e o enunciado constante em larga faixa que parabeniza os militares pela ação de 1964. Observamos que nestas sequências discursivas são retomados os discursos do heroísmo das FA, instituição a qual o país deve o reconhecimento por tê-lo salvado da ameaça comunista em ascensão.

Figura 3 - Faixa de agradecimento aos militares pelo golpe de 1964



Faixa agradece militares por período no comando do país. — Foto: Larrisa Carvalho/TV Globo

Fonte: Texto 4, *G1* (CIDADES, 2019).

O efeito de sentido relacionado ao comunismo é construído na sequência não somente pela palavra “Cuba”, mas em sua relação significativa com a cor vermelha com a qual está grafado “Graças a vocês o Brasil não é Cuba”. No objeto simbólico em questão, o vermelho se constitui em materialidade discursiva em sua historicidade relacionada a regimes políticos comunistas e socialistas e cristaliza discursos que agitavam o Brasil pré 1964, a exemplo do que se via materializado nos dizeres “O Brasil não será uma nova Cuba”, a circular em faixas pelas ruas do país àquela época. As informações sobre os protestos então organizadas, no texto, por cidade. Para cada uma das 12 cidades são trazidas informações sobre o número de manifestantes, se o movimento se organizou contra ou a favor da ditadura, imagens e *links* que direcionam o interlocutor para as notícias do *G1* local referentes às manifestações.

Nesse aspecto, o que parece sugestivo de um posicionamento discursivo que busca colocar as duas bandeiras como válidas é o fato de que todas as ocorrências de “contra” e “a favor” aparecem destacadas em negrito, o que pode ser tomado como um recurso visual a chamar a atenção do leitor para a presença desses dois discursos a ecoar de diversos pontos. Ainda assim, alguns elementos atuam para produzir um efeito de evidência de um

posicionamento político adverso à ditadura, por parte do jornal. Funciona nesse sentido o título, em destaque, no qual só há a indicação de “protestos” contra. A informação de que também houve “atos” a favor aparece no título auxiliar. Outro elemento que se associa a esse é a expressão “golpe”, que é empregada em todas as referências ao regime militar de 1964.

Podemos entender ainda que a posição-sujeito a partir de onde o autor – que é institucional – enuncia golpe é reafirmada na modalização que é empregada na sequência discursiva a seguir:

Um outro grupo, com aproximadamente 50 pessoas, também se reuniu em Belo Horizonte em comemoração ao que chamam de “movimento cívico-militar de 1964”. (Texto 4, CIDADES... 2019).

Assim, as aspas e o elemento modalizador “ao que chamam”, empregados na sequência, funcionam para distanciar o autor do enunciado primeiro – e seu discurso – dos sentidos materializados no termo aspeado. Essa marca de distanciamento que, na superfície enunciativa, marca explicitamente um outro, um exterior a ser mantido a distância, também evidencia um processo de desidentificação discursiva, no qual a forma-sujeito à qual o autor se inscreve se constitui a partir do não compartilhamento com os sentidos postos no enunciado entre aspas.

Essa mesma sequência discursiva evidencia uma disputa em torno da nomeação do acontecimento de 1964, que é efeito mesmo dos embates ideológicos constitutivos do funcionamento social materializados na linguagem. Retomando alguns postulados da AD, as palavras não têm sentido em si, não são transparentes, mas adquirem sentido em condições de produção dadas e no interior das formações discursivas em que são produzidas. Ainda, as formações discursivas regulam em seu interior as possibilidades do dizer, determinando “o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura”, afirma Pêcheux, (1997c, p. 166). Além disso, o sentido é constituído pela inscrição da língua na história, no contato com a ideologia.

Nesse sentido, os diferentes enunciados construídos para nomear o acontecimento que marca 21 anos de nossa história – movimento cívico-militar; ditadura militar; golpe militar; contragolpe; revolução; contrarrevolução – produzem discursos que são materialidades ideológicas, de modo que, ao enunciar uma ou outra forma, assume-se uma posição no discurso, que vem a ser a materialização de uma posição ideológica.

Nas condições de produção em que se insere o texto 4, “movimento cívico-militar” e “Golpe” se inscrevem em discursos distintos e em relação de embate. O primeiro, retoma discursos dos militares constituídos em torno da insatisfação nacional com a corrupção política, ao que a nação clamou e encontrou apoio das FA na recuperação do país. Enquanto, o segundo

mobiliza discursos relacionados à usurpação do poder legalmente adquirido e cerceamento das liberdades democráticas por meio de estratégias ilegais empregadas pelos militares.

### 3.5 A PANDEMIA E A EXPANSÃO DO DISCURSO AUTORITÁRIO -2020

O ano 2020 é marcado pela emergência da pandemia de COVID-19 em todo o mundo. Causada pelo vírus SARS-CoV-2, a COVID-19 já levou a óbito mais de um milhão de pessoas no mundo e colocou o Brasil entre os países com maior número de casos notificados<sup>20</sup>.

Nesse contexto marcado especialmente pelos debates em torno da pandemia que assola não só o Brasil, mas todo o mundo, a polarização política já instalada ganha nova arena de embates. A participação do líder político do país em atos pedindo “intervenção militar”, retorno do AI5, fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal é responsável por alimentar as discussões acerca dessa produção linguística sobre “intervenção militar”. Embora manifestações com pedidos de “intervenção” já viessem acontecendo, a participação do presidente em tais atos configurou um elemento a mais a ser polemizado. Apesar de ter se feito presente também em ato posterior<sup>21</sup>, sobretudo sua participação no ato do dia 19 de abril de 2020 gerou fortes repercussões, especialmente dentro da esfera política. O caso foi bastante comentado pela mídia nacional e internacional, tendo servido de base para a seleção do texto 5.

O quinto texto que integra o *corpus* é de autoria de Fábio Zanini, publicado em 21 de abril de 2020, no blog que o jornalista mantém na *Folha de São Paulo*. O blog, intitulado "Saída pela Direita - Conservadorismo, nacionalismo e bolsonarismo, no Brasil e no mundo", teve como catalisador a eleição (ou o “choque” do resultado da eleição, como menciona Zanini), em 2018, do atual presidente Jair Bolsonaro e foi pensado como um espaço para dar visibilidade às pessoas e representantes de entidades que se apresentam como “conservadores e/ou de direita e/ou liberais, ou não” (Zanini, 2019). Questões que surgiam serviram de impulso à criação do blog, como “Quem são essas pessoas?”, “Que forças políticas e sociais estão por traz da eleição do presidente Bolsonaro?”

O próprio Zanini, que não se declara de direita nem de esquerda (“não dogmático”, liberal econômico, liberal social “eu aceito”) explica que o espaço do blog nasce como um projeto, a partir de conversas com a direção da *Folha*, dedicado a ouvir essa base conservadora em um

---

<sup>20</sup> O Brasil se encontrava na quarta posição global em 31/10/2020, segundo notícias do The New York Times, do Coronavirus resource center - JHU e do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças.

<sup>21</sup> O presidente também esteve presente no ato realizado em 31 de maio, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. As principais bandeiras dos manifestantes foram "abaixo à ditadura do STF", “intervenção militar” e "intervenção no STF”.

espaço aberto a ela e onde fosse levada a sério, o que não vinha acontecendo. O blog criado por ele configura-se como um local em que essas vozes possam se anunciar. O objetivo é tratar e apresentar as ideias manifestadas nas entrevistas, matérias e reportagens de um ponto de vista objetivo, num esforço para superar a dificuldade de “não ser panfletário”, de modo que as pessoas envolvidas, assim como seus pontos de vista sejam levados a sério, explica Zanini (2019).

Na opinião do jornalista, a direita vinha sendo subestimada, tratada de modo até folclórico. “A direita não gosta da imprensa, mas percebe no blog um canal que pode usar, um canal para suas ideias” (Zanini, 2019). O propósito então é “conhecer para questionar”, sem que, para isso, o blog se transforme em assessoria de imprensa da direita ou num espaço puramente opinativo. É importante notar, na imagem que o autor busca construir de si, o que parece ser um lugar de possível neutralidade, “não panfletário”, “não dogmático”, mas ao fazê-lo, já mobiliza uma dada região discursiva, na qual se inscrevem os atuais discursos sobre a neutralidade da direita, esta constituída em oposição à esquerda, ideológica, comunista.

Entretanto, a posição discursiva que se percebe no texto, constitui-se numa negociação crítica e irônica com os discursos favoráveis à intervenção que são trazidos à cadeia discursiva. Isso reflete bem o caráter movente das fronteiras das formações discursivas e a especificidade da relação entre sujeitos e sentidos, que se constituem simultaneamente, pelo contato com a ideologia e em condições dadas.

No texto 5, o autor comenta sobre como opiniões favoráveis a “intervenção” circularam de maneira mais desinibida depois que o presidente Jair Bolsonaro participou de ato, em Brasília, que pedia “intervenção militar”. No corpo do texto, como meio de demonstrar a espontaneidade dessas opiniões, que tiveram no ato do dia 19 de abril de 2020 mais um estímulo, o autor traz três *tweets*, um postado no mesmo dia do ato e os outros no dia seguinte, de perfis identificáveis como sendo de apoio ao presidente e às suas pautas.

As diferentes vozes enunciadoras, postas em diálogo pela enunciação do autor Fábio Zanini, permite perceber os processos de identificação e desidentificação com os discursos postos por meio das marcas linguísticas de aproximação e de distanciamento em relação aos dizeres do outro materializados no texto. No título, um primeiro elemento merece atenção e se relaciona ao que, na AD materialista, é entendido como efeito metafórico, ou efeito do interdiscurso, como afirma Pêcheux (2014b):



[...] é *porque* os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta -forizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar [...]. (PÊCHEUX, 2014b, p. 158)

Referimo-nos, nesse aspecto, ao emprego da palavra “tropa”, conhecidamente um termo comum ao campo semântico militar que, ao ser empregado nessa cadeia enunciativa, mobiliza para a sequência discursiva sentidos que se constroem em referência ao campo militar, colocando o presidente, nesse contexto, como capitão de um movimento determinado. Outras expressões ligadas a esse campo semântico bélico aparecem ao longo do texto relacionadas ao presidente e seus apoiadores, como “tropa de choque digital”, “recolheu as armas”, “comandados” e “pipocaram”. O emprego dessas expressões traz para a construção de um sentido possível, a referência, não só ao passado militar do atual presidente, mas, principalmente, à exacerbação das instâncias militares promovida por esses movimentos de apoio à “intervenção militar”. “Tropa de choque digital”, por exemplo, insere na discursividade a ideia da presença de uma linha de frente, de resposta rápida, adequadamente pronta para dispersar multidões, nesse caso, dispersar, ou contra-atacar, os discursos contrários à imagem do presidente.

Ao analisar o título, observamos que a construção “Para tropa de Bolsonaro, insinuar golpe deixou de ser tabu”, em seu funcionamento sintático, coloca Bolsonaro como capitão de um determinado grupo e, posta na cadeia discursiva, constrói seu sentido em relação a outras formulações que compõe as condições de produção, apontando, por um lado, para discursos pró intervenção amplamente retomados e ressignificados nos últimos anos, e por outro, para o lugar de onde enuncia o autor do texto, ao empregar o termo “golpe” em lugar de outros possíveis.

A essa imagem de liderança que vai se construindo, relaciona-se diretamente o texto imagético que introduz a matéria. Na foto, é possível ver uma pequena porção da fachada do Quartel-General do exército, ao fundo; em destaque, a imagem do presidente Jair Bolsonaro, em posição centralizada, em pé, a discursar para os participantes do ato; em evidência à sua esquerda – à direita na imagem – a bandeira brasileira empunhada por um manifestante e com o lema nacional desfocado; no plano mais superficial da imagem, de costa para o leitor e desfocados, manifestantes, dos quais só se vêem os braços e os celulares, ouvem ao seu capitão.

Figura 4- Presidente Jair Bolsonaro discursa em frente ao Quartel General do Exército



O presidente Jair Bolsonaro participa de manifestação que teve pedidos de intervenção militar, em Brasília (Reprodução)

Fonte: Texto 5, *Folha de São Paulo* (ZANINI, 2020).

A imagem do presidente no centro do foco, ao lado da bandeira, importante símbolo nacional, com o lema desfocado, ressignifica discursos que sustentam a existência de um caos a comprometer a ordem e o progresso tão necessários ao país e que só poderiam ser recuperadas sob o direcionamento das FA, por meio de uma “intervenção militar”. A figura do presidente, ao centro, metaforizando essa solução salvadora ocupada pelas FA em outras construções, dialoga com um vasto conjunto de enunciados produzidos ultimamente que podem ser traduzidos em “intervenção militar com Bolsonaro no poder”.

Nas sequências discursivas abaixo é possível atentarmos para o processo de inscrição à forma sujeito, a partir das marcas de modalização percebidas como modo de negociação com os discursos outros que serão inseridos na cadeia discursiva.

Não é ainda a defesa aberta de uma intervenção militar ou de um novo AI -5. Mas claramente, para uma parte significativa da base de apoio do presidente Jair Bolsonaro, justificar algum tipo de medida de exceção deixou de ser tabu. (Texto 5, ZANINI, 2020)

Seria uma reação à “ditadura” posta em marcha por uma aliança entre a esquerda e governadores, que impedem a livre circulação e esvaziam o poder presidencial. É necessário, assim, por esse raciocínio, antecipar-se a esse movimento. (Texto 5, ZANINI, 2020)

Podemos destacar aqui o advérbio “ainda” como um modalizador para aquilo que é negado no primeiro enunciado, considerando que essa modalização insere no fio discursivo uma ideia de progressão do movimento de defesa ou de apoio a “intervenção militar”, atualmente. Além disso, outra palavra também presente no título, “tabu”, produz um efeito de sentido que coloca a defesa de intervenção como algo há pouco desautorizado, reprovado moral e socialmente. Pode-se notar também o emprego da forma verbal “seria” e das aspas de proteção em “ditadura”, marcando um distanciamento dos sentidos com os quais o sujeito não se identifica. Mais do que isso, o sujeito se inscreve, nesse momento, em uma formação discursiva que rejeita tal sentido.

No que se refere às aspas empregadas em “ditadura”, pode estar aí funcionado, duplamente, como a negação/afirmação de duas posições discursivas postas em jogo. Ou seja, constitui um movimento de negação do sentido de ditadura para as medidas adotadas pela esquerda e pelos governadores durante a pandemia, e a afirmação desse sentido aos atos realizados pela direita bolsonarista. De igual modo, a construção “por esse raciocínio”, inserida na cadeia enunciativa, constitui-se em modalizador que marca, linguisticamente, um afastamento do autor/enunciador em relação ao raciocínio desenvolvido, aquele de que a implantação de um golpe pela direita seria a saída para impedir a implantação de uma ditadura pela esquerda. Esse afastamento enunciativo marca um afastamento ideológico.

Essa lógica apresentada e em relação à qual o sujeito se distancia constrói seu sentido a partir de saberes historicamente construídos sobre a implantação de uma ditadura comunista no país e a necessidade de reação das forças armadas em defesa da nação e de sua liberdade. Essa lógica não é recente e se apresenta como possível de realização justamente por encontrar bases discursivas para sua ressignificação, considerando que todo dizer depende do já dito.

Outras vozes são trazidas à cadeia discursiva materializada no texto ainda por meio de *hiperlinks*. Um deles direciona o leitor a outro texto do mesmo autor, de fevereiro de 2019, cujo tema é o lançamento do documentário *1964, o Brasil entre Armas e Livros*, uma produção da

Brasil Paralelo<sup>22</sup>, dirigido por Filipe Valerim e Lucas Ferrugem. O documentário organiza argumentos em defesa da ideia de que o Brasil estava na iminência de um golpe comunista, perigo acentuado pelo contexto da Guerra Fria. Em reação para que o país não fosse submetido a uma “ditadura comunista”, a sociedade pediu que os militares a apoiassem e assumissem o poder. Nessa circunstância, se houve censura, tortura e mortes, foram conseqüentes da reação ao golpe em andamento.

No texto mencionado, Zanini comenta sobre como a produção audiovisual dirigida por Filipe Valerim e Lucas Ferrugem propõe-se a esclarecer mal-entendidos sobre a ditadura militar no Brasil. Golpe, contragolpe, revolução, a nomeação atribuída ao que ocorreu no país em 1964 é um mal-entendido a ser esclarecido no percurso. É o que indica trecho de entrevista textualizada no corpo da matéria. Aqui, o que é nomeado como mal entendido a ser esclarecido por um sujeito social dado, que enuncia do lugar de produtor do referido documentário, na esfera discursiva é a materialização da luta ideológica pelos sentidos. O movimento dos sentidos afetado pela história, pela memória discursiva, condicionado pelas formações discursivas nas quais se inscrevem os sujeitos ao enunciarem.

Nesse âmbito, estão representados os embates ideológicos pela memória da ditadura militar brasileira, que não têm sua gênese no lançamento do documentário e dos quais não se dissociam os embates pelos sentidos de “intervenção militar” contemporaneamente. Nesse confronto político, o que se coloca linguisticamente é justo a impossibilidade de fixar o que deve ser entendido por golpe, contragolpe, revolução, movimento, *impeachment* ou outras nomeações possíveis, pois as palavras, expressões e enunciados produzem sentidos diversos de acordo com a posição da qual são enunciadas, efeito do caráter ideológico do discurso e do sentido, conforme postulado por Pêcheux (2014a).

---

<sup>22</sup> Produtora fundada em 2016, com relevante atuação na disseminação de ideais direitistas por meio de ciberativismo.

#### 4 OS EFEITOS DE SENTIDO EM DIZERES SOBRE “INTERVENÇÃO MILITAR” NA *FOLHA DE SÃO PAULO E GI*

Olá, como vai?  
 Eu vou indo e você, tudo bem?  
 Tudo bem eu vou indo correndo  
 Pegar meu lugar no futuro, e você?  
 Tudo bem, eu vou indo em busca  
 De um sono tranquilo, quem sabe  
 [...]  
 Tanta coisa que eu tinha a dizer  
 Mas eu sumi na poeira das ruas  
 Eu também tenho algo a dizer  
 Mas me foge a lembrança  
 (Paulinho da Viola, 1969)

Os versos acima foram retirados de uma composição de Paulinho da Viola, *Sinal fechado*. Apesar da ausência de declarações do próprio compositor e intérprete que confirmem o momento histórico e político da ditadura como motivação para a composição<sup>23</sup>, isso não afastou que ela se tornasse, no meio musical, um dos símbolos da resistência à opressão empreendida pelo regime militar. Se considerarmos o intervalo de tempo entre a consolidação da democracia – ressaltadas as discussões sobre a estabilidade da democracia brasileira – e o início da década de 2010, parece razoável supor que a premiada canção de Paulinho da Viola, encontrasse um contexto favorável para ser apreciada por sua bela melodia, num processo de ressignificação mais favorável a um lugar comum de dizer que dias melhores virão. Por outro lado, tomando a atual conjuntura política brasileira, as mesmas palavras reencontram um cenário propício para a atualização dos sentidos de incertezas e medos de outrora. Isso pode ser compreendido através do postulado da AD segundo o qual os sentidos não estão nas palavras, mas são produzidos nas relações que estas estabelecem com as circunstâncias históricas, sociais e culturais que envolvem a produção e circulação dos dizeres

Nesta pesquisa, inserimo-nos em uma perspectiva materialista do discurso e nos propomos a investigar os processos de apagamento, reelaboração ou manutenção de posições sujeito em discursos sobre “intervenção militar” textualizados na *Folha de São Paulo* e no *GI*. Com vistas a alcançar esse objetivo, neste capítulo, procedemos à análise de sequências discursivas e materialidades significantes heterogêneas retiradas do corpus já apresentado. As

---

<sup>23</sup> Existem entrevistas do cantor em que ele diz não ter se inspirado no contexto da ditadura para compor essa canção.

sequências que se encontram textualizadas nos *tweets* serão inseridas em sua forma original como se encontram no texto jornalístico. Também serão trazidas para a análise sequências discursivas retiradas de comentários de leitores aos textos principais. Foram selecionadas sequências discursivas que fazem algum tipo de menção a “intervenção militar” ou foram produzidas em relação a outra sequência que faça essa menção, de modo a percebermos quais efeitos de sentido têm sido produzidos pelo enunciado “intervenção militar” no cenário contemporâneo.

O acontecimento, como entendido na AD, é o encontro de uma atualidade e uma memória. Ao que podemos aproximar o caráter do acontecimento jornalístico de elemento em contínuo processo de resignificação. O próprio funcionamento da linguagem é pensado na “relação estrutura/acontecimento, articulação do que é da ordem da língua e do que deriva de sua historicidade, relação entre o que, em linguagem, é considerado estável com o que é sujeito a equívoco (ORLANDI, 2012, p. 21). Consideramos que, em vista da composição de nosso corpus, a mídia se configura como importante agente desse processo de resignificação. Os dizeres sobre “intervenção militar” produzidos nesse século e que têm circulado de modo mais livre e dinâmico em função de mídias digitais, significam a partir de já ditos, em um movimento de confirmação ou negação de sentidos historicamente construídos.

Considerando esses dizeres inseridos nos conflitos que movimentam o panorama político nacional, na tensão entre direita  $x$  esquerda, posições democráticas  $x$  posições totalitárias, “intervenção militar”  $x$  comunismo, e focando nos aspectos linguísticos e discursivos que os atravessam, podemos olhar para esse fenômeno sob a ótica do constante embate ideológico pelos sentidos. Pêcheux (2014a) afirma que a luta de classes ideológica é uma luta pelo sentido das palavras, expressões e enunciados, o que se explica pelo entendimento de que as palavras, expressões e enunciados produzem sentidos diferentes conforme a posição da qual são enunciadas. Dessa forma, os textos jornalísticos em questão podem apontar para o embate, próprio ao funcionamento discursivo, pelo sentido das palavras, expressões e símbolos relacionados aos atuais dizeres sobre “intervenção militar”.

As sequências discursivas abaixo, retiradas dos textos jornalísticos apresentados, nos oferecem alguns elementos para pensar a esse respeito.

- (1) "Ele [Mourão] falou como um brasileiro qualquer que está indignado com esse estado de putrefação da política brasileira." (Texto 2, QUALQUER, 2017)
- (2) O empresário e ativista conservador Leandro Ruschel compartilhou em suas redes sociais foto de manifestação em frente a um quartel no Rio de Janeiro pedindo "intervenção militar". Antes, havia feito um chamado às Forças Armadas para "derrubar o establishment podre". (Atualização: após a publicação desse texto, Ruschel entrou em contato com o blog para dizer que "em nenhum momento fez tal chamamento" aos militares. Segundo ele, foi apenas uma análise. "Obviamente, espero que os militares apoiem Bolsonaro e não o inverso, mas isso não envolve minha defesa de algum tipo de golpe militar"). (Texto 5, ZANINI, 2020)
- (3) Há vozes exaltadas entre parlamentares também. Um exemplo é o deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ). Em uma live, ele lamentou "a impotência de não podermos modificar [o Brasil] do dia para a noite, salvo se as Forças Armadas dissolverem STF, Parlamento e tudo". (Texto 5, ZANINI, 2020)

Considerando o que se vê nas sequências apresentadas, os discursos que se percebe nelas textualizados apontam para a existência de um estado de "putrefação" na ordem política e ideológica vigentes que afeta o país e leva à necessidade de mudança. O "S.O.S.F.F." presente na faixa que compõe a figura 5 representa bem essa necessidade de mudança, esse pedido por salvação.

Figura 5 – Homenagem à ditadura militar



Grupo de pessoas favoráveis à intervenção militar se reuniu para homenagear a ditadura em frente ao quartel do Exército, no Boqueirão — Foto: Bronson Almeida/RPC

Fonte: Texto 4, *G1* (CIDADES, 2019).

Uma vez que as instituições políticas estão comprometidas, resta às Forças Armadas o papel de implantar a mudança necessária para salvar o país do atual estado de corrupção em que se encontra. O sujeito discursivo aqui constituído, se identifica com uma formação discursiva que entende as FA como uma instituição confiável e capaz de promover a ordem comprometida por qualquer estado de caos instalado. Por sua vez, a formação discursiva à qual se inscreve, vem a ser a expressão da formação ideológica que o atravessa no contato com a linguagem e nas condições dadas.

Como é central na AD materialista, discurso é efeito de sentido, sendo sempre produzido de acordo com a posição discursiva e ideológica assumida pelos sujeitos ao enunciarem. Daí que, não somente os sentidos sempre podem ser outros, como se constituem no constante embate entre as forças ideológicas em confronto no funcionamento discursivo. As outras vozes trazidas para os textos por seus autores nos permitem olhar para esse fenômeno. Como permite também perceber os processos de identificação e desidentificação com os discursos postos por meio das marcas linguísticas de aproximação e distanciamento em relação ao dizer do outro materializado nos textos.

Observando o que se encontra em 2 e 3, é possível notar que seus autores se afastam de alguns dos sentidos relativos à “intervenção militar” como mudança positiva e benéfica, ao marcarem o distanciamento entre seu dizer e o dizer do outro. Nos dois casos o distanciamento é explicitamente marcado por meio de aspas, expondo a não identificação entre os sujeitos colocados em diálogo. Podemos relacionar esse aspecto ao fato de que as práticas de linguagem não são indissociáveis das práticas sociais, devendo-se ter em vista que essas práticas sociais aparecem representadas nos discursos sob formações imaginárias, o que nos remete aos interlocutores presentes nas referidas sequências.

Com base nesse entendimento, é preciso considerar que os sujeitos sociais (a) empresário e ativista conservador e (b) deputado afiliado à direita – quando não extrema direita – político partidária nacional se constituem em sujeito de seu discurso a partir de dada posição ideológica, inscrevendo-se em formações discursivas que regulam as possibilidades de seus dizeres. É do interior dessa formação discursiva que mobilizam os sentidos de mudança salutar a ser promovida pelas FA, instituição caracterizada como resistente a qualquer ordem ideológica corrompível.

Mas é preciso considerar ainda que os sentidos são produzidos no contato com a memória discursiva, sendo esta sujeita a falhas, a equívocos, estruturada pelo esquecimento necessário à constituição dos sujeitos e dos sentidos. Assim, podemos ressaltar que o discurso não é



independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas [...] só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. (PÉCHEUX, 2008, p. 56)

É partindo desse entendimento que devemos olhar para o processo de desidentificação discursiva que se constrói entre os discursos dos interlocutores mencionados acima e aquele a partir de onde se constitui o sujeito discursivo materializado nos dizeres do autor do texto jornalístico. A respeito desse processo de desidentificação e como ele se coloca linguisticamente, as formas de heterogeneidade mostrada como concebidas por Authier-Revuz (1998) podem favorecer as análises aqui desenvolvidas, ao serem tomadas como marcas sugestivas dos processos de inscrição dos sujeitos discursivos constituídos na cena enunciativa.

Sobre a relação constitutiva entre sujeito e discurso, Orlandi (2017, p. 55) nos diz que “não há sujeito, nem sentido, que não seja dividido, não há forma de estar no discurso sem constituir-se em uma posição-sujeito e, portanto, inscrever-se em uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, é a projeção da ideologia no dizer”. Como se percebe, o mecanismo da interpelação ideológica é característico ao processo de constituição do sujeito. Mas também é próprio a esse processo o mascaramento dessa interpelação, o que garante ao sujeito a ilusão da autonomia necessária ao seu funcionamento.

Compreendendo a linguagem - e os sujeitos – como constitutivamente heterogêneos, as formas de heterogeneidades enunciativas representam modos de negociação do sujeito com o Outro que lhe é constitutivo. As formas de discurso relatado e a modalização autonímica correspondem a alguns desses modos. Em relação às sequências discursivas 2 e 3, é possível tomar a forma de discurso relatado empregada pelo autor enunciador Fábio Zanini às vozes de Leandro Ruschel e Daniel Silveira como marca desse processo de subjetivação do sujeito. Ou seja, as formas de discurso relatado empregadas no texto jornalístico nos fornecem indícios para apreender a posição ideológica à qual se inscreve o sujeito do discurso a enunciar através de seu autor e, de certo modo, do próprio jornal.

Segundo Authier-Revuz (2004, p. 230), as aspas operam em uma zona de “equilíbrio instável, de tensão, de acordo onde entram em questão a identidade do locutor e sua relação com o mundo exterior”, deixando refletir a existência de uma margem que delimita e constitui o discurso. Discursivamente, essa é a perspectiva com a qual trabalhamos, essa relação se dá

por meio das formações imaginárias. É enquanto tal que essa identidade e esse exterior existem. E é pelas formações imaginárias construídas no processo discursivo que se dá a negociação entre a posição ideológica na qual se inscrevem os dizeres outros trazidos ao texto e o modo de inscrição do jornalista na ordem do discurso.

A observação sobre os efeitos do emprego das formas de discurso relatado na cadeia discursiva fornece indícios para a percepção das posições ideológicas assumidas pelos respectivos autores. As aspas de distanciamento inseridas em “derrubar *o establishment* podre” e “a impotência de não podermos modificar [o Brasil] do dia para a noite, salvo se as Forças Armadas dissolverem STF, Parlamento e tudo”, podem ser entendidas funcionando de dois modos simultâneos e complementares: como simulando a passagem de voz à Leandro Ruschel e Daniel Silveira, respectivamente; e como produzindo um efeito de imparcialidade à posição requerida pelo autor. A forma de distanciamento empregada marca linguisticamente uma fronteira entre o dizer de Zanini e de seus interlocutores, mas não o inscreve a uma posição discursiva de negação aos sentidos produzidos.

Na continuidade do que se lê na sequência discursiva 3, como vemos a seguir:

(Atualização: após a publicação desse texto, Ruschel entrou em contato com o blog para dizer que “em nenhum momento fez tal chamamento” aos militares. [...])

Nota-se que o autor, ao marcar o dizer de Ruschel com as aspas, o que poderia sugerir a passagem da palavra ao outro, não altera a pessoa verbal, de modo que, nesse entrelaçar das vozes, fica marcado também a disputa dos sentidos mobilizados pelos sujeitos discursivos em confronto. Se comparamos com o trecho que segue:

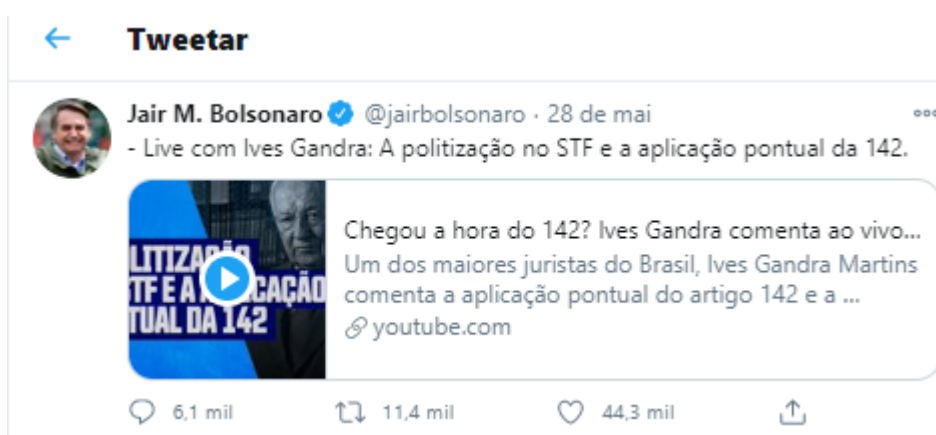
Segundo ele, foi apenas uma análise. “Obviamente, espero que os militares apoiem Bolsonaro e não o inverso, mas isso não envolve minha defesa de algum tipo de golpe militar”

Percebemos que sua posição discursiva é anunciada no comentário que antecede a fala de Ruschel, explicitamente marcada e deslocada do dizer do autor. Podemos pensar em alguns sentidos que são produzidos nessa tensão. Primeiro, um acontecimento dado que é a convocação feita por Ruschel às FA para “derrubar *o establishment* podre”, que produz sentido de chamamento em uma posição-sujeito e de simples análise, em uma posição distinta. O efeito de

simplicidade daquilo que foi dito é produzido pelo advérbio “apenas”, que introduz a expressão que nomeia o acontecimento.

É possível denotar ainda nos sentidos de chamamento em oposição a esperar apoio, assim como nos sentidos possíveis para “espero que os militares apoiem Bolsonaro”. A depender das condições de produção na qual emergirem as palavras do empresário, elas podem até vir a produzir um efeito de evidência de que apoiar Bolsonaro, presidente eleito, é conflitante com apoiar uma intervenção. Por outro lado, numa posição discursiva dada, apoiar “intervenção militar” é inserir-se na mesma posição ideológica de onde emergem os discursos presidenciais em defesa de novo AI-5, em honraria aos militares e em exaltação da ditadura militar, como os que se vê materializados no *tweet* apresentado na figura 6, abaixo:

Figura 6 - *Tweet* de Bolsonaro



Fonte: *Tweeter* (<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1266101269975924744>)

Singer, Pochmann e Safatle (2020) alertam sobre como ações antidemocráticas adotadas pelo governo favorecem e validam discursos partidários à “intervenção militar”. Segundo debatem, a atual presidência é o que nomeiam de Governo-movimento, que se coloca contra o próprio Estado, sugerindo seu desmonte para criar reais condições de governabilidade. Na imagem acima, o *tweet* postado pelo presidente em sua página oficial é representativo dessa questão. A publicação se refere a uma *live* na qual o advogado Ives Gandra Martins argumenta que o artigo 142 da Constituição permite uma intervenção das FA em outros poderes para a garantia da lei e da ordem, o que deve ser feito nos momentos em que haja choque entre os poderes.

Se percebe como as condições de produção são indissociáveis da produção dos sentidos. A elas, dizem respeito o contexto enunciativo, o contexto político e social representados nas

formações imaginárias em funcionamento, a relação com a memória discursiva, o modo como a língua se inscreve na história para significar. Nesse sentido, tomando o contexto dado, é plausível considerar que apoiar Bolsonaro mobiliza sentidos relacionados a apoiar intervenção, mobiliza os discursos do presidente em favor das FA.

Outra questão a se considerar são os atuais discursos a partir dos quais a esquerda é representada como a ordem ideológica corrompida, corrupta, responsável pelo “*establishment* podre”. Um discurso segundo o qual a direita não é ideológica e todo e qualquer pensamento divergente dos ideais direitistas é classificado como comunista. Essa é uma das ideias que caracteriza os grupos que pedem “intervenção militar”, a de não doutrinação ideológica, sem ideologia, que nesse caso, nos parece, é adotar os ideais hegemônicos e conservadores característicos da direita. Desse modo, convocar as FA para “derrubar o *establishment* podre” é retomar discursos em defesa da classe hegemônica, de manutenção de dada condição história.

Podemos retomar, por exemplo, a conjuntura política de 2016, refletindo acerca da relação entre as discursividades produzidas contra o PT, a deposição de Dilma Rousseff e o resultado das eleições municipais. Sabemos que a Operação Lava Jato possui forte relevância na produção dos discursos anticorrupção desde 2014, principalmente naqueles favoráveis à deposição de Dilma e prisão de Lula. É relevante observar que, apesar de terem sido apresentadas denúncias contra membros dos diversos partidos, a produção discursiva em torno das investigações da Lava jato se concentrou no Partido dos Trabalhadores. Importante ainda perceber que, no mesmo ano em que uma presidenta de esquerda é deposta sob a bandeira do combate a corrupção, O Progressistas (PP) que era o partido com maior número de investigados na Lava jato afiliava o maior número de prefeitos eleitos nas eleições de 2016. O partido - de direita - tinha 33 políticos investigados na Lava jato à época, 2 condenados na Operação Mensalão. Dos 33 investigados, a Procuradoria Geral da República apresentou denúncia contra 7, dentre os quais o deputado federal Arthur Lira (JUNQUEIRA, 2016; PP..., 2018), atual presidente da Câmara dos deputados.

Como percebemos a partir do campo linguístico-discursivo, nesse jogo de conflitos em que cada grupo disputa pela posição de estar certo, o que se coloca na verdade é uma questão de sujeitos, de sentidos, de história, em suma, do político (ORLANDI, 2014)

Uma vez que as formas de heterogeneidades enunciativas, conforme indicadas por Authier-Revuz, expõem as não-coincidências interlocutivas entre as diversas vozes percebidas em diálogo na cadeia enunciativa, também apontam para as posições-sujeito postas em embate. A seguir, apresentamos uma materialidade significativa heterogênea e uma sequência discursiva

retiradas do texto 1, a partir do que podemos observar os sentidos mobilizados para “intervenção militar” nas duas posições-sujeito presentes na cena enunciava, a do manifestante e a jornalística.

Figura 7 - Boneca da presidenta Dilma Rousseff na forca



Manifestante mandou boneco da presidente para forca (Foto: Jairo Costa / Arquivo pessoal)

Fonte: Texto 1, *GI* (ROSSI, 2016).

#### (4) Peruíbe

Em Peruíbe, cerca de 100 pessoas, de acordo com a PM, se reuniram durante a tarde na praça da Igreja Matriz, no Centro da cidade, para pedir a saída da presidente Dilma Rousseff do poder. Durante o ato pacífico, chamou a atenção um boneco enforcado que representava a presidente. Na forca, estavam escritas as palavras "Intervenção já" e "muda Brasil". (Texto 1, ROSSI, 2016)

Na figura 7, visualizamos um sujeito manifestante que exhibe uma forca de madeira na qual se encontra pendurada, pelo pescoço, uma boneca representando Dilma Rousseff. A boneca está caracterizada de vermelho e tem “Fora Dilma” escrito no braço. Na haste de madeira da forca se lê “intervenção já” e “muda Brasil”. Muitos sentidos são materializados na relação constitutiva que se estabelece entre a sequência verbal, a forca e a cor vermelha, estas últimas tomadas como objeto simbólico carregados de historicidade. Temos na forca um símbolo de punição que presume o decreto oficial da culpa de alguém. Remete muito fortemente

a condenação aplicada a traidores da pátria e à ideia de espetáculo proporcionado pela execução de um condenado.

Discutimos em relação à figura 3 como o vermelho foi sendo historicamente associado a regimes socialistas e comunistas e a movimentos de esquerda. O que se percebe atualmente, e que não difere do que se via no início da década 1960, é como esquerda e comunismo são tomados similarmente, como que expressões a representar a mesma coisa e, juntamente a isso, os discursos de direita sobre o que é comunismo e o que é ser comunista que têm, entre outras coisas e não sozinho, movimentado os discursos sobre “intervenção militar”.

A relação que é construída discursivamente entre as sequências verbais e a materialidade imagética nos permite algumas leituras. “Intervenção militar” é tomada como ação que trará mudança para o Brasil, como regime que se livrará dos traidores, dos comunistas. A saída da presidenta, simbolizada em seu enforcamento, trará a mudança necessária ao país. Se consideramos os discursos de direita responsáveis por construir uma relação esquerda/PT/comunismo, é possível fazermos a leitura de “Fora Dilma” como “Fora PT”. A relação “intervenção já” e Dilma enforcada mobiliza a memória discursiva relacionada a Dilma presa e torturada durante o regime militar.

Para descrever a imagem, o jornal emprega a sequência “Manifestante mandou boneco da presidente para forca”. O texto que se refere à manifestação, conforme se lê na sequência discursiva 4, a nomeia de “ato pacífico”, no qual “chamou a atenção um boneco enforcado que representava a presidente. Na forca, estavam escritas as palavras ‘Intervenção já’ e ‘muda Brasil’”. A forma de modalização manifesta não só a presença de uma outra voz a enunciar, mas a posição assumida pelo sujeito em relação a esse outro. Por certo, os efeitos de sentido produzidos pela forma de modalização empregada só podem ser apreendidos quando se afasta da noção de sujeito intencional e da transparência da linguagem. Da posição discursiva de onde enuncia o jornal, vemos silenciada toda a violência simbólica que a imagem materializa. O enunciado “ato pacífico” é o principal elemento responsável por esse efeito. Diante da defesa de intervenção e da violência simbólica, o que “chamou a atenção” foi a presidenta mandada para a forca, como descreve a legenda da foto, condenada pelo povo aí representado pelo manifestante. Isso retoma mesmo a ideia de espetáculo relacionada ao enforcamento e nos permite ousar na leitura da posição jornal enquanto espectador.

A próxima materialidade discursiva também nos oferece indícios dos sentidos mobilizados para “intervenção militar” e da posição discursiva do jornal nas condições de produção dadas.

Figura 8 - Manifestante exibindo faixa que pede militarismo



Manifestante solitário em São Vicente pede militarismo (Foto: Isabella Pajón / Arquivo Pessoal)

Fonte: Texto 1, *GI* (ROSSI, 2016)

No capítulo anterior, quando apresentamos os textos, discutimos que, ao descrever a manifestação ocorrido em São Vicente, a autora refere-se à presença da faixa que vemos na figura 8, assinalando como ela “[chegou] a gerar protesto de algumas pessoas” (Texto 1, ROSSI, 2016). No que se refere aos discursos que são mobilizados, percebemos aqui a retomada de sentidos do regime militar de 1964 e a produção de um outro sentido que retoma discursivos recentes sobre a constitucionalidade de uma intervenção.

A sequência discursiva “Intervenção! Militar...! Agora, constitucional”, materializa um discurso pautado no entendimento de que já houve uma “intervenção militar” não constitucional, golpe militar, portanto, mas agora pode ser constitucional. Isso nos leva a considerar, nas condições de produção dadas, o que constrói esse estado de possibilidade e não podemos deixar de olhar para a conjuntura política, como ela se relaciona com os acontecimentos em questão e como isso é percebido linguisticamente. As cores utilizadas na palavra “constitucional”, alternando entre verde, azul e amarelo, são já uma marca em evidência, um objeto simbólico carregado de sentidos que estão ligados aos grupos de direita em ascensão, com maior expressividade a partir de 2016, como já dito anteriormente.

É a expressão do político, do simbólico e do ideológico em atuação na opacidade do texto, como nos anuncia Orlandi (2012). As cores da bandeira nacional que hoje carregam os discursos de direita, materializados na palavra “constitucional” tornam-na também

representante desse discurso e aí se constrói a possibilidade de constitucionalidade de uma intervenção. Não despercebidamente a isso, muito recentemente o presidente da República metaforizou-se como a constituição.

Destaca-se nesse ponto a legenda inserida na descrição da figura 8, “Manifestante solitário [...] pede militarismo”. Inicialmente, é preciso lembrar do silêncio constitutivo próprio do funcionamento da linguagem, segundo o que uma palavra silencia necessariamente outras possíveis (ORLANDI, 2007), sendo as palavras silenciadas os sentidos que se quer afastar. Enunciar “militarismo” implica necessariamente no afastamento dos sentidos não só de golpe, mas também de intervenção, e produz sentidos relacionados a sistemas de governo legítimos.

O sentido de legalidade é efeito do processo de sufixação, que constrói uma relação metafórica com outros sistemas de governo legalmente reconhecidos, como presidencialismo, parlamentarismo etc. Em segundo lugar, a adjetivação empregada para caracterizar o manifestante também é merecedora de atenção. “Solitário”, no contexto que se coloca, mobiliza sentidos de desamparo, de abandono, que coadunam com os discursos favoráveis à intervenção que percebemos, não somente materializados nas figuras 7, 8 e sequência discursiva 4, como também constituindo a posição discursiva do jornal.

Nas sequências discursivas a seguir, constatamos a presença de diferentes interlocutores em negociação pelos sentidos de “intervenção militar”. Na sequência 5, se coloca o dizer do autor do texto 2, por quem tomamos a posição discursiva do jornal, e os dizeres do deputado federal Jair Bolsonaro e do general Hamilton Mourão que, inseridos na cadeia enunciativa, não só disputam sentidos com o enunciado primeiro, como entre si. Em 6, temos um *tweet* do blogueiro Allan dos Santos, nomeado por Zanini como “principal expoente da tropa de choque digital de Bolsonaro”. E a figura 9 corresponde a outro *tweet*, esse de Bibó Nunes, deputado federal do PSL-RS.



(5) O deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) afirmou nesta segunda-feira (18) que reagir à corrupção no Brasil "é obrigação de qualquer civil ou militar", depois de vir à tona no fim de semana a fala de um general da ativa no Exército sobre uma intervenção militar caso a Justiça não resolva o problema. (Texto 2, QUALQUER...,2017)

(6) (#PartidoGenocidaChinês25 <sup>24</sup>  
@allantercalivre·

20 de abr de 2020

Como CARLOS LACERDA, não sou afeito à uma intervenção militar, mas os entusiastas desse método são LIVRES para assim opinar, assim como os COMUNISTAS são livres para exaltar Mao, Stálin e Lenin. Querem CRIMINALIZAR os intervencionistas? Então vamos CRIMINALIZAR os comunistas, ok?

#PartidoGenocidaChinês

@allantercalivre

Se criminalizarem os INTERVENCIONISTAS, então não vejo OUTRA SAÍDA senão uma intervenção militar, pois estariam usando o ESTADO para IMPOR a IDEOLOGIA do discurso único.

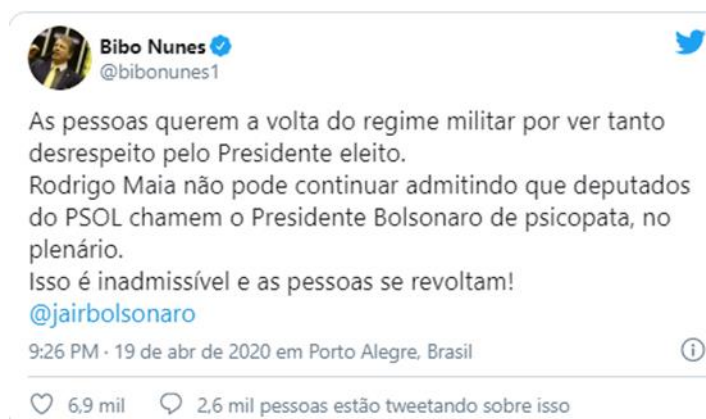
2:55 PM · 20 de abr de 2020

5,5 mil

1,2 mil pessoas estão tweetando sobre isso

(Texto 5, ZANINI, 2020)

Figura 9 - *Tweet* de Bibo Nunes



Fonte: Texto 5, Folha de São Paulo (ZANINI, 2019)

<sup>24</sup> A conta de @allantercalivre foi retida em resposta a uma demanda legal. Em virtude disso, o *tweet* está inserido em formato diferente dos demais, por ter sido recuperado de arquivo anteriormente salvo (<https://twitter.com/allantercalivre>).

Em 5, ao tomar as declarações do general Mourão como reação à corrupção no Brasil, Bolsonaro convoca militares e civis ao compromisso patriótico de combatê-la. Os sentidos de “intervenção militar” são aqui mobilizados a partir do ideário de combate a corrupção política instalada no país, que se coloca como um problema para as FA resolverem. Percebemos que o deputado e o general, ambos sujeitos sociais ligados às FA, se inscrevem no mesmo espaço discursivo, em completa identificação discursiva. Esse efeito de negociação pacífica dos sentidos mobilizados para intervenção é também produzido no texto, no que se materializa na figura 2 no gesto de prestar continência executado pelo deputado e como comentamos no capítulo anterior.

No que se refere à sequência discursiva 6, as primeiras palavras já nos colocam algumas questões. “Como Carlos Lacerda, não sou afeito à uma intervenção militar”. Na relação com a memória discursiva, somos levados a reconstruir a relação de Carlos Lacerda com o golpe militar de 1964. Líder da UDN e principal articulador do golpe dentro do governo, Lacerda defendia ser necessário um regime de exceção para corrigir os problemas da democracia. Tramou alguns golpes para chegar ao poder e em 1964, liderou o movimento que culminou no golpe. Não é incomum vê-lo associado ao suicídio de Getúlio Vargas, sendo responsabilizado por influenciar no ocorrido. De fato, depois de deflagrado o golpe e ao perceber que, com o cancelamento das eleições, ele não alcançaria a posição desejada, Lacerda se afastou do governo que ajudou a implantar.

A relação que é construída entre as palavras comunistas e intervencionistas a partir da derivação sufixal, que se percebe menos comum no segundo caso, se estende para além das palavras, produz sentidos, expressa materialmente posições ideológicas. Começamos a pensar nos efeitos dessa relação retomando a função do sufixo “ista” nas palavras indicadas, qual seja a de nomear um agente vinculado a uma determinada doutrina. No caso em questão, se temos comunistas como agentes ligados ao comunismo, e comunismo é uma corrente de pensamento político e socioeconômico, teremos intervencionistas como agentes afiliados à “intervenção militar”, sendo esta ressignificada como uma corrente de pensamento político e socioeconômico tão legítima quanto a que se coloca em sua oposição.

Além disso, a seguinte argumentação é colocada: aos comunistas é permitido “exaltar” os nomes daqueles que são tidos como líderes sanguinolentos, responsáveis pelas atrocidades e crueldades que marcam alguns períodos da história, que é o caso das correntes comunistas conhecidas como maoísmo, stalinismo e leninismo; então aos intervencionistas é assegurada a liberdade para defender ou desejar regimes igualmente cruéis. Se essa liberdade lhes é negada,

contrariando o princípio da diversidade de opiniões, então se faz necessária uma intervenção. A defesa dos discursos que pedem intervenção funciona, desse modo, para democratizar a expressão “intervenção militar”. Constrói-se assim, na sequência discursiva, um efeito de simetria entre os dois grupos e seus discursos.

O confronto ideológico simbolizado no par intervencionistas/comunistas é representativo dos embates entre direitistas/esquerdistas e de como “as contradições da luta de classes atravessam e organizam o discurso” (PÊCHEUX, 2014a, p. 272). Nas condições de produção em que se inserem os atuais discursos de “intervenção militar”, ser esquerdista e ser comunista retoma a memória discursiva que atualiza os sentidos de ameaça comunista iminente que precisa ser combatida, ao que se justifica a ação interventora das FA para salvar o país.

Mais dois elementos colaboram para percebermos como se dá a constituição do sujeito e dos sentidos que se materializam nessas sequências, que formação ideológica esses sentidos expressam. O primeiro se refere à *hashtag* introduzindo o *tweet*, que retoma para os grupos contrários à intervenção os discursos da China comunista, em sua relação com a memória de massacre.

O segundo, diz respeito ao aspecto gráfico aplicado no texto, com o destaque em caixa alta para algumas palavras. Como efeito, nos permite a leitura de um outro enunciado, que poderíamos supor, inicialmente, como uma mensagem secundária, e não em sentido valorativo do termo, mas por parecer camuflada, como um código secreto. “CARLOS LACERDA, LIVRES, COMUNISTAS, CRIMINALIZAR, CRIMINALIZAR / INTERVENCIONISTAS, OUTRA SAÍDA, ESTADO, IMPOR IDEOLOGIA”. Mas poderíamos também ler este como o discurso primeiro, primário, textualizado no *tweet*, cujo efeito de opacidade é favorecido pelo enunciado secundário que integra as palavras grafadas em minúsculo.

A sequência discursiva que lemos na figura 10, logo abaixo, também apresenta um sujeito que se constitui numa formação ideológica intervencionista. É possível notar que a defesa dos discursos que pedem “intervenção militar” é construída através de argumentos que visam justificar e, como efeito consequente, validar tais pedidos. O sujeito se inscreve a uma posição em que os sentidos mobilizados para “intervenção militar” se relacionam à competência que as instituições militares têm na manutenção da estabilidade e da harmonia no governo. Se há desrespeito ao presidente e, portanto, ao governo, o povo se revolta em apoio a ele.

A função de uma “intervenção militar”, logo, é proteger o governo. Esse discurso percebido aqui, e que também pode ser retomado em discursos de 1964, não foi mobilizado em outros acontecimentos que envolveram ataques ao governo, como serve de exemplo os últimos

anos do governo Dilma. A questão que se coloca, então, é o que se compreende como governo nesse discurso. E uma leitura possível é a de que o sentido de governo nessa formação discursiva é produzido a partir do imaginário da elite política e econômica, a qual se relaciona muito intimamente com os grupos de direita, para os quais um governo de esquerda deve ser derrubado e seus discursos silenciados.

A imagem e a sequência discursiva a seguir nos apresentam mais possibilidades de leitura dos sentidos de “intervenção militar”.

Figura 10 - Faixa pedindo intervenção militar durante protesto de caminhoneiros



Manifestantes pedem por intervenção militar durante protesto de caminhoneiros em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro - *Silvia Izquierdo/Associated Press*

Fonte: Texto 3, Folha de São Paulo (COELHO, 2018).

- (7) Veja-se o apoio de golpistas à greve dos caminhoneiros. A mais superficial memória do regime imposto em 1964 faria notar que, naquele tempo de intolerância, movimentos de reivindicação -- mesmo os mais razoáveis eram sumariamente proibidos. (Texto 3, COELHO, 2018)

Partindo do que se coloca textualmente na faixa, verificamos que o imaginário acerca dos militares é construído na oposição estabelecida entre classe política criminosa e militares. Os militares são constituídos em solução para o problema da classe política criminosa na condição de não político/não criminoso. O emprego do advérbio “imediatamente” constrói uma relação entre “deposição e prisão de toda a classe política e criminosa” e “intervenção militar já”. O

sentido que é produzido nessa relação toca a memória discursiva da ditadura e a memória acerca do sistema judiciário brasileiro. Existem caminhos fora de uma “intervenção militar” que podem levar à deposição e prisão de sujeitos ocupantes de cargos políticos. Sabidamente, esses caminhos envolvem algumas etapas que começam pela denúncia, passam por processo de investigação, julgamento com direito de defesa, até se chegar a uma possível condenação, que pode incluir deposição e prisão. Com efeito, nada nesse processo é imediato.

Também sabidamente, durante o regime militar de 1964 os atos institucionais, mecanismos importantes para conferi legalidade ao golpe, concederam aos militares controle sobre todas as esferas estatais, incluindo o poder judiciário. Já nos primeiros nove dias do regime foram 41 mandatos cassados, 441 pessoas que tiveram seus direitos políticos suprimidos e milhares que foram presas nos três primeiros meses. O sujeito que é constituído nos dizeres da faixa, na inscrição ideológica que o atravessa, mobiliza essa memória do regime militar, segundo a qual é sob a atuação idônea das instituições militares que se pode conseguir a deposição e prisão em massa e de imediato dos políticos criminosos.

O sujeito que se coloca na posição do jornal, se constitui na inscrição a outra formação discursiva, para a qual “intervenção militar” é nomeada como ditadura. Isso pode ser percebido baseado no título, mas não somente, por meio da relação que ele constrói entre “volta da ditadura” e os enunciados das faixas inseridas no texto, que em todas se lê “intervenção militar”. A posição-sujeito à qual se inscreve o jornal, expressão de sua posição ideológica, pode ser apreendida também no que se materializa em 7, onde percebemos “intervenção militar” nomeada a partir da ideia de golpe, assim como a mobilização do sentido de censura e repressão. Os sujeitos percebidos nos discursos materializados na faixa e na sequência discursiva se constituem, pois, em posições distintas, a partir do funcionamento da ideologia como formulado por Pêcheux (1995):

o caráter comum das estruturas-funcionamento designadas, respectivamente, como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, devendo entender-se este último adjetivo não como “que afetam o sujeito”, mas “nas quais se constitui o sujeito (PÊCHEUX, 1995, p. 152).

É oportuno salientar que a língua é o lugar material em que se realizam os discursos, estes que são o lugar específico de materialização da ideologia. É na interpelação ideológica por meio da linguagem que sujeito e sentido se constitui mutuamente. Dizemos então que o sentido sempre pode ser outro, pois não há sentido sem interpretação e a interpretação é um gesto do sujeito carregado de ideologia, de modo que a interpelação produz uma forma-sujeito histórica,

que é sempre uma posição no discurso (ORLANDI, 2017). Dessa forma, podemos identificar na linguagem marcas da inscrição ideológica dos sujeitos e dos processos de constituição dos sentidos. A seguir, apresentamos sequências discursivas recortadas das páginas de comentários dos textos aqui discutidos, no intuito de perceber quais discursos têm sido produzidos em relação constitutiva com os discursos acerca de “intervenção militar”.

(8) RICARDO VILLAS

1o.jun.2018 às 10h18

É muito bom lembrar que o Brasil não viveu ditadura militar nenhuma. Quem viveu aquela época sabe que tivemos um regime militar em que as eleições eram praticadas e a liberdade era muito maior do que a que vivemos hoje. Quem não tinha liberdade eram terroristas e criminosos! Não defendo o regime militar para os dias de hoje mas compreendo que esse desejo da população tem por objetivo tirar o país do lamaçal de corrupção que o PT nos jogou! (Texto 3, COELHO, 2018)

(9) HILDEBRANDO TEIXEIRA

1o.jun.2018 às 8h50

Se temos de impedir a ruptura democrática e dar um basta nos pedidos pela volta do terror é através da união das pessoas de bem p/ desmascarar a ideologia socialista pregada por este jornal e parte da elite intelectual-zumbi-parasitária, que continuará tentando enganar a Nação e implantar seu projeto de poder cujo fim inevitável (basta analisar dados históricos) é a ditadura comunista; e será que dessa vez os militares, fartos com nossa ingratidão, irão novamente querer reestabelecer democracia? (Texto 3, COELHO, 2018)

(10) RICARDO FERREIRA

18.set.2017 às 21h31

Jamais houve um golpe democrático, pois a essência de um é justamente impor a vontade de uns sobre os outros. É lógico só apoiar um regime de exceção aqueles que pertencem ao grupo que toma o poder. (Texto 2, QUALQUER..., 2017)

(11) MARCIO MIRA

1o.jun.2018 às 18h31

Nossa, volte pra escola. Os milicos assassinaram seus oponentes. Nem a sua própria lei ditatorial respeitaram, por que em nenhum lugar estava escrito que deviam matar e torturar o outro lado, por isso faziam as escondidas. Deviam ter julgado e condenado. De onde saem esses brucutus afinal que escrevem nesses comentários? (Texto 3, COELHO, 2018)

(12) HILDEBRANDO TEIXEIRA

18.set.2017 às 21h06

Se em 64 já não foi exatamente um golpe, este de agora seria então o primeiro golpe no Mundo escolhido democraticamente pela população. Deixe de fantasias... (Texto 2, QUALQUER..., 2017)

(13) Gilmar Faustino

HÁ 4 ANOS

Não confundam intervenção militar com ditadura, vocês são burros demais, estão com medo? Vão pra Cuba. (Texto 1, ROSSI, 2016)

(14) JULIO CÉSAR CARDOSO DE MATOS

1o.jun.2018 às 7h20

A imbecilidade não está nos que pedem intervenção militar. Está nos jornalistas que defendem "o estado democrático de direito". Senhores da mídia: não falem em ditadura. O Brasil viveu sob um regime militar. O que na verdade pedimos para o Brasil de hoje está em nossa bandeira: ORDEM e PROGRESSO! (Texto 3, COELHO, 2018)

Observamos em 8, que o sujeito é constituído no trânsito, na movência entre alguns discursos. Da negação dos sentidos de ditadura para o acontecimento de 1964, à reafirmação dos sentidos de combate aos terroristas e criminosos, passando pela construção dos sentidos de legalidade constitucional atribuída ao regime. Isso não supõe uma sequência, uma ordem no modo de inscrição discursiva, ao contrário, a constituição ideológica do sujeito se dá na relação imbricada entre esses discursos. Podemos pensar num processo metafórico a partir de onde o atuais dizeres sobre “intervenção militar” significam para o sujeito em questão. Diz respeito à substituição metafórica entre terroristas e criminosos / PT e corrupção, de modo que o sentido do regime militar de 1964 é retomado e atualizado na memória de combate ao PT e à corrupção petista. A bandeira do combate à corrupção é hoje levantada pelos discursos em favor de “intervenção militar” assim como o foi pelos discursos da ditadura do século passado. Como lembra Singer (2013), a bandeira anticorrupção penetra em todas as camadas sociais e flui com facilidade pelo senso comum.

Em 9, vemos que “intervenção militar” produz sentidos a partir do imaginário de combate ao terrorismo e restabelecimento da ordem democrática. Mas esse imaginário é construído textualmente na negação dos sentidos de ditadura para a atuação dos militares e reafirmação desses sentidos para os grupos não intervencionistas, estes mobilizados na memória relativa a terroristas, comunistas e o que se considera ser comunistas no interior dessa formação discursiva. Coloca-se o seguinte conflito: discursos favoráveis à intervenção representam as

peças de bem; contradiscursos produzidos em relação a eles, representam terroristas. Como sabemos, os sentidos são produzidos na relação com a memória discursiva e por efeito de como o sujeito é interpelado pela ideologia num contexto de produção dada. Assim é que os sentidos sempre podem ser outros, como anuncia Pêcheux e Gadet (2014c):

O sistema da língua é o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para o que dispõe de um conhecimento dado e para o que não dispõe dele. Não resulta daí, no entanto, que esses diversos personagens sustentem o mesmo discurso: a língua aparece assim como a base comum de processos discursivos diferenciados (PÊCHEUX; GADET, 2014c, p. 309).

No que se lê em 10, é possível depreender como o sujeito afasta a palavra “golpe” de qualquer efeito de sentido relacionado a “democracia”, e o faz partindo da lógica de que os sentidos de um excluem necessariamente o outro.

A percepção do que se materializa nas sequências discursivas, especificamente no que se refere à relação discursiva construída entre “intervenção militar” ou “regime militar” e democracia, remete fatalmente à compreensão de Mendonça (2018), e que também colocamos aqui, de que muitas ditaduras são articuladas em defesa da democracia. “Em nome dela, criam-se mitos personificadores de uma salvação que há de vir carregada pelos braços do povo na rua” (RICARDO MENDONÇA, 2018, p. 18). Se dizeres produzidos nesse século surgem como expressão disso que Mendonça assinala, não é difícil encontrar discursos que os sustentam historicamente, que lhes constrói a base do dizível, lhes garante a possibilidade de significação, como verificamos nos textos jornalísticos abaixo, publicados no início do regime militar:

O povo veio à praça pública para demonstrar sua confiança na democracia. Veio para afirmar perante a nação que os democratas não permitirão que os comunistas sejam os donos da pátria. Democratas do Brasil, confiem, não desconfiem das gloriosas Forças Armadas de nossa pátria. (ESPECIAL *G1*, 2014, Auro de Moura Andrade, [Folha de S. Paulo, 1964])

Farei quanto em minhas mãos estiver para que se consolidem os ideais do movimento cívico da nação brasileira nestes dias memoráveis de abril, quando se levantou unida, esplêndida de coragem e decisão, para restaurar a democracia e libertá-la de quantas fraudes e distorções a tornavam irreconhecível. Não através de um golpe de Estado, mas por uma Revolução. (ESPECIAL *G1*, 2014, General Castelo Branco [1964])

Com base no que se coloca, a própria ideia de democracia pode ser pensada como um processo discursivo, marcada por embates, inserida em condições de produção dadas. Reflexo disso são as ações diversas e antagônicas empreendidas em nome das garantias democráticas.



Muito se deve à quais formações discursivas-ideológicas essas garantias democráticas estariam a favor. Como define Rosenfield (2003, p. 34), “o discurso democrático é assim, no seu próprio princípio, uma pluralidade de discursos, abertos à especificidade dos diferentes segmentos do real, à imprevisibilidade e à provisoriedade de tudo o que existe.”

Retornando para as sequências discursivas nas quais temos textualizados comentários de leitores dos textos jornalísticos que integram nosso *corpus*, enquanto temos em 11 um sujeito que mobiliza discursos referentes aos assassinatos e as torturas praticadas durante a ditadura, vemos em 12, 13 e 14 o silenciamento de qualquer sentido negativo para o regime militar. Ao negar linguisticamente a nomeação de golpe ou ditadura, constroem intradiscursos que não trazem a memória do golpe e silenciam, necessariamente, sentidos possíveis a ela relacionados. Nega-se os sentidos de ditadura e reforça-se o imaginário de um regime legítimo implementado em defesa da democracia e da nação. Orlandi nos lembra que em AD “não trabalhamos só com a estrutura, mas também com o acontecimento da linguagem”, em vista do que “esses aspectos que tocam o acaso, o equívoco e a forma histórica da interpretação são levados em conta na compreensão de cada gesto de interpretação” (ORLANDI, 2007b, p. 98). Assim é que os sujeitos e os sentidos se constituem de modo distinto, pelo contato com a língua e com a ideologia sujeitas a falhas, a equívocos, e se inscrevem em distintas posições discursivas.

(15) Jose Xavier

Vivi a época e foi a melhor época da minha vida, tudo funcionava, hospitais, escolas, transporte etc. filho de motorista de táxi 5 irmãos todos formados no sistema público, geólogo, engenheiro, médica, publicitário e Adm, vida simples e nunca faltou nada em casa! Nunca fui preso, torturado ou ameaçado! (Texto 4, CIDADES..., 2019)

(16) Maria Costa

José Xavier, fico pasma ao ouvirem dizer que tudo funcionava. A maioria [dis] meus colegas do curso primário ficavam no meio do caminho. No máximo faziam o 4o. ano! Tive sorte de ter vaga na escola do ginásio (havia um exame de admissão pois não tinha vaga pra todos). Ninguém sabia de nada que acontecia no país. Era tudo impossível de adquirir, pois a tecnologia era um atraso e mercado fechado para inovações e importações. Como na Venezuela hoje, e não há informação, a gente vive como pode. (Texto 4, CIDADES..., 2019)

Também em 15 e 16, no que se percebe materializado, os processos de subjetivação do sujeito ocorrem a partir de posições ideológicas distintas. Se em 15 fala um sujeito constituído no discurso da ordem e da prosperidade, em 16 ele se constitui nos discursos do medo e da incerteza. A sequência discursiva 17, logo abaixo, revela um sujeito inscrito a uma posição discursiva autoritária, constituído no processo de desidentificação com o discurso mobilizado pelo sujeito autor do texto ao qual o comentário está vinculado. Para retomar, no texto jornalístico em questão são mobilizados sentidos contrários à perda de direitos. Em 17, inscrito a uma posição-sujeito contrária à falta de deveres, busca-se justificar a defesa por uma intervenção com base no entendimento de que a atual constituição não dá condições de governabilidade “séria”, pois é feita só de direitos, privilegiando “a impunidade, corrupção, os desvios de conduta”.

(17) Alcacer

Esta constituição foi feita por uma maioria que havia fugido do Brasil em 64. Por isto que foi feita só de direitos, tornando impossível que o país seja governado seriamente, já que privilegia a impunidade, corrupção, os desvios de conduta. Impossível governar seriamente um país onde os deveres não sejam maiores que os direitos.. (Texto 5, ZANINI, 2020)

O sentido se inscreve na língua e na história, e não é independente das relações de poder sobre as quais funciona a sociedade e a partir das quais se constituem os discursos. Consoante a isso, todo dizer é sempre um ponto de deriva para outros sentidos que, como orienta Pêcheux (2008), se constituem por filiação a uma complexa rede de sentidos. Olhar para as materialidades significantes que aqui analisamos nos leva a perceber os diferentes sentidos mobilizados para o enunciado “intervenção militar”, apontando para distintas posições ideológicas a partir de onde enunciam os diversos sujeitos.

Foi possível perceber que o enunciado discursivo “intervenção militar”, textualizado nas sequências discursivas e materialidades imagéticas, mobilizam sentidos que são produzidos em referência ao imaginário construído sobre as formas de atuação das FA e o efeito de sua intervenção no Estado. A partir das sequências examinadas nesse capítulo e em sua relação com os discursos mobilizados nos textos, destacamos 7 construções imaginárias em relação às quais tem se produzido sentidos para “intervenção militar”. São elas: (1) Salvação, mudança, controle do caos, ordem e progresso; (2) combate à corrupção; (3) combate à ditadura comunista, ao comunismo e ao terrorismo; (4) garantia da ordem democrática, como recurso constitucional

(5) idoneidade das FA; (6) implantação de ditadura, golpe, repressão, tortura e outros sentidos negativos; (7) retomada de 1964.

O quadro que segue apresenta exemplos de sequências que materializam sentidos produzidos a partir de cada uma. É importante destacar que os discursos se constituem sempre em relação, de modo que na sequência indicada para um quadro se perceberá também aspectos que a liguem a outro. O que é efeito mesmo da constituição heterogênea dos sujeitos e dos discursos, livres de fronteiras fixas, constituídos em constante embate.

	<b>SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS (Textos)</b>	<b>SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS (Comentários)</b>
<b>1</b>	Intervenção já! Muda brasil (Texto 1)	A imbecilidade não está nos que pedem intervenção militar. Está nos jornalistas que defendem "o estado democrático de direito". Senhores da mídia: não falem em ditadura. O Brasil viveu sob um regime militar. O que na verdade pedimos para o Brasil de hoje está em nossa bandeira: ORDEM e PROGRESSO!" (Texto 3)
<b>2</b>	Se comprar teu voto, isso é democracia? O Temer está comprando voto no parlamento e estamos vivendo numa democracia. As Forças Armadas estão com problemas seríssimos e também esse problema da corrupção. Quer que as Forças Armadas apoiem esses bandidos que compram votos?! Tem que apoiar quem não compra votos", disse Bolsonaro ao jornal. (Texto 2)	É muito bom lembrar que o Brasil não viveu ditadura militar nenhuma. Quem viveu aquela época sabe que tivemos um regime militar em que as eleições eram praticadas e a liberdade era muito maior do que a que vivemos hoje. Quem não tinha liberdade eram terroristas e criminosos! Não defendo o regime militar para os dias de hoje mas compreendo que esse desejo da população tem por objetivo tirar o país do lamaçal de corrupção que o PT nos jogou! (Texto 3)
<b>3</b>	#PartidoGenocidaChinês @allantercalivre 20 de abr de 2020 Como CARLOS LACERDA, não sou afeito à uma intervenção militar, mas os entusiastas desse método são LIVRES para assim opinar, assim como os COMUNISTAS são livres para exaltar Mao, Stálin e Lenin. Querem CRIMINALIZAR os intervencionistas? Então vamos CRIMINALIZAR os comunistas, ok? #PartidoGenocidaChinês @allantercalivre Se criminalizarem os INTERVENCIONISTAS, então não vejo OUTRA SAÍDA senão uma intervenção militar, pois estariam usando o ESTADO para IMPOR a IDEOLOGIA do discurso único. (Texto 5)	Sra. Beth, vamos contar toda a verdade, e não só uma parte. Gabeira e Eduardo Jorge já confessaram (vídeos disponíveis no YouTube) que os grupos guerrilheiros de esquerda queriam implantar uma ditadura comunista. A Comandante Stella, aliás Sra Dilma, matou quatro civis inocentes, país de família, inclusive um senhor idoso, segurança bancário. A anistia foi errada. Ela devia estar presa. (Texto 3)

4	Não se faz democracia comprando votos e aceitando a corrupção por governabilidade. Reagir a isso é obrigação de qualquer civil ou MILITAR. (Texto 2)	Se temos de impedir a ruptura democrática e dar um basta nos pedidos pela volta do terror é através da união das pessoas de bem p/ desmascarar a ideologia socialista pregada por este jornal e parte da elite intelectual-zumbi-parasitária, que continuará tentando enganar a Nação e implantar seu projeto de poder cujo fim inevitável (basta analisar dados históricos) é a ditadura comunista; e será que dessa vez os militares, fartos com nossa ingratidão, irão novamente querer reestabelecer democracia? (Texto 3)
5	As Forças Armadas estão com problemas seríssimos e também esse problema da corrupção. Quer que as Forças Armadas apoiem esses bandidos que compram votos?! Tem que apoiar quem não compra votos", disse Bolsonaro ao jornal. (Texto 2)	Vivi a época e foi a melhor época da minha vida, tudo funcionava, hospitais, escolas, transporte etc. filho de motorista de táxi 5 irmãos todos formados no sistema público, geólogo, engenheiro, médica, publicitário e Adm, vida simples e nunca faltou nada em casa! Nunca fui preso, torturado ou ameaçado (Texto 4)
6	O tempo do terror, da censura e da inconstitucionalidade terminou. A minoria dos que o desejam de volta merece a repulsa de todos os setores democráticos da sociedade. É hora de dar um basta nisso (Texto 3)	Parabéns! Reportagem de cunho lúcido...quem são esses que defendem a ditadura!??? São aqueles que não tiveram seus entes queridos torturados e mortos ...São aqueles que se ajoelham qdo veem uma farda...são aqueles que não vivenciaram os anos de chumbo... sao aqueles que nao viram tv, radio ou jornal porque o maximo que se via eram receitas de comida sem ter comida na mesa ... enfim, são aqueles que nunca abriram os livros de história, não só do Brasil qto a do mundo! (Texto 3)
7	Se alguém percebeu nessa retórica alguma <u>semelhança com a que levou ao golpe de 1964</u> , não está delirando. (texto 5)	Tem certeza que é uma minoria que está pedindo uma intervenção militar? Acho que não é uma minoria não, faça uma pesquisa e divulga. Existe outra opção? Então pública qual é a outra opção senão uma intervenção nos moldes de 1964. (Texto 3)

Como observamos, para se inscrever no fio discursivo os dizeres sobre “intervenção militar” retomam discursos que circulavam no período da ditadura, reafirmando-os em alguns casos e atualizando-os em outros. Nos textos, os sujeitos autores constroem a significação por meio de vozes que são atualizados nas cenas enunciativas para validar seu próprio lugar do dizer, inscrevendo-se à formas-sujeito através da relação de negociação de sentidos que constroem com essas vozes. Nos embates ideológicos pelos sentidos de “intervenção militar”, notamos a constituição da posição sujeito dos jornais tanto do interior de formações discursivas que mobilizam sentidos negativos para “intervenção militar”, quanto de posição que os silencia.

Retomamos aquilo que constata Sá (2015), sobre o olhar distanciado que a grande mídia buscava construir em relação a ditadura ou questões relacionadas a ela, até 2014, para pontuar

que, no limite de nosso *corpus*, especificamente no que se refere aos textos 3 (COELHO, 2018) e 5 (ZANINI, 2020) da *Folha de São Paulo*, essa característica não se mantém, uma vez que os sujeitos percebidos nos discursos do autor dos textos mobilizam a memória discursiva do golpe a partir de seus sentidos negativos, se colocando ideologicamente contrários à ditadura. Isso remete à busca dos jornais, como é o caso da *Folha*, por uma reconstrução identitária que lhe atribua autoridade diante do atual cenário nacional, como afirma Dias (2019).

Também nos sujeitos discursivos percebidos nos comentários se verificam posições discursivas em embate. Por um lado, construídas a partir dos sentidos de dor, de privação de direitos essenciais, de cerceamento de liberdades, de tortura. Por outro, sentidos de salvação, de reestruturação, de ordem, de legalidade etc. Tocados pela memória discursiva no que se refere à eficiência, probidade e confiabilidade das FA no restabelecimento da ordem, das liberdades individuais e do progresso comprometidos pela erna de uma ditadura comunista, esses dizeres funcionam a partir do silenciamento de outros sentidos possíveis, mas não permitidos, não autorizados na posição discursiva e ideológica de onde enunciam esses sujeitos.

Expressões e gestos da esfera bélica são empregados como mecanismo que ajuda a produzir os sentidos de intervenção e são mais evidentes em textos relacionados diretamente ao presidente Jair Bolsonaro. Resgatando aquilo que dizem Fico (2020, 2020a), Singer, Pochmann, Safatle (2020) e Teles e Safatle (2010), dizer a ditadura no Brasil sempre foi camuflado. E esse dizer que hoje é mais explícito, ganha relevância, especialmente em enunciados produzidos por figuras públicas e com circulação ampla através das mídias digitais. Entretanto, o que se percebe é que, quando não produzidos em sua defesa, os dizeres sobre a ditadura vêm de forma relativizada, mobilizando memórias que desfavorecem os sentidos negativos possíveis.

Considerando que os sentidos são produzidos a partir do já dito, abraçamos a mesma defesa de Gomes e colaboradores (2020) de que é necessária a promoção do debate sobre a ditadura, em todos os seus aspetos, para permitir os sentidos possíveis, mas silenciados historicamente por estratégias que camuflam o acontecimento histórico. Nesse contexto se enquadram a limitação da CNV, a lei da anistia, a omissão da violência simbólica nos poucos debates que acontecem e a censura, esta última grande responsável pela impossibilidade de significação da corrupção durante a ditadura.

Orlandi anuncia que “falar é esquecer. Esquecer para que surjam novos sentidos mas também esquecer apagando os novos sentidos que já foram possíveis mas foram estancados em um processo histórico-político silenciador. São sentidos que são evitados, de-significados” (ORLANDI, 2007a, p. 61). É o que se verifica em relação ao que afirma Teles e Safatle (2010)

sobre o processo de abertura e transição que, direcionado pelos militares, funcionou como mecanismo de silenciamento para diversos aspectos da ditadura, um “silenciamento que limita o sujeito no percurso dos sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 13).

Dessa forma, o sentido de corrupção durante a ditadura não pode ser lido pois a memória é condição do dizível e essa memória da corrupção na ditadura foi interdita. Como Knack (2020) demonstra, a combinação do discurso anticorrupção com as práticas de repressão atuaram para ocultar as evidências de corrupção durante o regime. Posteriormente, o acesso a documentação que possibilitasse a construção dessa discursividade era escasso, condição que vem mudando nos últimos anos e o autor reforça a importância que a Lei de Acesso à Informação, sancionada pela presidenta Dilma, teve nesse sentido. Orlandi (2014) alerta para o fato de que o silêncio trabalha politicamente. Assim, o silenciamento da violência, corrupção e repressão relativas à ditadura de 1964, funciona politicamente para a produção dos sentidos favoráveis à “intervenção militar” que têm sido mobilizados contemporaneamente.

Em síntese, a luta ideológica pelos sentidos de “intervenção militar” nos limites do nosso *corpus* vai se processando no entrecruzamento dos diversos discursos nele percebidos. Nos textos 1 (ROSSI, 2016) e 2 (QUALQUER..., 2017) isso se dá, principalmente, a partir do imaginário de combate a corrupção e, por consequência, de idoneidade das FA. Nos textos 3 (COELHO, 2018) e 4 (CIDADES..., 2019) se desdobra nos discursos de salvação e combate ao comunismo em oposição aos de golpe, terror e inconstitucionalidade. No texto 5 (ZANINI, 2020), principalmente no embate entre dois discursos: um constituído por saberes que entendem intervenção militar como uma reação necessária à verdadeira ameaça, aquela que utiliza a pandemia para impedir a livre circulação, para restringir liberdades individuais, mobilizando a memória discursiva no que tange a existência de uma ameaça comunista; outro cuja construção se dá na relação com a memória do golpe militar, trazendo para o processo de significação os sentidos do período ditatorial de 1964 e as condições precedentes que nele culminou.

Um aspecto que parece se desenhar em relação aos comentários é que nos textos nos quais o autor deixa mais visivelmente marcada sua posição contrária a intervenção, como se vê nos textos 2 e 5, notamos que os comentários favoráveis à intervenção são mais tímidos. Ao passo que onde o autor busca um efeito de neutralidade, os comentários que defendem intervenção aparecem mais espontaneamente, com maior força, sem máscaras. O que nos parece ser efeito mesmo das relações imaginárias construídas entre os interlocutores, posições aí ocupadas por jornal – na figura do autor - e leitor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O passado é uma roupa que não nos serve mais  
(Belchior, 1976)

Em um caminho oposto ao de apontar conclusões, as palavras finais aqui inseridas buscam conduzir para reflexões consideradas oportunas diante de tudo que se apresentou e em face das atuais condições de produção. É interessante pensar como a própria conquista do sistema democrático a que esses dizeres ameaça é que lhes possibilita a realização. Como é possível notar nos textos analisados, os dizeres sobre “intervenção militar” no atual cenário brasileiro, tanto constituem discursos de repressão, reafirmando ideologias antidemocráticas, mobilizando sentidos relacionados à ditadura, quanto constroem seu funcionamento pelo silenciamento desses sentidos, reafirmando os saberes ligados à ordem e salvação.

O embate pela memória da ditadura, que não é recente, nasce já nos confrontos pela nomeação de golpe, contragolpe, revolução, contrarrevolução, movimento cívico militar, dentre outros, que alimentavam as discussões entre aqueles apoiadores do golpe e aqueles que ocuparam o lugar de oposição a ele, na época do regime implantado em 1964. De modo semelhante, os embates que resultaram na atual conjuntura política do país passam pelo confronto da nomeação de golpe ou impeachment de Dilma de Rousseff.

Temos então diversas posições discursivas em disputa no *corpus* analisado, favoráveis e contrárias à intervenção, que têm na língua seu modo de materialização. Apoiadas nas análises empreendidas, buscamos perceber, num movimento entre descrição e interpretação e a partir das marcas linguísticas presentes nas materialidades discursivas, essa articulação entre o linguístico e os processos ideológicos de constituição dos sujeitos e dos sentidos, com vistas a trazer à superfície os processos de reafirmação, transformação e apagamentos de posições-sujeito em discursos sobre “intervenção militar” contemporaneamente. Assim como temos discursos do passado retomados em favor da “intervenção militar”, também os percebemos em favor de memórias de resistência, assim como apontado por Santos (2019) e como vemos em alguns comentários e mesmo na posição discursiva percebida no autor do texto 3 (COELHO, 2018), por exemplo.

É importante pensar, diante dos discursos de negação da ditadura, a relação ou efeito desse movimento na geração deste século, uma geração que nasce 100% inserida no contexto digital, que não viveu a ditadura e sofre mais efetivamente a influência desse ativismo digital orientado por discursos intervencionistas, discursos negacionistas e autoritários. Vivemos em

um momento em que sites e aplicativos de redes sociais têm sido cada vez mais utilizados como veículos de informação, especialmente entre jovens.

Se tomarmos por referência 2016, por exemplo, que teve como agitação central o golpe que depôs Dilma Rousseff e é o ano de publicação do texto 1, a PBM (2016) revela que 51% dos entrevistados afirmaram ter lido informações políticas através das redes sociais. Com efeito, o que se coloca é a necessidade da promoção do debate sobre a ditadura militar brasileira, possibilitando a construção de espaços discursivos que permitam dizer a ditadura a partir de sentidos ainda pouco mobilizados, como é o caso da corrupção no período da ditadura.

As considerações contidas aqui não sugerem a existência de um regime militar ou de um regime ditatorial em curso, mas se inclinaram sobre a circulação de dizeres que a isso se referem, deparando-se com a defesa e a rejeição a tal modelo. Segundo pesquisa realizada pela revista *Veja* em dezembro de 2019, publicada no mesmo período, quase 80% dos brasileiros rejeita o retorno de um regime autoritário, mas 40% declara acreditar no risco do retorno de uma ditadura ou de algum retrocesso. Com efeito, é importante pensar sobre as consequências do amplo alcance de veículos de comunicação como a *Folha de São Paulo e G1*, especialmente na dinamicidade da plataforma digital para a disseminação ou produção dos sentidos de “intervenção militar” e para o favorecimento dos sentidos de ditadura ou de salvação.

No contexto específico dos textos 2 (QUALQUER..., 2017) e 5 (ZANINI, 2020), é importante refletir sobre as consequências do apoio do presidente da República, em um regime de governo dito democrático, a manifestações em favor de “intervenção militar” e AI5, este último conhecidamente o ato institucional que instaurou o período mais repressivo da ditadura no Brasil. Ajzenman, Cavalcanti e Da Mata (2020) questionam como as palavras e ações de líderes políticos afetam o comportamento dos indivíduos e demonstraram que, na conjuntura brasileira, o comportamento do presidente da República em exercício tem relação com o comportamento das pessoas no tocante ao respeito ou desrespeito às medidas de distanciamento social e comportamento de risco para o controle do vírus Sars-CoV-2. Em comparação, vale refletir sobre em que medida o comportamento do líder político do país, por sua legítima posição de poder e influência, se relaciona com a produção dos sentidos de “intervenção militar”, com a mobilização de sentidos positivos da ditadura, com a atualização da memória relativa aos efeitos de salvação, ordem e progresso.

Um desdobramento desejado para este trabalho é que ele possa colaborar com o conjunto de estudos que tem sido desenvolvido em favor da compreensão da conjuntura política, econômica e social do Brasil desde 2013, fortemente marcada pela polarização política,



efervescência de discursos de ódio e aclamação de regimes autoritários, no sentido de demonstrar como esses conflitos, próprios do funcionamento das estruturas sociais, se manifestam linguisticamente.

As relações discursivas não são indissociáveis da conjuntura política. No que se refere a este estudo e ao enunciado “intervenção militar” como acontecimento discursivo, essa conjuntura é essencial ao entendimento das condições de produção dos discursos, em que podemos notar como o pensamento político neoliberal, de extrema direita, em ascensão produz as condições de possibilidade para ampla circulação de sentidos positivados para “intervenção militar”. Demonstração disso pode ser percebido no processo de composição do *corpus*, em que não foi verificada a ocorrência de textos sobre “intervenção militar” referentes ao cenário brasileiro no período anterior a 2013. Vale ressaltar que ao dizer anterior a 2013, nos mantemos nos limites deste século. Em contrapartida, as análises aqui desenvolvidas revelam uma regularidade discursiva acerca de “intervenção militar” que atravessa todo o *corpus*, sugerindo o fortalecimento de discursos intervencionistas.

A construção do imaginário de crise política, crise epidemiológica, ameaça à liberdade de circulação, desestabilização do Estado em virtude de disputas políticas também são importantes mecanismos em funcionamento nas condições de produção e possibilitam os discursos positivados, na medida em que favorecem os sentidos de intervenção como condição para resolução desses problemas, ou para o enfrentamento deles.

Com relação aos objetivos pretendidos nesta pesquisa, no que se refere aos processos de apagamento, reelaboração ou manutenção de posições-sujeito em discursos sobre “intervenção militar”, podemos perceber que os dizeres sobre intervenção, nos limites deste *corpus*, se inscrevem em discursos diversos, produzidos em relação de confronto, de modo que, os apagamentos, reelaborações e atualizações das posições-sujeito ocorrem no interior das diversas formações discursivas percebidas em embate. Podemos citar os discursos intervencionistas mobilizados em defesa da democracia, que silenciam todo o caráter totalitário dos regimes militares. Para a ideologia que regula o interior dessa formação discursiva, uma posição-sujeito a partir desses sentidos não seria possível.

Do mesmo modo, uma posição-sujeito constituída na memória da repressão, tortura e cerceamento das liberdades, se inscreve a uma formação discursiva na qual os sentidos de salvação não seriam produzidos. Se pensarmos nos sentidos de “intervenção militar” como meio de combate a corrupção, eles são produzidos, necessariamente, no silêncio de outros possíveis, em especial, no silenciamento dos sentidos de corrupção nas FA. Com relação às

condições de produção dos discursos, foi possível demonstrar que os sentidos mobilizados nas unidades de análise são indissociáveis destas condições, considerando tanto sua produção, como sua recepção. A partir das condições dadas, podemos observar, com relação às formações ideológicas, tanto sujeitos inscritos a discursos que retomam 1964, quanto aqueles que buscam se afastar dos sentidos relacionados ao acontecimento da ditadura.

Isso pode ser notado nos discursos que retomam sentidos positivos da ditadura, como os de combate ao terrorismo e ao comunismo, ou naqueles que atualizam os sentidos negativos, mobilizados na memória da resistência ao totalitarismo e a repressão. Em oposição àqueles que promovem um deslizamento no enunciado “intervenção militar” para os sentidos de constitucionalidade, o que se faz, também, a partir da memória da ditadura, apagando da construção os sentidos que a ligam ao golpe de 1964. Em face da conjuntura que envolve os textos jornalísticos selecionados e as mídias digitais, é possível afirmar, ainda, que nas análises aqui apresentadas os sentidos contrários à “intervenção militar” e a regimes militares foi favorecido na dinamicidade permitida entre os interlocutores no consumo dos produtos midiáticos. Esta pode ser considerada uma das relevâncias da mídia na produção dos sentidos de intervenção atualmente, assim como desempenhou importante papel na implantação do golpe no século passado. A diferença se coloca no dinamismo com que esses discursos circulam atualmente.

“Mas onde cresce o perigo cresce também o que salva?”. Orlandi (2009, p. 13) expõe essa provocação ao discorrer sobre o sujeito na sociedade contemporânea em sua relação com os movimentos sociais urbanos, pensando os processos de dominação e resistência, e considerando que a estruturação/desestruturação que ocorre nessa relação leva ao movimento na sociedade e na história. Refletindo acerca da provocação feita pela autora, olhamos para a composição de nosso *corpus* no que se refere à presença de sentidos tanto positivos, quanto negativos para “intervenção militar”. Isso é importante no sentido de observar como, mesmo nos textos que favorecem sentidos positivos de intervenção, notamos, na tensão entre as diferentes vozes, a produção de sentidos negativos, a presença de formações discursivas que desaprovam intervenção, a partir de posições-sujeito diversas.

Nesse espaço de confronto, de tensão, podemos pensar o espaço da resistência. Somos sujeitos sociais e históricos. É sempre a partir de um lugar ideológico que falamos, interpretamos e nos constituímos sujeitos de nosso dizer. E é nesse lugar de tensão que se encontra também o espaço da resistência, do contrapoder, do contradiscurso, em consonância

com Pêcheux (1995) ao afirmar que o sujeito é capaz de voltar-se contra causas que o determinam, uma vez que “não há dominação sem resistência” (PÊCHEUX, 1995, p. 304).

Por fim, desejamos lembrar Orlandi (2012, p. 14.), ao dizer que “o discurso é um processo contínuo que não se esgota em uma situação particular. Outras coisas foram ditas antes e outras serão ditas depois”. Os resultados aqui apresentados são efeito de um ponto de vista específico, que entendemos é sempre um gesto de leitura, ao que outros são possíveis. Por mais que se busque certo nível de imparcialidade, não há outro modo de entender, a partir de onde me situo teoricamente, senão que já desde minhas escolhas me coloco ideologicamente.

## REFERÊNCIAS

- ABI**, 2019. Brasil: cresce assinatura digital dos grandes jornais. Disponível em: <http://www.abi.org.br/brasil-cresce-assinatura-digital-dos-grandes-jornais/>. Acesso em: 23 set. 2019.
- ABI**, 2017. Edições digitais continuam a crescer em 2017. Disponível em: <http://www.abi.org.br/digital-continuaexpansaoem-2017/>. Acesso em: 23 set. 2019.
- ABI**, 2016. Folha digital tem acesso maior que o impresso. Disponível em: <http://www.abi.org.br/folha-tem-circulacao-digital-maior-do-que-a-impressa/>. Acesso em: 23 set. 2019.
- AJZENMAN, Nicolás; CAVALCANTI, Tiago; DA MATA, Daniel. Leaders' speech and risky behaviour during a pandemic. **VOX**. maio 2020. Disponível em: <https://voxeu.org/article/leaders-speech-and-risky-behaviour-during-pandemic>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- ALMÉRI, Tatiana Martins. Posicionamentos da instituição maçônica no processo político ditatorial brasileiro (1964): Da visão liberal ao conservadorismo. **REHMLAC+**, Revista De Estudios Históricos De La Masonería Latinoamericana Y Caribeña Plus, v. 5, n. 1, maio-nov. 2013. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/rehmlac/article/view/10357>. Acesso em: 4 jul. 2020.
- AMARAL, Roberto. O golpe não está distante da hora presente. *Carta Capital*, 14 maio 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/o-golpe-nao-esta-distante-da-hora-presente/>. Acesso em: 20 maio 2020.
- AUTHIER-REVUZ, J. Palavras mantidas a distância. In.: AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a Transparência e a Opacidade**, 2004, Porto Alegre: EDIPUCRS.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas - SP: Unicamp, 1998.
- BARBOSA, Suzana. Jornalismo de portal: novo formato e categoria para o jornalismo digital. In.: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (Org.). **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Edições GJOL, Calandra, 2003. p. 159 a 186.
- BARBOSA, Waldenia Marcia da Silva; RODRIGUES, Matheus De Souza. Quem nos salvará da mídia?": a representação da primavera secundarista em artigo da revista *Época*. **Discursos Contemporâneos em Estudo**, v. 3, p. 83-102. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/discursos/article/view/12402>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- BAVARESCO *et al.* Jornadas de Junho: Movimentos de resistência e agenda das redes sociais. **10º Encontro Nacional de História da Mídia** - Alcar 2015, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-alternativa/jornadas-de-junho-movimentos-de-resistencia-e-agenda-das-redes-sociais/view>. Acesso em: 6 nov. 2019.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. IN: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silva (Org.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. 2010, p. 143-164.

BIANCHI, Álvaro. **O que é um golpe de Estado?** Blog Junho, 26 mar. 2016. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>. Acesso em: 16 dez. 2020.

BOM dia. Intérprete: Gonzaguinha. In: Olho De Lince. Intérprete: Gonzaguinha, 1985. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/gonzaguinha/491148/>.

CARDOSO, L. C. 'Volta à Ditadura'? Retorno da Utopia Autoritária presente nas Memórias de Militares e Civis de 1964. **Revista Contenciosa**, v. 8, p. 1-11, 2018. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Contenciosa/article/view/8594>. Acesso em: 14 fev. 2020.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: Movimentos sociais na era da internet: Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2013.

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

CIDADES brasileiras têm protestos contra a ditadura militar neste domingo. **G1**, 31 março 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/31/cidades-brasileiras-tem-atos-pro-e-contra-a-ditadura-militar-neste-domingo.ghtml>. Acesso em: 26 abril 2019.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782005000200008&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000200008&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 03 dez 2019.

COELHO, Marcelo. Não há lógica nenhuma em propor ruptura com democracia e volta da ditadura. **Folha On-line**, São Paulo, 1 jun. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/nao-ha-logica-nenhuma-em-propor-ruptura-com-democracia-e-volta-da-ditadura.shtml>. Acesso em: 16 mar. 2019.

DIAS, André Bonsato. Da modernização à autoridade: a grande imprensa brasileira, entre a ditadura e a democracia: Folha de S. Paulo e O Globo, 1964-2014. **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 472-494, dez. 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762019000300472&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762019000300472&tlng=pt). Acesso em: 28 nov. 2019.

DIAS, Cristiane. A análise do discurso digital: um campo de questões. **Redisco**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 2, p. 8-20, 2016. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/redisco/article/view/2515>. Acesso em 27 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do *corpus*. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, p. 972-980, set.-dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1030/611>. Acesso em: 20 dez 2020.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. Repositório Digital, **LUME**, UFRGS. Letras. Santa Maria. n. 27, jul./dez. 2003, p. 39-46. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/169689>. Acesso em: 2 abril 2020.

\_\_\_\_\_. Os desafios de fazer avançar a Análise do Discurso no Brasil com singularidade e liberdade. **Desenredo. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**. V. 4, n. 2, jul./dez. 2008, p. 173. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/issue/view/66>. Acesso em 02 abril 2020.

\_\_\_\_\_. Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, UFRGS. Porto Alegre, v. 24, n. 48, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/28636>. Acesso em nov. 2018.

FERREIRA, Rubens da Silva. Jornadas de Junho: uma leitura em quatro conceitos para a ciência da informação. **CID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 6, n. 2, 2 out. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/89761>. Acesso em: 20 mar. 2020.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 29-60. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882004000100003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003). Acesso em: mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **O grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis o caso brasileiro. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. 1964: 50 anos do Golpe. [Entrevista cedida a] Bruno Leal. **Café História TV**. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dm6J7kc3DBc>. Acesso em: 17 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/issue/view/547>. Acesso em: mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Há grande risco de ruptura institucional no Brasil hoje, avalia o historiador Carlos Fico. In: **Café História - História feita com cliques**. 14 jun. 2020 Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/entrevista-com-carlos-fico/>. Acesso em: 17 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Mitos da ditadura: usos políticos do passado. [Entrevista cedida a] Carlos Trinidad, Lucas Pedretti, Mélanie Toulhoat, Natália Guerellus e Paulo Cesar Gomes. **História em quarentena**. 2020a. Disponível em: <https://www.historiaemquarentena.com/semana18>. Acesso em: 17 mar. 2020.

FLORES, Giovana G. Benedetto; GALLO, Solange M. Leda; NECKEL, Nádia Régia Maffi. Movimentos da memória: da ditadura à ditadura. **Moara - Revista eletrônica do programa de Pós-Graduação em Letras Universidade Federal do Pará**. 43 ed. jan./jun. 2015. Estudos Linguísticos, p. 198-209. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2641>. Acesso em: 22 jan. 2020.

GOMES *et al.* Mitos da ditadura: o aparato repressivo. Debate. **História em quarentena**, semana 18, 2020. Disponível em: <https://www.historiaemquarentena.com/semana18>. Acesso em: 21 jul. 2020.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C; FRANÇA, Vera Veiga (Org.). **Teorias da comunicação** – conceitos, escolas e tendências. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

**IBOPE**, 2013. Pesquisa de opinião pública sobre as manifestações. Disponível em: [http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/JOB\\_0948\\_BRASIL%20-20Relatorio%20de%20tabelas.pdf](http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/JOB_0948_BRASIL%20-20Relatorio%20de%20tabelas.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

INDURSKY, Freda. Entrevista - Discurso político: processos de significação em tempos de fake News. [Entrevista cedida a] Bethania Mariani e Silmara Dela Silva. **Caderno de Letras**, UFF, Niterói, v. 30, n. 59, p. 13-31, 2º número 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/issue/view/2206/381>. Acesso em: 16 dez. 2020.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. **Portal Memórias da Ditadura**. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/>.

JUNQUEIRA, Diego. Partido com mais investigados na Lava Jato tem alta no número de prefeitos. **Portal R7**, 06/10/2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/eleicoes-2016/partido-com-mais-investigados-na-lava-jato-tem-alta-no-numero-de-prefeitos-18052019>. Acesso em: 21 dez. 2020.

KNACK, Diego. Houve corrupção na ditadura? Entrevista. **História da ditadura**, dez. 2020. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/videos>. Acesso em: 5 jan. 2021.

LAGAZZI, Suzy. Recorte significativo na memória. In.: INDURSKY, Freda *et al* (Orgs.). **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos: Editora Claraluz, 2009, 1ª ed. p. 65 a 77.

LESSIG, Lawrence. **El Código 2.0**. Madrid: El traficante de sueños. 2009.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MACIEL, Licio; AUGUSTO, Agnaldo (Org.). **ORVIL: tentativas de tomada do poder**. 1 ed. São Paulo: Schoba, 2012.

MALDIDIER, Denise. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise do Discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In.: PIOVEZANI, C. e SARGENTINI, V. (Org.) **Legados de Michel Pêcheux inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto: 2011.

MARTINS, Allysson. **Guerras de memórias e os 50 anos do golpe de 1964: midiatização do passado em especiais do jornalismo digital**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. **RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2018, v. 33, n. 98. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v33n98/0102-6909-rbcsoc-33-98-e339707.pdf>. Acesso em nov. 2019.

MEU caro amigo. Intérprete: Chico Buarque. In: MEUS caros amigos. Intérprete: Chico Buarque, 1976. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-buarque/7584/>.

MORAES *et al.* **Junho**: potência das ruas e das redes. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014. 259 p. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/53345/11177-20150226.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 6 nov. 2019.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. Discursos midiáticos e a deslegitimação da política. **E-legis**, Brasília, n. 24, p. 63-87, set/dez 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4984>. Acesso em: 5 dez. 2019.

MOURA, Clarissa Viana Matos de. **Mediatização e as novas condições de produção e circulação do discurso jornalístico**: Um estudo dos jornais digitais Folha e Estadão. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

NEVES, M. de S.: Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge Luís (Orgs.). **Brasil Republicano**: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003, p. 14 a 44.

OLIVEIRA, Gustavo M. de; VERONESE, M. V. Brasil y el “fenómeno Bolsonaro”: un análisis preliminar. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales** - Nueva Época, v. 64, p. 245-268, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rmcyps/article/view/68273>. Acesso em: 14 mar. 2020

ORIENTE. Intérprete: Gilberto Gil. In: EXPRESSO 2222. Intérprete: Gilberto Gil, 1972. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/gilberto-gil/376449/>.

ORLANDI, Eni. A incompletude do sujeito. **Folha de São Paulo**, 27 nov. 1983, Folhetim p. 4 e 5. Ano 63. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8603&keyword=Museu%2Co&anchor=4219503&origem=busca&originURL=&pd=37bedf48b39fbbcdcbcc0e599a1bc3cf>. Acesso em: 18 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. Segmentar ou recortar?. **Série Estudos 10**. Uberaba: FIUBE, 1984. Disponível em: [https://kupdf.net/download/orlandi-segmentar-ou-recortar\\_5b6f3958e2b6f5a64d46c326\\_pdf](https://kupdf.net/download/orlandi-segmentar-ou-recortar_5b6f3958e2b6f5a64d46c326_pdf). Acesso em: 18 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. A análise de Discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, DL/IEL – Labeurb/Nudecri– UNICAMP. Campinas, v. 42, p. 21-40, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637139>. Acesso em 22 set. 2019.



\_\_\_\_\_. A Análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. **Anais do 1º SEAD** - Seminário de Estudos em Análise do Discurso, UFRGS. Porto Alegre, RS, 2003.  
Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>.  
Acesso em: 21 dez 2020.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

\_\_\_\_\_. Maio de 1968: Os Silêncios da Memória. IN.: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da Memória**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2007a, p. 59-67.

\_\_\_\_\_. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5 ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2007b.

\_\_\_\_\_. Formas de subjetivação na contemporaneidade. In.: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange. (Org.). **O discurso na contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos: Editora Claraluz, 2009, 1ª ed. p. 13-28.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 9. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4 ed. Campinas, SP, Pontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Ciência da linguagem e política**: anotações ao pé da letra. Campinas, SP: Pontes Editora, 2014.

\_\_\_\_\_. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2017.

\_\_\_\_\_. Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia. In.: **Abralin ao vivo**: Linguists Online, 2020, São Paulo. Disponível em: <https://aovivo.abralin.org/lives/eni-orlandi/>. Acesso em 26 maio 2020.

**PBM 2016**. Pesquisa Brasileira de Mídia. 2016.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In.: ORLANDI, Eni P. (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p.55-66.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2 ed. UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3.ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1997a.

\_\_\_\_\_. A análise do discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3.ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1997b.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In.: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2007. p. 49 a 57.

\_\_\_\_\_. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. As massas populares são um objeto inanimado? 1978. In: ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 4 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014a. p. 251 – 273.

\_\_\_\_\_. Metáfora e interdiscurso. 1984. In: ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, São Paulo: Pontes Editora, 2014b. p. 151-161.

PÊCHEUX, M; GADET, F. Há uma via para a Linguística fora do logicismo e do sociologismo? (1977). In: ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, São Paulo: Pontes Editora, 2014c. p. 295-310.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3.ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1997c.

PILAGALLO, Oscar. **O que foi a ditadura**: a ditadura militar e a reconquista da democracia. Folha de São Paulo, jun. 2020. Curso

PODCAST ROTEIRICES: Saída pela direita, com Fábio Zanini. Entrevistador: Carlos Alberto Jr. Entrevistado: Fábio Zanini. 22 jul. 2019. Podcast. Disponível: <https://anchor.fm/carlos-alberto-jr/episodes/9---Sada-pela-direita--com-Fbio-Zanini-e4mre2>. Acesso em: 18 jun. 2020.

PP, o mais investigado na Lava Jato, só vê seu poder crescer no Brasil. Por quê? *El País*, Brasília, 25 abril 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/24/politica/1524605415\\_828915.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/24/politica/1524605415_828915.html). Acesso em: 21 dez. 2020.

QUALQUER um deve reagir à corrupção, diz Bolsonaro após fala de general. *Folha On-line*, São Paulo, 18 set. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/09/1919632-qualquer-um-deve-reagir-a-corrupcao-diz-bolsonaro-apos-fala-de-general.shtml>. Acesso em: 16 março 2019.

Quase 2 milhões de brasileiros participaram de manifestações em 438 cidades. **Agência Brasil**. 21 jun. 2013. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-21/quase-2-milhoes-de-brasileiros-participaram-de-manifestacoes-em-438-cidades>. Acesso em: 27 mar. 2020.

RESSURGE a democracia. *O Globo*, Rio de Janeiro, ano 39, n. 11325, p. 1, 2 abril 1964. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 7 maio 2020.

ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

ROSSI, Mariane. Grupo faz manifestação na porta de triplex em Guarujá, SP. *GI*, Santos, 13 março 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2016/03/grupo-faz-manifestacao-na-porta-de-triplex-em-guaruja-sp.html>. Acesso em: 4 abril 2019.

SÁ, Israel de. **Memória discursiva da ditadura no século XXI**: visibilidades e opacidades democráticas. Tese. São Carlos: UFSCar, 2015.

SANTOS, E. Discursos meia-oito e o dialogismo em movimentos. **Conexão Letras**, v. 14, p. 119-134, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/98125>. Acesso em: 4 jan. 2020.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida**: o Brasil no século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2017, p. 187.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n71/a12v27n71>. Acesso em: 04 set. 2019.

SENHOR Cidadão. Intérprete: Tom Zé. In: SE o caso é chorar. Intérprete: Tom Zé, 1972. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/tom-ze/164912/>

SILVA, Pollyanna Honorata. **Os gêneros jornalísticos e as várias faces da notícia**. Dissertação. Uberlândia: UFU, 2007.

SINAL fechado. Intérprete: Paulinho da Viola, 1969. In: FOI um Rio Que Passou em Minha Vida. Intérprete: Paulinho da Viola, 1996. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/paulinho-da-viola/48064/>.

SINGER, André. Mídia e democracia no brasil. **Revista USP**, n. 48, p. 58-67, 2001. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32891>. Acesso em: 2 set. 2020.

\_\_\_\_\_. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. Dossiê: mobilizações, protestos e revoluções. **Novos estudos** – CEBRAP, n. 97, São Paulo, nov. 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002013000300003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003). Acesso em: 18 set. 2019.

SINGER, André; POCHMANN, Marcio; SAFATLE, Vladimir. Crise e democracia II. In.: **Congresso virtual UFBA 2020**: universidade em movimento, 2020, Bahia. Disponível em: <https://congresso2020.ufba.br/schedule/crise-e-democracia-ii/>. Acesso em: 30 maio 2020.

TATAGIBA, Luciana. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. **Lusotopie**. V. 17, 2018, p. 112-135. Disponível em: [https://brill.com/view/journals/luso/17/1/article-p112\\_8.xml](https://brill.com/view/journals/luso/17/1/article-p112_8.xml). Acesso em 21 maio 2020.

\_\_\_\_\_; GALVÃO, Andreia. Os protestos do Brasil em tempos de crise: 2011-2016. **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 1, jan.-abr. 2019, p. 63-96. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762019000100063](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762019000100063). Acesso em: 24 mar. 2020.

TEIXEIRA, Antonio Claudio E. M. Apêndice: cronologia das Jornadas de Junho (2013). In: TEIXEIRA, Antonio Claudio E. M **Internet e democracia**: cooperação, conflito e o novo ativismo político. Tese. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2014. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat06910a&AN=puc.206909&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 5 abril 2020.

TELES, E.; SAFATLE, V. (Orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. Disponível em: <https://clnicasdotestemunhosc.weebly.com/uploads/6/0/0/8/60089183/o-que-resta-da-ditadura1.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.

TEM dia que de noite é assim mesmo. Intérprete: Gonzaguinha. In: ALÔ Alô Brasil. Intérprete: Gonzaguinha, 1983. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/gonzaguinha/491944/>.

**TIC Domicílios 2018**. Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros –. Publicado em 2019. Disponível em: <https://www.cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2018/>. Acesso em: 14 set. 2019.

**TIC Domicílios 2016**. Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros –. Publicado em 2017. Disponível em: <https://www.cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2016/>. Acesso em: 14 set. 2019.

VEJA pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes. *GI*, São Paulo, 24 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em: 8 set. 2018.

VELHA roupa colorida. Intérprete: Antônio Carlos Belchior. In: ALUCINAÇÃO. Intérprete: Antônio Carlos Belchior, 1976. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/belchior/44464/>

WEICHERT, Marlon Alberto. Relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios. **Projeto História**, São Paulo, n. 50, p. 86-137, agosto, 2014. Disponível em: <https://ken.pucsp.br/revph/article/view/24040/0>. Acesso em 24 mar. 2020.

ZANDWAIS, Ana. A forma-sujeito do discurso e suas modalidades de subjetivação: um contraponto entre saberes e práticas. **Anais do I SEAD**. Seminário de Estudos em Análise do Discurso. 2003. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/1SEAD/Paineis/AnaZandwais.pdf>. Acessado em 07 abril 2020.

ZANINI, Fábio. Para tropa de Bolsonaro, insinuar golpe deixou de ser tabu. *Folha On-line*, São Paulo, 21 abril 2020. Disponível em: <https://saidapeladireita.blogfolha.uol.com.br/2020/04/21/para-tropa-de-bolsonaro-insinuar-golpe-deixou-de-ser-tabu/>. Acesso em: 3 jun. 2020.

ZOPPI-FONTANA, M. G. ideologia e Discurso. In.: **II Jornada do GEPEDIS / I Encontro Internacional de Análise de Discurso**: Sujeito(s), Cultura(s) e Interseccionalidade(s), 2020, Maranhão: UFMA. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCnPQReJESh4uZLTJJo6Z3E1g>. Acesso em 2 dez 2020.

## ANEXO A – Texto 1: Grupo faz manifestação na porta de triplex em Guarujá, SP



13/03/2016 13h20 - Atualizado em 14/03/2016 07h43

### Grupo faz manifestação na porta de triplex em Guarujá, SP

MP-SP acusa o ex-presidente Lula de esconder que é o dono do local.

Várias cidades da Baixada e do Vale registram protestos neste domingo.

Mariane Rossi - Do G1 Santos

Milhares de pessoas se reuniram em várias cidades da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, no litoral de São Paulo, para protestar, neste domingo (13), contra o governo Dilma e contra o ex-presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva. Os protestos começaram no início da tarde e encontram mais adesão em Santos e em Guarujá.

#### Guarujá

Em Guarujá, a manifestação ocorreu em frente a um prédio localizado na praia das Astúrias. Na última quinta-feira (10), o Ministério Público de São Paulo pediu a prisão preventiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e mais seis pessoas na denúncia em que acusa o ex-presidente de esconder que é dono de um triplex no local. A defesa de Lula nega que ele seja proprietário do imóvel.

A concentração começou por volta das 12h. Os manifestantes começaram a se aglomerar em frente ao prédio, vestindo roupas nas cores verde e amarelo, para pedir a prisão do ex-presidente Lula e a saída imediata da presidente Dilma Rousseff (PT) do poder. Moradores do condomínio 'Solaris', onde fica o triplex, colocaram um boneco 'Pixuleco', retratando Lula como presidiário, em uma das janelas do local.



Grupo se reúne em frente a triplex investigado em Guarujá (Foto: Mariane Rossi / G1)

Dezenas de cartazes contra Dilma e Lula foram colados nas paredes de vidro que separam a rua da entrada do prédio onde fica o triplex. "Estamos cansados de tanta corrupção. O triplex é o maior símbolo de tudo isso. A gente quis se unir porque não compactuamos com ele. Estamos indignados. Também queremos o impeachment da Dilma", disse Sandro Mastellari, um dos organizadores do protesto.

João Pedro Amorim, representante do movimento Brasil Livre, que pede a saída da presidente Dilma, também acrescenta que o povo brasileiro deve seguir na "luta" por um país mais justo. "Não

podemos fechar os olhos e aceitar essa corrupção. Temos que ir para rua", disse.

De acordo com o Coronel Rogério, da Polícia Militar, responsável por organizar a segurança do protesto, os manifestantes estão se expressando sem maiores problemas. "Tudo está bem tranquilo. Geralmente, quando as pessoas de bem se manifestam, não há problemas. Não estão quebrando nada e, por isso, o protesto flui de forma bem tranquila", afirmou.

De acordo com a PM, 2.500 pessoas participaram das manifestações. Já os organizadores afirmam que 5 mil manifestantes aderiram ao protesto em Guarujá. A manifestação terminou por volta das 17h.

## Santos



Manifestante mandou boneco da presidente para forca (Foto: Jairo Costa / Arquivo pessoal)

Já em Santos, um grupo começou a se reunir em frente à praça do Surfista, na orla da praia, por volta das 14h10. Segundo os organizadores, cerca de 35 mil pessoas vestidas com roupas nas cores verde e amarelo participam do ato que pede o fim da corrupção e o impeachment da presidente Dilma Rousseff. O tráfego precisou ser interrompido pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Santos) para a passagem da passeata.

Assim como nos protestos anteriores, os manifestantes seguiram na direção da Praça da

Independência, no Gonzaga, que ficou totalmente ocupada pelo grupo. A Polícia Militar informou que 10 mil pessoas participaram do ato. A manifestação durou cerca de três horas e chegou a ser atrapalhada por causa da chuva que atingiu a cidade durante a tarde.

Em Peruíbe, cerca de 100 pessoas, de acordo com a PM, se reuniram durante a tarde na praça da Igreja Matriz, no Centro da cidade, para pedir a saída da presidente Dilma Rousseff do poder. Durante o ato pacífico, chamou a atenção um boneco enforcado que representava a presidente. Na forca, estavam escritas as palavras "Intervenção já" e "muda Brasil".

## Praia Grande

De acordo com informações da Polícia Militar, uma manifestação foi registrada na cidade por volta das 13h. Vários carros seguiram em direção ao Palácio das Artes, em carreata, para pedir a saída da presidente Dilma Rousseff do poder. Segundo a PM, cerca de mil pessoas participaram da manifestação.



Manifestante solitário em São Vicente pede militarismo (Foto: Isabella Pajón / Arquivo Pessoal)

## São Vicente

A cidade de São Vicente registrou um protesto solitário. Apenas uma pessoa resolveu se manifestar neste domingo e chamou a atenção de quem passava em frente ao 2º Batalhão de Infantaria Leve da cidade. O homem apareceu no local no início da tarde com uma faixa pedindo intervenção militar, chegando a gerar protestos de algumas pessoas que passavam pelo local. Nenhuma outra manifestação foi realizada na cidade, até às 15h45 deste domingo, de acordo com a Polícia Militar

## Bertioga

Por volta das 10h, manifestantes se reuniram em dois pontos diferentes da cidade de Bertioga: no Centro e em frente o prédio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Os grupos seguiram em passeata pela avenida Anchieta com cartazes e bandeiras do Brasil juntas ao corpo, gritando palavras de ordem e exigindo o fim da corrupção na política nacional. O número de participantes não foi informado pela PM ou pelos organizadores até a última atualização desta reportagem.

**Registro**

Em Registro, cerca de 800 pessoas, segundo os manifestantes, se dirigiram ao centro da cidade para pedir que a presidente Dilma Rousseff deixe o cargo. A Polícia Militar decidiu não se pronunciar sobre a quantidade de pessoas que participaram do ato na principal cidade do Vale do Ribeira.

**Cananeia**

Em contato com o G1, a Polícia Militar informou que 16 pessoas se reuniram na Praça Martim Afonso, no Centro de Cananeia, por volta das 11h, para se manifestar contra o governo Dilma. A manifestação foi pacífica e durou apenas até o fim da manhã. Ainda segundo a PM o ato foi voluntário e não tinha ligação com nenhuma organização pró-impeachment.

**Jacupiranga**

O protesto começou por volta das 10h. Várias pessoas saíram de casa e, em carros e motos, seguiram para a 'Praça Matriz', no centro da cidade. Elas se reuniram, de verde e amarelo, para pedir a saída da presidente Dilma e cantar o hino nacional. De acordo com informações da Polícia Militar, a manifestação foi pacífica e terminou por volta das 12h30. Segundo o organizador do evento, Arildo Silva, 120 pessoas participaram da manifestação. A estimativa é a mesma da Polícia Militar.

**Pariquera-Açu**

Dezenas de pessoas também foram para as ruas em Pariquera-Açu, no Vale do Ribeira, na manhã deste domingo. O grupo também se concentrou na região central da cidade e gritou palavras de ordem pedindo o fim da corrupção no país. A manifestação foi pacífica e nenhum incidente foi registrado. De acordo com a PM e os manifestantes, cerca de 80 pessoas participaram do ato.



## ANEXO B – Texto 2: Qualquer um deve reagir à corrupção, diz Bolsonaro após fala de general

PAGBANK PAGSEGURO CURSOS UOL BATE-PAPO EMAIL

Logout  
Assine a Folha  
Atendimento  
Acervo Folha

# FOLHA DE S. PAULO

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICIDADE  
FOLHA DIGITAL POR APENAS R\$ 1,90 NO PRIMEIRO MÊS. ASSINE JÁ.



### Qualquer um deve reagir à corrupção, diz Bolsonaro após fala de general DE SÃO PAULO - 18/09/2017 19h37

Flávio Tavares/Hoje em Dia/Folhapress



O deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) durante palestra na Fumec, universidade de Belo Horizonte

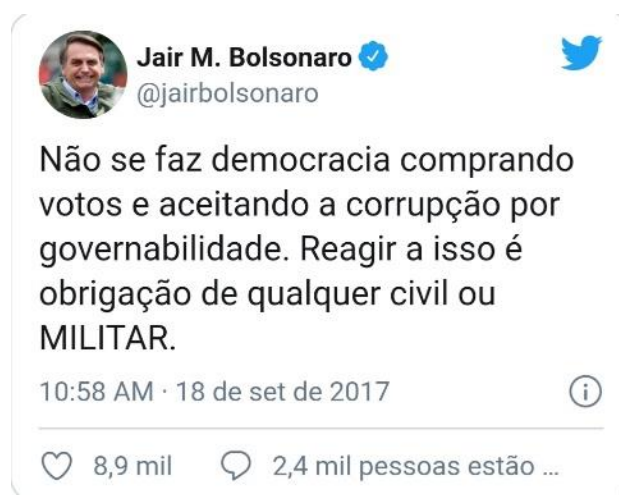
O deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) afirmou nesta segunda-feira (18) que reagir à corrupção no Brasil "é obrigação de qualquer civil ou militar", depois de vir à tona no fim de semana a fala de um general da ativa no Exército sobre uma intervenção militar caso a Justiça não resolva o problema.

Bolsonaro, que é militar da reserva e pré-candidato a presidente em 2018, publicou a mensagem em uma rede social.

Ele já havia compartilhado no fim de semana o vídeo da palestra em que o general Antonio Hamilton Mourão afirmou que seus "companheiros do Alto Comando do Exército" entendem que uma "intervenção militar" poderá ser adotada se o Judiciário "não solucionar o problema político".

"Não se faz democracia comprando votos e aceitando a corrupção por governabilidade. Reagir a isso é obrigação de qualquer civil ou MILITAR", escreveu Bolsonaro no Twitter.





A assessoria do parlamentar não confirmou se o comentário se refere à declaração de Mourão, mas o teor é semelhante às afirmações sobre o caso que Bolsonaro fez ao jornal "Gazeta do Povo".

"Ele [Mourão] falou como um brasileiro qualquer que está indignado com esse estado de putrefação da política brasileira. Isso para mim é liberdade de expressão. É um cidadão. Não tem nada a ver [condenar sua fala]", disse o presidente à publicação nesta segunda-feira (18).

Bolsonaro não foi localizado pela **Folha** para comentar o assunto.

Segundo a "Gazeta do Povo", o deputado fez críticas ao governo Michel Temer e afirmou que um exemplo de corrupção seria a compra de votos praticada pelo presidente para se manter no cargo.

"Se comprar teu voto, isso é democracia? O Temer está comprando voto no parlamento e estamos vivendo numa democracia. As Forças Armadas estão com problemas seríssimos e também esse problema da corrupção. Quer que as Forças Armadas apoiem esses bandidos que compram votos?! Tem que apoiar quem não compra votos", disse Bolsonaro ao jornal.

Antonio Hamilton Mourão, que é secretário de economia e finanças do Exército, disse, na palestra promovida pela maçonaria em Brasília na sexta-feira (15), que poderá chegar um momento em que os militares terão que "impor isso" (ação militar) e que essa "imposição não será fácil".

Segundo ele, seus "companheiros" do Alto Comando do Exército avaliam que ainda não é o momento para a ação, mas ela poderá ocorrer após "aproximações sucessivas".

Nesta segunda, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, pediu explicações ao comandante do Exército sobre as afirmações do general.

A reportagem não conseguiu falar com o militar. No domingo (17), ele disse ao jornal "O Estado de S. Paulo" que não pretendia insuflar ninguém ou defender a intervenção, e que apenas respondeu a uma pergunta.

## ANEXO C- Texto 3: Não há lógica nenhuma em propor ruptura com democracia e volta da ditadura



### Não há lógica nenhuma em propor ruptura com democracia e volta da ditadura

Substituir governo Temer pela intervenção armada é trocar o ruim pelo péssimo

1º.jun.2018 às 2h00 - EDIÇÃO IMPRESSA

**Marcelo Coelho**

Era uma coisa impensável. Agora, se repete em toda parte, com estridência. A qualquer pretexto, surgem manifestantes em favor de uma intervenção militar.

Quantos são? Quem são? De onde vêm? Não há sinal de que respondam a algum comando organizado. De forma difusa, mas estridente, manifestações até há pouco impensáveis se repetem pelo país.

3/5 Manifestantes pedem intervenção militar na av. Paulista



Grupo interrompe faixas da av. Paulista, em SP, em protesto contra o governo Temer e em apoio aos caminhoneiros e à intervenção militar, na noite de segunda-feira (28) Eduardo Knapp/Folhapress

4/5 Manifestantes pedem intervenção militar na av. Paulista



Grupo interrompe faixas da av. Paulista, em SP, em protesto contra o governo Temer e em apoio aos caminhoneiros e à intervenção militar, na noite de segunda-feira (28) Eduardo Knapp/Folhapress

Do núcleo duro do governo Temer aos seus mais extremados opositores, nenhuma força política parece pronta a apoiá-los. Até mesmo Jair Bolsonaro, defensor da ditadura, negou solidariedade ao movimento.

A cúpula das Forças Armadas reprova de público qualquer ruptura com a democracia.

A poucos meses da eleição presidencial, não há lógica nenhuma em propor uma coisa dessas.

O que não impede, naturalmente, que determinados candidatos e lideranças colham benefícios do clima autoritário reinante. O compromisso de um general qualquer com a Constituição pode se tornar menos enfático e convicto, se crescer a pressão por um golpe. Eleito alguém como Bolsonaro, nada o impediria de ouvir "o apelo das ruas" e restringir as liberdades democráticas.



Manifestantes pedem por intervenção militar durante protesto de caminhoneiros em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro - Silvia Izquierdo/Associated Press

Diante de uma ameaça de caos generalizado, suposta ou real, o próprio governo Temer pode se ver tentado a impor medidas de emergência que o salvem, e a seu grupo, dos incômodos da Lava Jato e das suas consequências eleitorais.

Há golpes e golpes, como sabemos. O fechamento do Congresso e a deposição do presidente depois de uma investida com tanques e soldados colocaria o país em insuportável situação de isolamento internacional.

Mas um estado de sítio "aprovado" pelo Congresso, com canalhices a conta-gotas, mudanças na estrutura do Judiciário, ataques a movimentos sociais escolhidos a dedo e coisas desse tipo, passaria apenas como um "momento de crise" para a opinião pública mundial. Representaria, a meu ver, apenas a radicalização indesejável, mas não muito surpreendente, do que se tentou fazer durante o governo Temer, sem sucesso.

Num país em que falar mal de políticos é um passatempo unânime, há mesmo certa lógica na imbecilidade desses manifestantes: sem políticos, sobram os militares.

Sobram, também, ignorância, desespero, oportunismo, histeria, truculência e estupidez. Veja-se o apoio de golpistas à greve dos caminhoneiros. A mais superficial memória do regime imposto em 1964 faria notar que, naquele tempo de intolerância, movimentos de reivindicação --mesmo os mais razoáveis eram sumariamente proibidos.

A argumentação parece valer pouco, em todo caso, diante de quem só vê no vandalismo, na pedrada, no assassinato e na milícia os meios para realizar aspirações contraditórias, infantis e irrealistas.

O governo Temer conta com quase nulo apoio popular. Substituí-lo pela intervenção armada é trocar o ruim pelo péssimo ""o péssimo pelo infame, o infame pelo inominável.

O tempo do terror, da censura e da inconstitucionalidade terminou. A minoria dos que o desejam de volta merece a repulsa de todos os setores democráticos da sociedade. É hora de dar um basta nisso.

Marcelo Coelho é integrante do Conselho Editorial da Folha de S. Paulo

## ANEXO D – Texto 4: Cidades brasileiras têm protestos contra a ditadura militar neste domingo

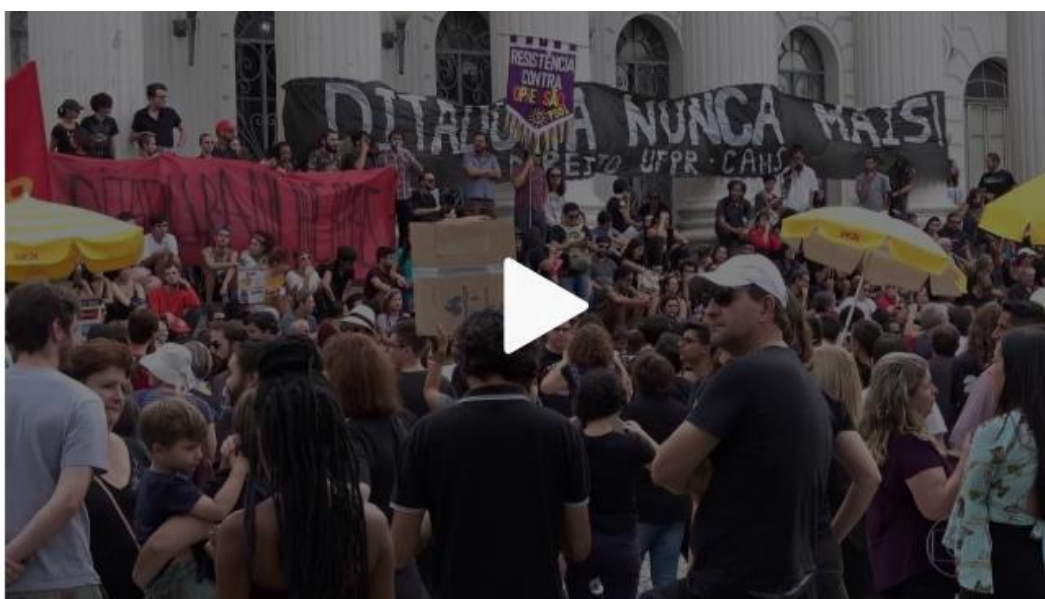


### Cidades brasileiras têm protestos contra a ditadura militar neste domingo

Golpe que instaurou a ditadura no país completou 55 anos; também foram registrados atos a favor em BH, Curitiba e Goiânia.

Por G1

31/03/2019 16h52 Atualizado há um ano



Aniversário de 55 anos do golpe militar é marcado por manifestações em várias capitais

Manifestações pró e contra a ditadura militar (1964-1985) ocorreram em várias cidades do Brasil neste domingo (31), dia em que o **golpe que instaurou o regime completa 55 anos.** O golpe de estado de 1964 precedeu um período de ditadura militar em que não houve eleição direta para presidente Brasil. O Congresso Nacional chegou a ser fechado, mandatos foram cassados e houve censura à imprensa. De acordo com a Comissão da Verdade, 434 pessoas foram mortas pelo regime ou desapareceram – somente 33 corpos foram localizados.

As manifestações ocorrem em meio a polêmica envolvendo o governo federal após o presidente Jair Bolsonaro determinar que o Ministério da Defesa **fizesse as "comemorações devidas" pelos 55 anos do golpe.**

Após a determinação do presidente, **a Justiça Federal em Brasília chegou a proibir,** seguindo um pedido da Defensoria Pública da União, que o golpe fosse celebrado pelas Forças Armadas. No entanto, **outra decisão, também da Justiça Federal, liberou as comemorações.**

Veja abaixo os locais que registraram manifestações:



## Rio de Janeiro



[...]

## Distrito Federal

**Em Brasília**, houve um manifesto **contra a ditadura** durante a manhã. Os organizadores dizem que foram 600 participantes e a Polícia Militar, 450.



Manifestantes protestam contra a ditadura militar em Brasília — Foto: Sergio Lima/G1

## Minas Gerais

Duas manifestações, **uma contrária e outra favorável à ditadura**, foram promovidas em Belo Horizonte. **O ato contrário à ditadura reuniu centenas de pessoas** na Praça da Liberdade, região centro sul da capital mineira.



Faixa agradece militares por período no comando do país. — Foto: Larrisa Carvalho/TV Globo

Um outro grupo, com aproximadamente 50 pessoas, também se reuniu em Belo Horizonte em comemoração ao que chamam de “movimento cívico-militar de 1964.”

[...]

## Paraná

Um grupo fez um ato **contra a ditadura militar** na Praça 19 de Dezembro, em Curitiba. Segundo a organização, o ato reuniu mil pessoas. A Polícia Militar (PM) informou 400 participantes.

Outro grupo de pessoas **a favor da ditadura** se reuniu **em frente ao quartel do Exército**, no Boqueirão. Segundo os organizadores, a manifestação chegou a reunir 60 pessoas. No começo da noite deste domingo, cerca de 20 pessoas estavam no local.



Grupo de pessoas favoráveis à intervenção militar se reuniu para homenagear a ditadura em frente ao quartel do Exército, no Boqueirão — Foto: Bronson Almeida/RPC



## ANEXO E – Texto 5: Para tropa de Bolsonaro, insinuar golpe deixou de ser tabu



21.abr.2020 às 9h45

Para tropa de Bolsonaro, insinuar golpe deixou de ser tabu



O presidente Jair Bolsonaro participa de manifestação que teve pedidos de intervenção militar, em Brasília (Reprodução)

### Fábio Zanini

Não é ainda a defesa aberta de uma intervenção militar ou de um novo AI-5. Mas claramente, para uma parte significativa da base de apoio do presidente Jair Bolsonaro, justificar algum tipo de medida de exceção deixou de ser tabu.

A participação do presidente no ato do último domingo (19), em Brasília, discursando para manifestantes que pediam quebra institucional, exacerbou essas opiniões. Como costuma acontecer, elas vêm embaladas num discurso de autodefesa.

Seria uma reação à “ditadura” posta em marcha por uma aliança entre a esquerda e governadores, que impedem a livre circulação e esvaziam o poder presidencial. É necessário, assim, por esse raciocínio, antecipar-se a esse movimento.

Se alguém percebeu nessa retórica alguma semelhança com a que levou ao golpe de 1964, não está delirando.

É fácil achar exemplos nos últimos dias.

Principal expoente da tropa de choque digital de Bolsonaro, Allan dos Santos escreveu um tuíte com uma lógica um tanto circular para justificar uma intervenção militar.



**(#PartidoGenocidaChinês**

@allantercalivre

20 de abr de 2020

Como CARLOS LACERDA, não sou afeito à uma intervenção militar, mas os entusiastas desse método são LIVRES para assim opinar, assim como os COMUNISTAS são livres para exaltar Mao, Stálin e Lenin. Querem CRIMINALIZAR os intervencionistas? Então vamos CRIMINALIZAR os comunistas, ok?

**#PartidoGenocidaChinês**

@allantercalivre

Se criminalizarem os INTERVENCIONISTAS, então não vejo OUTRA SAÍDA senão uma intervenção militar, pois estariam usando o ESTADO para IMPOR a IDEOLOGIA do discurso único.

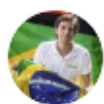
2:55 PM · 20 de abr de 2020

5,5 mil

1,2 mil pessoas estão tweetando sobre isso

Se entendi bem, o que ele está dizendo é que não se pode proibir as pessoas de defenderem a intervenção. Se isso acontecer, aí é que precisamos mesmo de uma intervenção.

Líder do movimento chapa branca Nas Ruas, Tomé Abduch escreveu que “ainda” é a favor da democracia. Mas alertou: sua paciência com esse sistema está acabando.

**Tomé Abduch**

@tomeabduchcomb1



Vc está enganado e influenciado pela mídia.

Nossas pautas foram:

- Fora Rodrigo Maia
- PL 149 não
- isolamento vertical responsável.

“Ainda” sou a favor do caminho democrático. Se as coisas não mudarem, e rápido, posso mudar de ideia. A democracia é sempre o melhor caminho!

**TRIBALISTA** 🇧🇷 🇺🇸 🇧🇷 @aquarianotorto

Em resposta a @tomeabduchcomb1

Vocês não pediram a volta da ditadura? Não dá pra entender..

4:07 PM · 20 de abr de 2020



504



145 pessoas estão tweetando sobre isso

O empresário e ativista conservador Leandro Ruschel compartilhou em suas redes sociais foto de manifestação em frente a um quartel no Rio de Janeiro pedindo intervenção militar.

Antes, havia feito um chamado às Forças Armadas para “derrubar o establishment podre”.

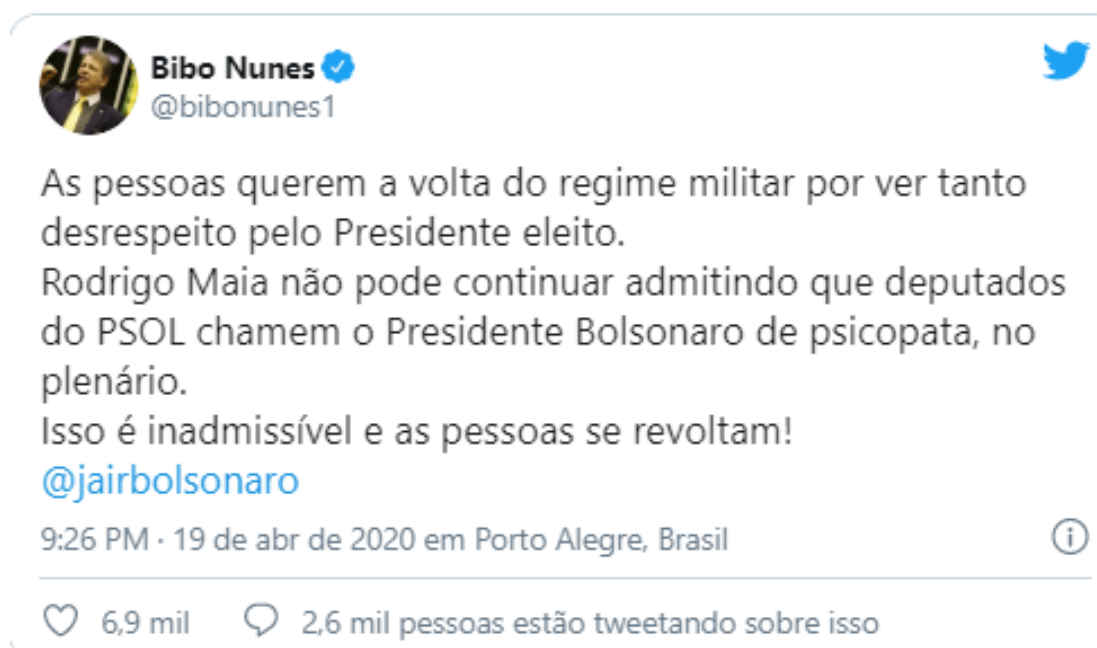
*(Atualização: após a publicação desse texto, Ruschel entrou em contato com o blog para dizer que “em nenhum momento fez tal chamamento” aos militares.*

*Segundo ele, foi apenas uma análise. “Obviamente, espero que os militares apoiem Bolsonaro e não o inverso, mas isso não envolve minha defesa de algum tipo de golpe militar”).*

Há vozes exaltadas entre parlamentares também. Um exemplo é o deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ).

Em uma live, ele lamentou “a impotência de não podermos modificar [o Brasil] do dia para a noite, salvo se as Forças Armadas dissolverem STF, Parlamento e tudo”.

Seu colega Bibó Nunes (PSL-RS) justificou os pedidos de golpe em razão de uma campanha injusta contra o presidente.



Como é habitual no método de Bolsonaro, cada avanço destes gera uma reação imediata que leva a um recuo momentâneo.

Assim, o presidente recolheu as armas na segunda-feira (20), e chegou a dizer que ele e a Constituição são indissociáveis. Nas redes sociais, seus comandados fizeram o mesmo, e pipocaram juras de amor à democracia.

Até, claro, esse ciclo vicioso recomeçar, o que não deve demorar muito.